



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**DIOVANNA OLIVEIRA SOUSA**

**MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E DESIGUALDADE DE GÊNERO:  
PANORAMA DE MULHERES MIGRANTES VENEZUELANAS NO BRASIL**

**Porto Nacional, TO**

**2025**

**Diovanna Oliveira Sousa**

**MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E DESIGUALDADE DE GÊNERO:  
PANORAMA DE MULHERES MIGRANTES VENEZUELANAS NO BRASIL**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Porto Nacional para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais

Orientadora: Profa. Dra. Gleys Ially Ramos dos Santos

**Porto Nacional, TO**

**2025**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

S725m Sousa, Diovanna Oliveira.

Migrações internacionais e desigualdade de gênero: Panorama de mulheres migrantes venezuelanas no Brasil / Diovanna Oliveira Sousa. – Porto Nacional, TO, 2025.

91 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Relações Internacionais, 2025.

Orientadora : Gleys Ially Ramos dos Santos

1. Migrações Internacionais. 2. Desigualdade de Gênero. 3. Mulheres Migrantes. 4. Venezuelanas. I. Título

**CDD 320**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

**Diovanna Oliveira Sousa**

**Migrações Internacionais e Desigualdade de Gênero: Panorama de Mulheres Migrantes  
Venezuelanas no Brasil**

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Porto Nacional, Curso de Relações Internacionais foi avaliado para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e aprovada (o) em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora

Data de aprovação: 14 / 02 / 2025  
Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente  
 **GLEYS IALLY RAMOS DOS SANTOS**  
Data: 16/02/2025 22:37:29-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Profa. Dra. Gleys Ially Ramos dos Santos, UFT

Documento assinado digitalmente  
 **ANA CLEIA FERREIRA ROSA**  
Data: 18/02/2025 23:24:28-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Profa. Ma. Ana Cleia Ferreira Rosa (UFT-PORTO)

Documento assinado digitalmente  
 **RUTH DO PRADO CABRAL**  
Data: 18/02/2025 08:54:44-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Profa. Dra. Ruth do Prado Cabral ( Ceulp|ULBRA-PALMAS)

Dedico esse trabalho a todas as mulheres que carregam o trauma da violência, como eu. A Julieta Hernández e todas as mulheres migrantes que foram mortas de forma brutal. A minha mãe e amigas que constantemente lutam para sobreviver em um mundo misógino.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha gratidão a Universidade Pública, corpo docente e banca examinadora, cuja dedicação e conhecimento foram cruciais para minha formação. Cada ensinamento contribuiu para a construção dessa pesquisa e evolução pessoal.

Gostaria de agradecer às seguintes pessoas:

Aos meus maravilhosos pais, Sandra e Luzimar, que, mesmo diante do sofrimento, das lutas e dos desafios da vida, sempre me incentivaram e proporcionaram momentos gratificantes durante a faculdade. Agradeço ao meu querido irmão, Hugo Pompeu, que, apesar da distância, nunca deixou de estar presente. Sou grata por sua compreensão diante das transformações que tive em meu pensamento e por suas palavras sempre confortantes. Agradeço também ao meu grande primo, Victor Henrique, por sua ajuda, apoio e incentivo incondicionais.

À minha maravilhosa orientadora e amiga, Gleys Ially, que me encorajou e confiou em mim. Agradeço pelos belos momentos compartilhados, pelas lágrimas e risadas, pelo cuidado constante. Em muitas ocasiões, você me salvou e me acolheu. Obrigada por ensinar a amar e cuidar, pela dica de chás calmantes e comidas saudáveis para ter melhor desempenho, e, acima de tudo, por me oferecer seu amor genuíno e gratuito.

Às minhas queridas Aruanas, Isabella, Deliene, Kamilla e Ana Luiza, que, em tempos sombrios, foram minha luz, meu socorro e conforto. Agradeço pelas palavras carinhosas, pelas broncas necessárias, pelos ensinamentos e, principalmente, pelas incontáveis risadas. Obrigada por tornarem a jornada na faculdade mais leve e por nunca permitirem que eu desistisse.

Aos meus queridos amigos, Beatriz, Byanka, Larissa, Daniel, Ronaldo e Elias, Kauanny, Kamille Cristine, Maria Cristine, Victoria e Gabriel que sempre acreditaram em mim, trouxeram leveza aos momentos difíceis e foram sombra nos dias mais quentes.

E, por fim, agradeço ao meu bom Deus, que me trouxe até aqui, me deu forças e consolou minha alma para enfrentar todas as barreiras durante essa caminhada.

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo geral analisar as migrações internacionais tomando por crivo as mulheres venezuelanas migrantes no Estado do Tocantins. Partimos do conceito de que a migração internacional é um fenômeno heterogêneo, que envolve diferentes tipos de sujeitos, com necessidades e especificidades que devem ser contempladas para o acesso e exercício pleno de seus direitos humanos. É uma análise interseccional envolvendo espaço, mulheres e migrações. Nesse ínterim, examinaremos a função das instituições e organizações internacionais no contexto de refugiados e se há especificidades no que tange às mulheres, sujeitos subalternizados em relações sociais sob crise. Desta forma, surge a necessidade de estudar as bases teóricas do ponto de vista feminista direcionadas aos eventos migratórios internacionais para o entendimento do que reafirma a desigualdade de gênero presente nas experiências das mulheres venezuelanas e as violações dos direitos humanos dessas mulheres. Interessa-nos compreender também os fatores e fenômenos que provocam o movimento migratório das mulheres venezuelanas e se são semelhantes aos dos homens na mesma condição de migração. E uma vez migrantes, quais os mecanismos para coibir xenofobia, violência de gênero, raça e classe? O trabalho é uma proposta analítica de uma pesquisa monográfica que baseia em um estudo de caso no Tocantins, cujo ponto de partida foi analisar como se estrutura as condições materiais das políticas públicas para encarar o deslocamento de pessoas estrangeiras e quais os auxílios necessários, bem como se constrói a relação dessas migrantes com as instituições nacionais e organizações internacionais. Nossa hipótese é de que não são as migrações que provocam um cenário de incerteza, tendo em vista que sair do local de origem já incorre a isso, mas a exposição de gênero (mulher) a ausência de uma política de cuidado (maternidade, pobreza menstrual), política socioeconômica (educação, trabalho, formação, etc.) e a fragilidade de um política migratória latino-americana que objetive não só absorver as fragilidades, mas integre os migrantes nas dinâmicas políticas do país como uma realidade irreversível como são as migrações.

**Palavras-chaves:** Migrações Internacionais, Desigualdade de Gênero, Mulheres Migrantes, Venezuelanas, Tocantins.

## ABSTRACT

This work aims to analyze international migrations, focusing on Venezuelan migrant women in the State of Tocantins. We start from the concept that international migration is a heterogeneous phenomenon, involving different types of individuals, with needs and specificities that must be addressed to ensure the full access and exercise of their human rights. It is an intersectional analysis involving space, women, and migrations. In this context, we will examine the role of institutions and international organizations in the refugee context, and whether there are specificities regarding women, who are subordinated subjects in social relations during crises. Thus, the need arises to study the theoretical foundations from a feminist perspective on international migration events in order to understand what reaffirms the gender inequality present in the experiences of Venezuelan women and the human rights violations they face. We are also interested in understanding the factors and phenomena that provoke the migratory movement of Venezuelan women and whether they are similar to those of men in the same migration condition. Once migrants, what are the mechanisms to combat xenophobia, gender violence, and issues of race and class? This work is an analytical proposal for a monographic research based on a case study in Tocantins, with the starting point being an analysis of the material conditions of public policies aimed at addressing the displacement of foreign people, the necessary assistance, and how the relationship between these migrants and national institutions and international organizations is constructed. Our hypothesis is that it is not migrations that cause an uncertain scenario, given that leaving the place of origin already involves this uncertainty, but rather the gender exposure (female) to the absence of care policies (maternity, menstrual poverty), socioeconomic policies (education, work, training, etc.), and the fragility of a Latin American migration policy that aims not only to absorb the weaknesses but to integrate migrants into the political dynamics of the country as an irreversible reality, just as migration is.

**Key-words:**International Migration, Gender Inequality, Women Migrants, Venezuelans, Tocantins.

## LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1. Entradas e Saídas - Controle Migratório de venezuelanos .....	49
Figura 2. Comparação entre População Total e População de migrantes .....	50
Figura 3. Residentes estrangeiros no Brasil por nacionalidade .....	50
Figura 4. Solicitantes de refúgio, segundo país de nacionalidade ou nascimento- 2019.....	51
Figura 8. Finalidade exploratória mais recorrentes.....	64
Figura 9. Setores Suscetíveis à Exploração de Venezuelanos .....	65
Figura 10. Perfis Vulneráveis ao Tráfico: Refugiados e Migrantes Venezuelanos.....	65
Figura 15. Trajetória de Migração: Venezuelanos e Indígenas por Estado Brasileiro.....	71
Figura 16. Rotas de Migração no Brasil .....	72
Figura 17. Panorama Social de Indígenas as Venezuelanos em Araguaína.....	72
Figura 20. Distribuição e Perfil de Deslocamento Indígenas Venezuelanos em Palmas.....	74
Figura 21. Mobilidade Indígenas Venezuelana: Dados da Documentação em Palmas .....	75
Figura 23. Indicadores de Assistência Social para Indígenas: Venezuelanos em Palmas .....	76
Figura 24. Análise da Educação de Indígenas Venezuelanos em Palmas - DTM .....	77
Figura 25. Panorama de Saúde dos Indígenas Venezuelanas em Palmas .....	78

## **LISTA DE TABELA**

Tabela 1. Pesquisa de Informações sobre Migração e Refugiados em Sites Públicos Online.. 73

## LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AD	Ação Democrática
APS	Atenção Primária à Saúde
COPEI	Comitê de Organização Política Eleitoral Interdependente
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
DPETO	Defensoria Pública do Estado do Tocantins
DTM	Pesquisa Nacional de Monitoramento de Deslocamento de Indígenas Venezuelanos no Brasil
ESF	Equipe de Saúde Familiar
FMI	Fundo Monetário Internacional
GovTO	Governo do Estado do Tocantins
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
MPE	Ministério Público Eleitoral
MPTO	Ministério Público do Tocantins
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MT	Migrações Transfronteiriças Brasil
MUD	Mesa de La Unidad Democrática
NCS	Cartão Nacional de Saúde
OBMIGRA	Observatório das Migrações Internacionais
OIM	Organização Internacional para Migrações
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PDVSA	Petróleos de Venezuela S.A.
PIB	Produto Interno Bruto

PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Pref.	Prefeitura
PSI	Processo de Substituições de Importações
PSU	Partido Socialista Unido da Venezuela
S.A.	Sociedade Anônima
SEDS	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
SSTO	Secretaria do Estado da Justiça e Segurança Pública do Tocantins
SUS	Sistema Único de Saúde
UF	Unidade Federativa
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2. OS CONCEITOS E AS CATEGORIAS: MIGRAÇÕES E MULHERES.....</b>	<b>18</b>
2.1. A Teoria Feminista e a Teoria Feminista nas Relações Internacionais .....	22
2.2. Migrações Internacionais.....	32
2.3. Migrações de Mulheres.....	37
<b>3. MIGRAÇÕES TEM GÊNERO? .....</b>	<b>42</b>
3.1. Um Panorama Socioeconômico .....	42
3.2. Migrações Venezuelanas .....	48
3.3. Migrações de Mulheres Venezuelanas .....	53
<b>4. DADOS E INFORMAÇÕES SOBRE AS MIGRAÇÕES DE MULHERES VENEZUELANAS- ESTUDO DE CASO .....</b>	<b>57</b>
4.1. Vulnerabilidade nos deslocamentos de mulheres.....	59
4.2. Entre a Federação e Município: Ausências Legislativas no Apoio a Migrantes .....	66
4.3. Espaços Públicos para Mulheres Migrantes Venezuelanas no Tocantins .....	70
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>81</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>84</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A proposta desta pesquisa é analisar as migrações internacionais, visando compreender os impactos desses deslocamentos a partir das condições submetidas às mulheres venezuelanas migrantes no Tocantins. Nosso objetivo é analisar a desigualdade de gênero nas migrações de mulheres, levando em consideração suas limitações como migrantes cujo gênero é também uma avenida que também vulnerabiliza. Dessa forma, pretendemos abordar as condições materiais em que mulheres venezuelanas estão submetidas nos deslocamentos em massa, a partir da interiorização no Estado Brasileiro e, conseqüentemente, debater sobre a desigualdade de gênero existente nesse contexto.

Partiremos da seguinte problemática: quais os impactos da intersecção entre gênero e migração forçada na vulnerabilidade das mulheres venezuelanas durante o processo de interiorização no Brasil, e como as desigualdades de gênero se manifestam e reproduzem nesse contexto? Tal problemática nos permite aproximar da situação das mulheres venezuelanas no Brasil, considerando não apenas a condição de migrantes, mas também as especificidades de gênero que as tornam ainda mais vulneráveis. Ao focar na interiorização, o estudo aborda um aspecto crucial do processo migratório, menos visibilizado, sobretudo, nos estados cujas migrações internacionais não são tão aparentes.

De acordo com o Fundo de População das Nações Unidas (2024), a migração é heterogênea, isto é, complexa, envolve muito mais do que sujeitos com necessidades e especificidades para o pleno exercício de seus direitos humanos. Luís E. Aragón afirma na apresentação do livro *Migração Internacional na Pan-Amazônia* (2009): a migração internacional se tornou um fenômeno de relevância mundial tanto para países de destino como de origem ou de trânsito, requerendo gestões mais efetivas e humanitárias e não somente medidas de controle. Na Pan-Amazônia a maioria de migrantes são originários dos próprios países amazônicos, e a migração transfronteiriça é inclusive mais comum do que a migração interna nesses países.

O professor Milton Santos (2005), geógrafo que deu importantes contribuições sobre o tema, definia as migrações como um fenômeno multifacetado, influenciado por diversos fatores e com impactos significativos nas sociedades. Santos não analisava as migrações como anomalias, mas como processo histórico e social, isto é, como contradições. As migrações, portanto, são processos históricos mais amplos, relacionados a transformações econômicas, políticas e sociais. Elas são resultado de desigualdades, conflitos e busca por

melhores condições de vida.

Além da sua dimensão histórica e social, as migrações contemporâneas são motivadas (principalmente) por desigualdades sociais, econômicas e políticas. As pessoas migram em busca de oportunidades que lhes são negadas em seus lugares de origem, isso fragiliza os conceitos de Globalização como forma de equiparar espaços. Ao contrário, a globalização intensifica os fluxos migratórios a partir das desigualdades entre países e regiões. Ainda assim, há uma dimensão humana das migrações, ou seja, as experiências individuais e coletivas dos migrantes (Santos, 2005).

Tendemos de início a concordar com Milton Santos, é preciso levar em conta a dimensão humana das migrações e compreender as razões pelas quais as pessoas migram, os desafios que enfrentam e os impactos das migrações em suas vidas. Logo, nesta pesquisa, a crise socioeconômica na Venezuela é crucial para o entendimento das migrações internacionais das mulheres venezuelanas. Torna-se imprescindível entender que para contextualizar o fluxo migratório dessas mulheres no Brasil, precisamos compreender o cenário econômico da Venezuela a partir do acirramento das crises política e geopolítica contemporâneas desde 2016, esse é, portanto, nosso marco temporal.

A crise venezuelana é um dos maiores desafios humanitários e políticos da América Latina nas últimas décadas. Suas raízes são profundas e complexas, envolvendo uma combinação de fatores históricos, econômicos, políticos e sociais. Entre as fortes causas podemos elencar: 1) Declínio da economia petroleira; 2) Medidas econômicas controversas; 3) Indícios de corrupção e má gestão; 4) Intensificação da polarização política; 5) Sanções internacionais. O fluxo migratório internacional venezuelano evidencia a importância de uma análise sobre a dinâmica das migrações próprias daquele espaço e, que apresenta uma grande dificuldade em ser caracterizada, visto que os movimentos populacionais são um aspecto típico da humanidade, mas são intensificados pelas crises que o capitalismo impõe sobre as sociedades.

A Venezuela, historicamente dependente da exportação de petróleo, teve como cerne da crise contemporânea, a queda dos preços do petróleo no mercado internacional. Essa dependência de um único produto expôs a fragilidade da economia venezuelana, sobretudo, para seus “inimigos geopolíticos” - aqueles que necessitam do petróleo a custos baixos - que por sua vez foram afetados pela implementação de políticas econômicas de controle de preços e pela nacionalização de empresas. Esses países deixaram de assistir a Venezuela de bens básicos, o que por sua vez, agravou a escassez e a inflação, gerando instabilidade econômica e social.

A mídia internacional trouxe os indícios de corrupção e a má gestão dos recursos públicos minaram a confiança na classe política e contribuíram para diversos movimentos democráticos e anti-democráticos acirrando os ânimos da população. A profunda polarização política entre o governo e a oposição dificultou o diálogo e a busca por soluções para a crise, intensificando os conflitos sociais e a violência.

As sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos e outros países à Venezuela, embora falseadas por questões de direitos humanos e democracia, agravaram a crise humanitária e limitaram o acesso do país a recursos essenciais. Na falta desses recursos, não só as mobilizações políticas eclodiram como as mobilizações migratórias dispararam.

Conforme a ACNUR (Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados) (2025), mais de quatro milhões de migrantes e refugiados venezuelanos deixaram seu país de origem. Esses dados indicam que a América Latina é a região com o maior fluxo migratório da história, representando um grande desafio para os países que recebem esses migrantes e refugiados.

Em consideração a isso, a legislação brasileira estabelece diretrizes para o acolhimento e integração de migrantes. Conforme a Lei nº 9.474, conceitua um refugiado como aquele que foge de perseguição, ausências de proteção e violações graves de direitos humanos. No Brasil a Lei de Migração nº 13.445, assegura os direitos e deveres dos migrantes desde sua entrada e permanência no Brasil, assim promove a igualdade, integração social, combate a discriminação e propõem a proteção humanitária. No entanto, não foram encontrados registros de casos sobre corte interamericana de refugiados e Migrações no Brasil.

Para construção da pesquisa partimos da Teoria Feminista e da Teoria Feminista nas Relações Internacionais. Metodologicamente partimos de uma revisão bibliográfica para construção de um referencial teórico que desse conta dos principais conceitos e categorias do trabalho, a saber: a própria Teoria Feminista precisou ser revisada no sentido de que não são todas as vertentes que dão conta das migrações como avenida que atravessa as mulheres, bem como a categoria gênero e mulher evidenciam um percurso teórico para entendermos a diversidade na categoria “Mulheres”; Migrações e as dimensões categóricas de Migrações internacionais e Migrações de Mulheres. Também fizemos um esforço de trazer um estudo de caso para averiguar como as legislações - em diferentes escalas de atuações - abordam, amparam e definem as mulheres migrantes em suas particularidades de gênero.

O trabalho está dividido da seguinte forma: introdução como primeira seção deste trabalho, seguido da seção II (doravante em formato de capítulos) que abordará os Conceitos e as Categorias: Migrações e Mulheres com a finalidade de compreender as especificidades

das migrações de mulheres. Visto que, as experiências das mulheres migrantes são influenciadas por questões de gênero, raça, classe e principalmente pelas diversas desigualdades que não podem ser explicadas apenas pelas teorias das migrações.

Desta forma, o capítulo II oferece uma perspectiva crítica que evidencia as múltiplas opressões e exclusão nas migrações de mulheres e, principalmente, reconhece a resistência das mulheres em cenários migratórios. No capítulo III apresentamos as “Rupturas e Resistências: Migrações Venezuelanas” sobre as lentes do Gênero, evidenciando o cenário de crise econômica da Venezuela que culminou no fluxo migratório de venezuelanos. No capítulo IV trouxemos um estudo de caso que tem como objetivo apresentar processo de integração das mulheres venezuelanas na política pública brasileira evidenciando as distâncias (não é um trocadilho) e as fragilidades de integrar ou mesmo receber essas mulheres.

Nas considerações finais traremos uma síntese do percurso da pesquisa. Nossa hipótese é de que não são as migrações que provocam um cenário de incerteza, tendo em vista que sair do local de origem já incorre a isso, mas a exposição de gênero (mulher) a ausência de uma política de cuidado (maternidade, pobreza menstrual), política socioeconômica (educação, trabalho, formação, etc.) e a fragilidade de uma política migratória latino-americana que objetive não só absorver as fragilidades, mas que integre as/os migrantes nas dinâmicas políticas do país entendendo a migração como uma realidade irreversível. Por meio dessa pesquisa, esperamos contribuir para os entendimentos das migrações internacionais sobre as perspectivas de gênero, sobre a interiorização de mulheres migrantes, e ressaltando a relevância de políticas migratórias em consonância aos direitos humanos das mulheres.

## 2. OS CONCEITOS E AS CATEGORIAS: MIGRAÇÕES E MULHERES

“Pensar dói?”. Esta simples, mas poderosa pergunta abriu um caminho para reflexões profundas sobre os desafios intrínsecos ao ato de pensar criticamente, sobretudo a partir de uma perspectiva decolonial. Poncho explicou que pensar, por si só, é muitas vezes um processo doloroso, pois envolve a desconstrução de verdades estabelecidas e a abertura para novas formas de ver e interpretar o mundo. No entanto, ele enfatizou que pensar decolonialmente pode ser ainda mais desafiador, pois nos confronta com camadas profundas de opressão, que foram naturalizadas ao longo de séculos (Mignolo, et al. 2024, p. 92).

Este capítulo tem como objetivo explorar os conceitos e categorias das Migrações de Mulheres com foco na Teoria Feminista e Migrações Internacionais. Por se tratar de migrações de mulheres na América Latina, nos pareceu apropriado partir das perspectivas de Mignolo, et al, (2024) sobre o questionamento do pensamento colonial e decolonial e sua forma de interpretar o mundo a fim de desconstruir o preconceito.

Mignolo et al, nos faz refletir sobre a desconstrução do pensamento decolonial. O processo é extenso, e a única forma para quebrar o poder colonial é estimulando e questionando as estruturas que formam esse poder. Os autores apresentam a visão de Ponche que afirma que pensar “decolonialmente” significa entender que a formação das estruturas da sociedade e até mesmo do Estado (social, econômica e política) se transforma a partir de uma perspectiva decolonial que impõe valores eurocêntricos. O processo de desconstrução confronta a realidade de opressão que foram naturalizadas ao longo da história. Logo, nos permite entender a migração como direito humano e não como um cruzamento de fronteiras.

A partir da compreensão do pensamento colonial e como a partir dele é estruturado a opressão principalmente sobre indivíduos e grupos vulneráveis nos leva a pensar sobre o conceito de vulnerabilidade que é debatido no livro de “Vulnerabilidades, Narrativas e Identidades” de Cyntia Miranda et al. (2020), a obra retrata que frequentemente os termos do conceito de vulnerabilidade são utilizado sobre uma ótica paternalista. Isto é, esse paternalismo, retira de indivíduos e grupos sua autonomia de agir e tomar decisões por si mesmo.

Esse olhar de vulnerabilidade para pessoas que estão em posições menores interfere em sua vivência, além de condicioná-la a uma dependência de agentes externos sejam de outros indivíduos, organizações e até mesmo de instituições. Assim para os autores:

Esse entendimento da vulnerabilidade operacionaliza-se a partir da dicotomia “normal” e “anormal” (ou “fora da norma”), na qual uma dada condição de vida, um

conjunto de valores e uma realidade histórico-social são homogeneizados e tornados parâmetro para outras, cuja ausência de ao menos parte dos atributos “de referência” as torna frágeis e vulneráveis. (Miranda et al., 2020, p35)

A visão entre “normal” e “anormal” homogeneiza a junções de valores, condições de vida e realidades sendo elas históricas e sociais. Desta forma, determinam as classificações e de outros indivíduos, principalmente os que não enquadram nos padrões tradicionais, categorizando-os como os mais frágeis, vulneráveis e até mesmo anormais. Essa perspectiva que os autores apresentam nos direciona a refletir olhar sobre as mulheres migrantes sobretudo as que encontram-se em condições mais precárias e marginalizadas, as que não são representadas nas literaturas de migrações, as que são vistas como as mais frágeis e vulneráveis, não pela sua condição migratórias mas por simplesmente serem mulheres.

O capítulo está subdividido em três tópicos, a saber: 2.1 Teoria Feminista e a Teoria Feminista nas Relações Internacionais, discutindo as relações de poder baseada em gênero ao apresentar como as estruturas sociais, políticas e econômicas insetificam a desigualdade entre mulheres e homens. Nas dimensões das Relações Internacionais a Teoria Feminista contribui para visibilizar as mulheres que foram marginalizadas e ignoradas nos processos globais, evidenciando as fragilidades do sistema internacional, das políticas migratória e como as dinâmicas do poder global podem impactar homens e mulheres de maneira diferentes.

No tópico 2.2 Migrações Internacionais o debate será sobre as complexas esferas dos deslocamentos de indivíduos que são motivadas por fatores econômicos, políticos, sociais e ambientais. O estudo das migrações evidencia o impacto que o fenômeno ocasiona tanto em países de origem quanto nos de destino. Ao mesmo tempo que as migrações impulsionam o crescimento econômico, também abre espaço para conhecimento de culturas. No entanto, o fenômeno apresenta fragilidades, desafios e conflitos. Desta forma, o objetivo deste tópico é apresentar os principais conceitos das migrações e apontar desafios sociais e políticos nas discussões sobre as políticas de imigração.

Para complementar esta seção, o último tópico “Migrações de Mulheres” tem como objetivo responder às principais perguntas, como os fatores raça, classe e gênero influenciam a experiência migratória das mulheres? A colonialidade do poder tem impacto sobre a mobilidade e condição de vida das mulheres migrantes? Quais são os principais riscos enfrentados por mulheres migrantes? As questões formuladas nos conduzem às análises das de algumas autoras cuja contribuição é fundamental na construção da pesquisa. Visto que nos processos migratorias as mulheres estão mais sujeita a vulnerabilidade, como exploração e tráfico humano, discriminação de gênero, xenofobia, dificuldade de acesso aos direitos básicos, vulnerabilidade

nas rotas percorridas, exploração no trabalho domésticos, salários baixos e falta de acesso a saúde.

O presente capítulo busca contribuir nos debates sobre a interação entre Mulheres e Migrações Internacionais, em especial nas condições em que estão submetidas mulheres migrantes da América Latina. As mulheres migrantes latinas são marcadas por uma série de desafios e vulnerabilidades que se interseccionam com questões de gênero, raça, classe social e nacionalidade. É importante ressaltar que a experiência de migrações pode variar significativamente dependendo do país de origem, destino, status migratório e outras características individuais.

Ainda de acordo com a agência, alguns dos principais desafios enfrentados por essas mulheres incluem: Violência de gênero, discriminação, exploração laboral, tráfico de pessoas, barreiras ao acesso à justiça, questões de saúde e acesso aos serviços públicos em geral. Além disso, estão mais expostas à assédio sexual, agressão física e exploração sexual, tanto durante a jornada migratória quanto nos países de destino. Sofrem discriminação de gênero, raça, etnia e origem nacional quando se colocam diante de oportunidades de emprego, acesso a serviços públicos e participação social.

Essas migrantes são submetidas a condições de trabalho precárias, com baixos salários, longas jornadas e ausência de direitos trabalhistas. São alvo de redes de tráfico de pessoas, forçadas mais comumente a prostituição e trabalho escravo e há uma imensa dificuldade em acessar sistemas de justiça, principalmente, quando diz respeito ao acesso aos seus direitos de regularização da situação migratória, emissão de documentos fundamentais a cidadania e outros processos burocráticos complexos, acirrando ainda mais a situação de vulnerabilidade (ACNUR, 2020).

De acordo com a Organização Internacional para as Migração no Brasil (OIM-Brasil, 2023), existem vários fatores que agravam não apenas a situação, como o processo civilizatório da migração em que dimensões cotidianas e simplórias da constituição da cidadania e dos direitos fundamentais de quaisquer pessoas, tornam-se ainda mais agravantes para pessoas migrantes, mas são acirradas ainda mais a depender da origem, raça-etnia, idade e gênero desse grupo de migrantes, alguns exemplos podem ser pensados, se a pessoa migrante for uma mulher:

- **Contextos socioeconômicos:** A desigualdade de gênero, a pobreza e a violência nos países de origem impulsionam a migração e aumentam a vulnerabilidade das mulheres;
- **Políticas migratórias restritivas:** Políticas migratórias restritivas e xenófobas dificultam a integração das mulheres migrantes e as expõem a maiores riscos, assim como a tripla precarização de vida: trabalho doméstico, de cuidado e não formal;

- **Redes de apoio:** A falta de redes de apoio social e a discriminação podem isolar as mulheres migrantes, dificultando a busca por ajuda e a construção de novas vidas, de não acessar a direitos e políticas públicas, ou mesmo de informações restringidas pelo pouco acesso ao idioma, por exemplo.

Ainda para OIM-Brasil (2023), é fundamental que a sociedade global como um todo reconheça e combata essas desigualdades, garantindo os direitos das mulheres migrantes latinas (maior contingente migratório juntos aos homens) e promovendo a sua inclusão social. Para isso algumas medidas podem ser adotadas para melhorar a situação das mulheres migrantes e estão, inclusive, descritas na Agenda 2030, principalmente no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável Cinco (ODS 5)<sup>1</sup> e incluem:

- **Combate à violência de gênero:** Implementar políticas públicas eficazes para prevenir e combater a violência contra as mulheres migrantes.
- **Promoção da igualdade de oportunidades:** Garantir o acesso das mulheres migrantes a emprego, educação e serviços públicos de qualidade.
- **Regularização migratória:** Simplificar os processos de regularização migratória e oferecer alternativas legais para as mulheres que desejam permanecer nos países de destino.
- **Proteção internacional:** Fortalecer os mecanismos de proteção internacional para as mulheres refugiadas e solicitantes de asilo.
- **Sensibilização e conscientização:** Promover campanhas de sensibilização para combater a discriminação e a xenofobia contra as mulheres migrantes.

A partir dessas diretrizes da Agenda 2030 sobre fornecer condições para que mulheres migrantes tenham acesso não apenas a o exercício pleno de direitos, como possam gozar de uma cidadania que as proteja da xenofobia e das opressões que operam independente de suas nacionalidades, pois são antecipadas pelo gênero. Para isso, recorreremos a uma revisão teórica sobre como o gênero pode definir a forma como mulheres podem se movimentar e quais são as diferenças dessas movimentações. Através dos estudos teóricos, tentaremos elencar discussões sobre a complexidade das migrações femininas e desafios que enfrentam em um cenário marcado por desigualdade de gênero.

Numa síntese que antecipa esse capítulo, podemos apontar que a análise indica para as necessidades dos estudos sobre mulheres migrantes, principalmente, no âmbito das Relações Internacionais, apresentando como compreensão os direitos internacionais das pessoas migrantes

---

<sup>1</sup> Objetivo de Desenvolvimento Sustentável Cinco (ODS 5). Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/5> acesso em: 24 jan, 2025.

e os direitos humanos. Essas normas que asseguram os direitos incluem o direito à vida, à liberdade, à segurança, à igualdade e a não discriminação (ONU, 2020).

A ONU (2020) adverte que os Direitos Internacionais Humanitários preconizam a obrigação dos Estados de respeitar e proteger promovendo os direitos humanos de todas as pessoas dentro dos seus territórios, oferecendo bem-estar e saúde. Assim, compreender os direitos internacionais e os direitos humanos é fundamental para garantir a proteção dos migrantes e refugiados, bem como para orientar as políticas de acolhimento e integração dessas pessoas nas sociedades receptoras.

Na análise da ACNUR (2022), especificamente sobre mulheres venezuelanas migrantes, estas estão sujeitas as maiores dificuldades de interiorização nos espaços que as recebem, principalmente em relação à interiorização masculina. Ao tentarem se estabelecer no local de destino sofrem com as questões culturais, estruturais e principalmente sociais, devido a esses fatores passam a migrar dentro do país para fugir das violências sofridas e por condições melhores de vida. Os estudos da Teoria Feminista contribui para uma compreensão mais ampla sobre a complexa dimensão das migrações de mulheres, permitindo que sejam refletidas análises sobre processos e sobre políticas e práticas mais justas e inclusivas para grupos vulneráveis.

Após evidenciar o conceito de migrações internacionais, a pesquisa visa compreender as condições das mulheres migrantes. Salientamos a importância da análise feminista das migrações para entender como as categorias sociais, como gênero, raça e classe, moldam as experiências migratórias das mulheres. Observa-se que a maioria dos estudos sobre migração são quantitativos e raramente abordam de forma crítica as questões de gênero, deixando de lado a compreensão do gênero como uma construção social atravessada por relações desiguais de poder (França, 2012).

As mulheres migrantes enfrentam desafios na integração na sociedade brasileira devido a barreiras como o idioma, documentação adequada e discriminação, entre outros fatores, colocando-os em situação de extrema vulnerabilidade. Uma das nossas percepções iniciais é que não são apenas as migrações, mas a exposição de gênero, ausência de políticas de cuidado e socioeconômicas, e a fragilidade das políticas migratórias latino-americanas, que contribuem para vulnerabilizar ainda mais as mulheres, ressaltando a necessidade de integrar as/os migrantes nas dinâmicas políticas do país, sem deixar de dimensionar as especificidades de gênero, raça-etnia, classe, idade e origens.

## **2.1. A Teoria Feminista e a Teoria Feminista nas Relações Internacionais**

Partimos da questão: qual a importância do movimento feminista para os debates sobre

migrações? Desta forma, esta subseção tem como objetivo apresentar a Teoria Feminista e a Teoria Feministas nas Relações Internacionais, que explora os principais conceitos e debates que fundamentam o objeto de estudo desta pesquisa. Para tanto, utilizou-se a perspectiva da Teoria Feminista como análise central, o que permitiu compreender a Desigualdade de Gênero dentro das Migrações de mulheres.

Os enfoques e reflexões da Teoria Feminista oferecem meios críticos que impulsionam a questionar um padrão que é moldado pela diferenciação de gênero. Dito isto, é crucial traçar as trajetórias das perspectivas feministas para compreendermos o surgimento da exploração feminina. Perspectivas estas, que ao longo do tempo identificaram como as estruturas patriarcais moldavam e subordinavam as mulheres.

Para Ramos (2021), a Teoria Feminista é um conjunto de teorias críticas e movimentações sociais que têm como objetivo compreender e combater as desigualdades de gênero e o sexismo. Tem como principal pressuposto, analisar as relações de poder entre homens e mulheres, questionando normas sociais, culturais e políticas que perpetuam a dominação masculina e a subordinação feminina.

Nesse sentido, concordamos com as definições de McDowell (1999, p. 22 apud Ramos, 2021) que “o Feminismo é tanto um movimento político como um campo teórico de análise”. A autora aponta ainda que as principais características da Teoria Feminista na contemporaneidade podem ser identificadas nas seguintes dimensões:

- **Gênero como construção social:** A teoria feminista argumenta que gênero não é apenas uma diferença biológica, mas também uma construção social e cultural que molda identidades, papéis e expectativas de comportamento para homens e mulheres.
- **Crítica ao patriarcado:** O patriarcado é um sistema social em que homens detêm o poder e a autoridade, marginalizando e oprimindo mulheres. A teoria feminista critica esse sistema e suas manifestações em diversas áreas da vida.
- **Interseccionalidade:** A teoria feminista reconhece que a opressão de gênero se entrelaça com outras formas de discriminação, como raça, classe social, orientação sexual e identidade de gênero. Mulheres de diferentes grupos sociais podem sofrer opressões específicas e múltiplas.
- **Diversidade de perspectivas:** Existem diversas correntes dentro da teoria feminista, como o feminismo liberal, radical, marxista, socialista, negro, queer, entre outros. Cada corrente oferece diferentes análises e soluções para as desigualdades de gênero.

Doravante, as contribuições, principalmente, das autoras bell hooks, Joan Scott e

Maria Tales e Maria Lugones nos oferecerão ferramentas importantes para compreender como as mulheres migrantes são suprimidas, racializadas e marginalizadas. Nas perspectivas dessas autoras, foi o protagonismo do movimento feminista que impulsionou os direitos de liberdades sociais, políticas e econômicas que no passado distinguiam e oprimiam as mulheres.

hooks parte da interseccionalidade de classe, raça e gênero nas experiências das mulheres e discute que o movimento, com todas as suas fases, foi um catalisador na luta contra os padrões e normas patriarcais que moldaram e reproduziram a desigualdade de gênero. A visibilidade material e histórica do feminismo inicia-se durante o século XX, as aparições das primeiras ondas do movimento contemporâneo acontecem nos EUA e na Europa. Grupos e mulheres que se sentiam invisibilizadas, oprimidas e injustiçadas passaram a lutar pelos direitos igualitários com protestos, greves e reivindicações (Silva, et al; 2021).

Para Maria Tales (2018), foi desta forma, que o movimento feminista se apresentou nas principais situações em que as mulheres eram colocadas como secundárias, inferiores. O movimento apresentava-se em situações de denúncias dos papéis das mulheres na sociedade, nas diversas opressões sociais e políticas, colocando-as em posições de injustiça, sendo impedidas de tomarem qualquer decisão sobre suas vidas.

Todavia, não somente a estrutura social e os privilégios dos homens foram suficientes para compreender a subordinação das mulheres. Algumas questões foram sumariamente importantes de serem abordadas, dentre elas, compreender o sexismo e a violência de gênero dentro do contexto social e cultural, o machismo e a misoginia como supremacia masculina que interfere no reforço da desigualdade e violência de gênero.

Ao compreender as diversas dimensões que reforçavam as distâncias sociais e políticas entre mulheres e homens, as primeiras teóricas feministas avaliaram que necessitavam de campo de atuação que pudessem destacar essas nuances de maneira acentuada em sem distorções. Nesse contexto, o movimento feminista ganha força uma vez que estavam empenhadas na sensibilização e conscientização não apenas entre as mulheres, mas da construção de um campo de atuação comum. Logo, essa proposta de uma teoria possível:

Pode ter fomentado a união entre as mulheres em prol de uma tomada de consciência. Mas não fortaleceu a compreensão pública do significado do autêntico movimento feminista. A discriminação, a opressão e a exploração sexista de agravaram uma guerra entre os sexos (hooks, 2019, p.59).

As ativistas levantam a questão de que o sexismo é o instigador da opressão e que o racismo e a desigualdade de classes surgiram a partir da opressão, mas isso não foi suficiente

para “convencer os cânones” da necessidade de se debruçar sobre análises sociais que colocassem as mulheres como foco. Para hooks (2019), o feminismo como movimento social ganhou proporção em resposta a todas as formas de opressão e silenciamento que as mulheres sofriam.

O movimento impulsionou a reflexão crítica dessas mulheres, mas isso não se expandiu para os campos teóricos (científicos e acadêmicos), ou mesmo se popularizou como uma perspectiva de análise possível no século XX. Isso porque a opressão de gênero se molda nas normas e valores de uma cultura conservadora e que essa desigualdade entre os sexos resulta de uma dominação masculina em todos os espaços da sociedade, criando hierarquias de gênero.

Dentro das relações dialéticas e hierárquicas, as relações de gênero são dinâmicas, controversas e desiguais, principalmente em relação à hierarquia. Em uma sociedade sexista, o homem é visto como predominante, e o feminino como fraco e subjugado. Isso indica que esses dois gêneros podem ser divididos em duas categorias opostas dentro da posição hierárquica (Tales, 2018, p. 95).

Voltando à hooks, a autora também menciona o Ocidente que se coloca como espaço modelo para a civilidade e civilizações, está calçada toda ela em um grande sistema de dominação masculina, e que nesse sistema estão presentes o sexismo, o racismo e o sistema de classes. Dada essa visão, pelo poder e influência que o Ocidente tem ou impõe:

O sexismo, o racismo e a ideologia de classe que existem no Ocidente podem repetir sistemas de dominação de natureza global, mas são formas de opressão que foram dispostas por filósofos ocidentais. Esses sistemas podem ser compreendidos dentro do contexto ocidental, mas não através de um modelo evolucionário do desenvolvimento humano. Dentro de nossa sociedade, todas as formas de opressão encontram apoio no pensamento ocidental tradicional (hooks, 2019, p. 54).

Os pensamentos da cultura ocidental impõem que o superior deve controlar o inferior. Nesse contexto, hooks afirma que a opressão sexista tem sua relevância, mas não por ser a base de todas as outras opressões, como foi a visão das ativistas. A autora coloca que a cultura da opressão se torna uma forma de dominação, tornando-se comum, e que grande parte dos indivíduos é alvo dessa opressão, seja como perpetrador da discriminação ou como discriminado.

Desta forma bell hooks compreende que as mulheres enfrentam opressões nas estruturas social, cultural e econômica, porém elas não experimentam isso com as mesmas intensidades, uma vez que não são cruzadas pelas mesmas avenidas de opressões. Ela expande isso na crítica que faz a uma teórica feminista estadunidense:

Como a própria Friedan antes dele, as mulheres brancas que hoje dominam o discurso feminista raramente se perguntam se a perspectiva que exibem corresponde verdadeiramente à experiência da mulher como grupo. E nem se dão conta do quanto suas perspectivas refletem um viés de classe e de raça, mesmo se, em tempos recentes, a consciência desse tipo de viés seja cada vez maior. O racismo emerge constantemente nos escritos das feministas brancas, o que só reforça a supremacia branca e nega às mulheres a possibilidade de superar politicamente as limitações raciais e étnicas (hooks, 2019, p. 27).

Para hooks a obra de Friedan aponta uma visão limitada, o foco exclusivamente na experiência das mulheres brancas de classe média e ignorando as diversas formas de opressão que mulheres de outros grupos sofriam. Portanto, não poderia configurar como uma teoria feminista, já que ignorou os impactos psicológicos dentro das situações de classe, os status políticos em um sistema capitalista, racista e sexista.

Os privilégios brancos de Friedan, sua influência e ideias não reconheceram como os encontros dessas avenidas afetaram as mulheres de outras classes e raças. A ilusão de um “Elo comum” entre todas as mulheres que o movimento feminista branco de que todas têm o mesmo sofrimento gênero não é interseccional.

Noutra via, é fato que o movimento de mulheres e as feministas têm sido corresponsáveis e promotoras das mudanças sociais na construção da democracia, das liberdades políticas, coletivas e individuais, da justiça social. Embora esse reconhecimento não seja uma totalidade na sociedade, as mulheres consolidam, a duras penas, suas pautas políticas de lutas por autonomia, independência e plena cidadania e as demonstram em manifestações de rua quase que diariamente (Tales, 2018). Todavia, da rua para a teoria ainda há um longo e desafiador caminho.

A teoria necessita de uma consciência histórica que faça refletir sobre a trajetória da humanidade. O que está posto é que a humanidade das mulheres ainda não é digna de ser compilada nas possibilidades teóricas, mesmo se admitindo o quanto as mulheres foram subalternizadas e marginalizadas, impedidas de exercerem seus direitos. O movimento feminista torna-se importante para a promoção de mudanças sociais, principalmente na construção da democracia, direitos políticos e liberdade social, mas sua permissão política para teorizar sobre esses caminhos ainda não foram consolidados.

Ainda assim, os movimentos feministas vêm lutando para apresentar a importância do protagonismo das mulheres e suas evoluções históricas. Tales aponta que o progresso da sociedade não é possível, se as mulheres estiverem em uma posição de desvalorização. E que isso configura uma ainda colonialidade do saber, amparada na opressão sexista de que

mulheres não têm as mesmas competências e habilidades dos homens, ou que o que elas teorizam não tem a mesma relevância do que é teorizado pelo homens, ainda que sejam os mesmos objetos (Tales, 2018, p.92).

Sobre a colonialidade do saber, Maria Lugones em seus estudos apresenta a visão de Aníbal Quijano, no qual argumenta que o poder surge a partir da colonização, a partir desse poder são estruturadas as relações sociais e a economia, principalmente pelas questões raciais e étnicas. Mesmo tendo-o como ponto de partida, Lugones contesta a teoria Quijano, por não apresentar as discussões sobre gênero, argumentando que sua visão baseia-se na biologia e na heterossexualidade normativa, um olhar (ainda) simplório da realidade em que mulheres estão situadas e que precisam de uma teoria que não as ignore ou as “emudeça”, ou que corrobore com a lógica patriarcal, capitalista e colonizadora vigente (Carvalho, 2023).

Mujeres no blancas; mujeres víctimas de la colonialidad del poder e, inseparablemente, de la colonialidad del género; mujeres que [...] han [criticado] al feminismo hegemónico por ignorar la interseccionalidad de raza/clase/sexualidad/género. Sobre todo, ya que es importante para nuestras luchas, me refiero a la indiferencia de aquellos hombres que continúan siendo víctimas de la dominación racial, de la colonialidad del poder, inferiorizados por el capitalismo global. El problematizar su indiferencia hacia las violencias que el Estado, el patriarcado blanco, y que ellos mismos perpetúan contra las mujeres de nuestras comunidades, en todo el mundo, es el resorte que me lleva a esta investigación teórica [...]. Esta indiferencia se halla tanto al nivel de la vida cotidiana como al nivel del teorizar la opresión y la liberación. La indiferencia no está provocada solamente por la separación categorial de raza, género, clase y sexualidad, separación que no nos deja ver la violencia claramente (Lugones, 2014, p. 57).

O padrão de poder torna-se mundial com o processo de globalização do capitalismo. A colonialidade se constitui como o padrão de poder da sociedade capitalista, baseado na classificação racial e étnica das populações. Situada no contexto de exploração das populações indígenas e africanas pelos povos europeus, a colonialidade é constitutiva da modernidade. Assim, a modernidade, o eurocentrismo, a expansão do sistema capitalista e a colonialidade se correlacionam, formando eixos que estruturam um padrão de poder global (Carvalho, 2023).

Com a intensificação da contestação da colonialidade do saber, no final do século XX, acentua-se o descontentamento de mulheres periféricas (principalmente as não-brancas, indígenas, pobres, lésbicas, etc.) que se sentiam isoladas e excluídas dos movimentos feministas. Essas mulheres viram a necessidade de um movimento feminista que não debatesse somente a categoria classe e o anti-imperialismo, mas o feminismo como todo, desde o cotidiano até as dimensões políticas do subjetivo. A invisibilidade da raça, etnia e sexualidade nas discussões e debates frustrava os grupos já marginalizados.

A insuficiência da categoria mulher contrasta ainda mais quando pensada a partir das contestações da colonialidade do saber, quase que exclusivamente eurocentrista na figura do homem branco, erudito e que não contestava outras formas de opressões que não aquelas que compunham sua visão de mundo. Essas estruturas analíticas enfatizaram o conceito de interseccionalidade e demonstraram a exclusão histórica e prático-teórica das mulheres não brancas nas lutas libertárias realizadas em nome das mulheres (Lugones, 2014).

Inclusive, a categoria gênero, que passará a figurar como possibilidade de ampliar o escopo das questões das diferenças entre mulheres e homens, entre mulheres e mulheres e suas dimensões subjetivas da sexualidade e identidade, também entrou no rol das críticas e das condições de revisão epistemológicas.

Para entender melhor o termo gênero e como ele se relaciona com outras formas de discriminação e dominação na sociedade, é necessário ir além das regras e dos aspectos biológicos. Maria Tales (2018, p. 95) nos desafia a pensar que o gênero é resultado do desenvolvimento social e cultural dentro da identidade masculina e feminina. As normas sobre quais papéis o sujeito e a sociedade atribuem são produzidas através dos desenvolvimentos históricos e sociais, e não de uma forma natural. A autora expande ainda mais o conceito:

O termo gênero, criado por feministas visa questionar a ideia de “mulheres” e “homens”, essa construção para o conceito, vai além da biologia, já que é construção social e cultural constante nas relações sociais entre as próprias mulheres, entre os próprios homens e entre mulheres e homens. Essas relações são dialéticas, contraditórias e, muitas vezes, desiguais, especialmente em relação ao poder (Bianchi, Tales, 2018, p. 91).

Uma das maiores expoentes do debate sobre a Categoria gênero é Joan Scott. Para esta autora, o conceito de gênero é fundamental na formulação das relações sociais principalmente no entendimento das construções do poder. O gênero não limita-se a uma característica individual, mas formula a estrutura da sociedade. Percebe-se que a partir do gênero as relações de poder são formuladas e naturalizadas, desta forma, a diferença entre gêneros justifica desigualdades e estabelece a hierarquia entre indivíduos.

Ao utilizar o conceito de gênero e destacar a diferença entre homens e mulheres é inevitável que haja compreensão de que há uma enorme distância entre as construções sociais e as determinações biológicas. Isto é, a biologia não determina o papel das mulheres na sociedade e que a feminilização é uma construção social definida pelo masculino (Scott, 2019).

Portanto, para as análises das desigualdades estruturais, as categorias classe, raça e gênero passam a ser essenciais e se tornam ferramentas importantes para as feministas compreenderem as opressões sobre as mulheres. Dessa forma, para Scott o conceito de gênero

evolui e ressignifica com o decorrer do tempo.

No passado os conceitos foram utilizados para caracterizar os indivíduos conforme sua sexualidade quase que exclusivamente. Atualmente a categoria se expande e auxilia nas perspectivas mais complexas como a interseccionalidade. Logo, as pesquisadoras e pesquisadores interessados nas análises de opressões passaram a aplicar a interseccionalidade nos estudos das hierarquias sociais.

A análise de Scott (2019) aponta que a categoria de classe se distancia da raça e gênero ainda hoje, dado que as duas categorias não têm conceitos amplamente aceitos. Com relação ao gênero, se estende a conceito teórico e a referência entre as relações entre homens e mulheres, principalmente.

O fato da categoria gênero ter maior flexibilidade (possibilitando analisar para além das mulheres) e assim, ampliar diferentes interpretações, esta categoria passou a ser utilizada de forma mais ampla, nas pesquisas, nos títulos e livros, até mesmo substituindo as “Mulher” por “Gênero”. Em contrapartida, possibilitou que as feministas acadêmicas tivessem mais visibilidades no estudos de ciências sociais, numa visão equivocada (da ciência hegemônica) de entender o termo “Gênero” como mais neutro e científico quando comparado ao termo “Mulher”. No entanto, essa abertura também permitiu que os objetivos das pesquisadoras feminista fossem invisibilizados, principalmente nas pesquisas de desigualdade e opressão.

Concomitante à evolução dos debates acadêmicos em que gênero passa a figurar como categoria de análise e categoria histórica, a partir da década de 1970, iniciou-se transição do termo singular a “mulher” para “as mulheres”, reconhecendo-as como um grupo diversificado, com experiências variadas. O olhar para a mulher como um único sujeito evoluiu para focar nas mulheres com base em suas experiências concretas e específicas (Conceição, 2009, P. 740).

Essa mudança de perspectiva também levou à reflexão sobre como o ter mulher designava quase sempre a um sujeito feminino branco, ocidental e cristão. Essas tensões surgiram de dentro do próprio feminismo como movimento, plataforma e como teoria. A Categoria mulheres veio para ampliar, para cobrar e para dispor de um compromisso ético do conhecimento produzido por e para mulheres em uma escala global. As Mulheres:

São, portanto, um compromisso teórico e político “apoiados em dois aspectos fundamentais: a análise e denúncia dos efeitos que as instituições, políticas e ideias projetam sobre o bem-estar e oportunidades em determinados contextos (em que se situam as mulheres); e com o conjunto de reflexões e ações orientadas a corrigir a situação de subordinação, desigualdade e opressões de gênero” (Mendes, 2024, p.39. *apud* Berner, 2017, p. 37)

Segundo Berner, o feminismo é um movimento dinâmico, plural e transformador, que

não permanece em um modelo “não instituído”, mas sempre está em constante construção e transformação. Isto é, não existe somente um caminho para o feminismo ou somente uma ideia. Existe um campo aberto com múltiplas vozes, onde diferentes ideias se encontram e têm influência sobre as outras. É nesse escopo de tensões e possibilidades que a Teoria Feminista se apresenta. Para bell hooks:

Isso não significa que temos que nos aproximar do feminismo a partir de uma mesma perspectiva, não significa que temos uma base firme para nos comunicar, que nosso compromisso político deveria nos levar a conversar e lutar juntas. Infelizmente, costuma ser mais fácil ignorar, descartar, rejeitar e mesmo machucar uma outra do que envolver nos embates construtivos. O movimento feminista continua sendo uma das frentes mais poderosas da luta por justiça social no mundo de hoje. Nossa sobrevivência depende de uma conscientização pública contínua da separação entre margem e centro e de um contínuo reconhecimento privado de que nós somos uma parte necessária, vital, desse todo (hooks, 2019, p. 23).

A Teoria Feminista surgiu como campo de estudos acadêmicos centrado na mulher, que diferentemente dos estudos feministas focados na recuperação do passado da história das heroínas esquecida, escritoras, e assim por diante, essa teoria está preocupada em documentar pelo prisma das ciências sociais as várias realidades das mulheres contemporâneas. Apresenta-se como espaço para colocar em discussão os papéis de gênero herdados de uma tradição.

Um dos aspectos mais afirmativos tem sido a formação de um ambiente intelectual alimentado por um fluxo contínuo de críticas e trocas de dialéticas de modo a se libertar de amarras preconceituosas para começar examinar por um novo prisma, o modo como a questão de gênero vinha sendo abordada até aquele momento em nossa sociedade. Portanto, em nossa sociedade não se encontra outro movimento por justiça social tão autocrítico quanto movimento feminista (hooks, 2019).

Infelizmente, algumas áreas não se debruçaram com afinco nos debates que a Teoria Feminista empreendeu duramente ao longo dessas últimas décadas. As chamadas “ciências duras” justificaram isso a partir dos seus métodos. Quanto às áreas que foram sendo forjadas mediante a “construção” desse mundo (mais) contemporâneo, a justificativa era a de que precisariam primeiro se consolidar. Esse é o caso das Relações Internacionais.

Todavia, a Teoria Feminista em Relações Internacionais (RI) se aproxima, cada vez mais, das questões ontológicas e epistemológicas das abordagens pós-positivistas. O discurso sobre o gênero como fonte complexa de organização de poder, instituições e hierarquias torna-se cada vez mais central para os Estudos de Gênero em Relações Internacionais. As pós-modernas rejeitam a redução de mulher e gênero a categorias homogêneas (Monte, 2013,

p.75). No entanto, é um embate quase que cotidiano, a necessidade de reafirmar a Teoria Feminista como uma teoria de análise como todas as outras presentes nas RI.

As questões que poderiam ser formuladas a partir do encontro entre os diversos feminismos e as Relações Internacionais (RI) são tanto intrigantes quanto variadas. Reconhecer que o gênero pode ser uma categoria ou unidade de análise importante e/ou que o ponto de vista das mulheres tem alguma especificidade para o campo das RI cria um leque de possibilidades que merecem atenção especial (Ventura; Kritsch, 2017, 25).

Nas Relações Internacionais, a pluralidade das Teorias Feministas é refletida nas várias tradições e paradigmas disciplinares que as compõem. Muitas delas se baseiam em, mas vão além de, algumas das perspectivas que fazem parte das RI como Liberalismo e Construtivismo (Mendes, 2024, p.39).

A história das intervenções feministas em diferentes disciplinas costuma seguir um certo padrão. O início é geralmente marcado pelas críticas aos métodos, pressupostos e teorias aceitas como tradicionais pelo campo. Com o estabelecimento de suas produções, uma outra fase inicia-se: projetos mais propositivos começam a ser idealizados e colocados em prática (Anderson, 2000 apud Ventura; Kritsch, 2017).

Para Ventura e Kritsch (2017), é importante frisar que a Teoria Feminista nas RI não se limita a desvendar de que modo as teorias feministas podem também ser lidas como uma proposta de transformação cognitiva que também abrange as RI. Mas também de como uma perspectiva epistemológica feminista formula respostas próprias para problemas centrais que aquelas e aqueles que produzem algum tipo de conhecimento precisam enfrentar, tais como as migrações no escopo dessas análises.

Assim as Teorias Feministas nas RI primam também em contribuir no arcabouço teórico e metodológico da Teoria Feminista. Elencando suas principais contribuições: visibilidade das desigualdades; desconstrução de estereótipos; empoderamento das mulheres; novas perspectivas teóricas; mudanças sociais, o direito à diferença, a dignidade e a cidadania plena, enfatizando a luta e o acesso aos direitos humanos e fundamentais em qualquer lugar. É nesse ínterim que enfatizamos as migrações na Teoria Feminista.

E existem especificidades nas migrações de mulheres. Mulheres não migram por questões econômicas, um dos principais fatores que impulsionam as mulheres a migrarem é para fugirem das estruturas patriarcais que limitam sua autonomia e acesso a direitos (Lisboa, 2006). As migrações oferecem possibilidades, mas apresenta desafios, como tensões familiares e discriminação. Mulheres imigrantes lutam constantemente para conquistar

espaços, entretanto, enfrentam as barreiras sociais e culturais desses espaços.

Como supracitado no início deste capítulo, a sociedade impõe um padrão sobre as mulheres e sobre o seu modo de viver, esse padrão levanta um peso maior nas Migrações de Mulheres. O processo de adaptação cultural dos migrantes gera problemas psicossomáticos, como ansiedade, depressão, estresse, sintomas físicos que muitas das vezes não são identificados pelos médicos, demandando cada vez mais cuidado e atenção dos profissionais da área da saúde em relação à saúde mental dos migrantes.

Segundo Rodrigues et al (2009) a migrações internacionais afeta a saúde e os âmbitos familiares dos migrantes, principalmente as mulheres. Migrar sobre padrões coloniais, misóginos e xenofóbicos pode intensificar ainda mais as experiências das mulheres no processo de migração. Nesse sentido, a Teoria Feminista tem um gigante e importante desafio nas migrações. Não apenas para visibilizar, como para não perder as várias dimensões de violências, opressões, protagonismos e dissidências.

Portanto, a Teoria Feminista continua sendo relevante e necessária para enfrentar os desafios contemporâneos. As pesquisas da migrações internacionais continuam sendo desenvolvidas e estruturadas através dos valores tradicionais e patriarcais, resumida a experiências masculinas, inviabilizando as mulheres nos processos de deslocamento. Essa forma de descrever o feminino, evidencia o quanto os estudos de gênero eram omitidos nas pesquisas. As mulheres e suas histórias carregam o estereótipo, a posição secundária nas histórias.

A categoria gênero contribui para o reconhecimento dos desafios das mulheres migrantes. Como o conceito de gênero é fluido, varia conforme o seu espaço e tempo, para as mulheres o conceito gênero encaixa-se no modo vivido, em seu processo de adaptação, em sua posição social e cultural.

## **2.2. Migrações Internacionais**

Para o estudo das migrações Internacionais partiremos de dois principais conceitos: Emigração e Imigração. O conceito da emigração diz da saída de um indivíduo de seu país de origem para residir em outro local. O indivíduo que realiza esse movimento é considerado pelo seu país de origem um emigrante. O conceito de Imigração traz a dimensão da chegada de um indivíduo que pratica a entrada em um outro país, no qual, independente das condições e dos objetivos, decidiu se estabelecer. Assim, para esse país, o indivíduo torna-se imigrante.

O deslocamento é uma característica marcante do ser humano desde o entendimento da humanidade, e essa ação de se locomover corresponde a uma variedade de fatores. Desde o

tempo pré-histórico, grupos de pessoas buscavam por recursos, populações se deslocavam por alterações climáticas e desastres naturais.

As interações culturais e o conhecimento contribuíram para o desenvolvimento do mundo. Com isso, também houve a exploração e colonização, juntamente com os conflitos armados, guerras, opressão políticas, falta de liberdade e as crises econômicas, que levam indivíduos a busca por segurança e oportunidades em regiões mais habitáveis.

Apresentar o contexto das migrações nos auxilia a entender que o deslocamento de pessoas é uma atividade milenar e que atinge uma sociedade significativa do mundo. Para a Organização Internacional para Migração OIM (2009)<sup>2</sup> há uma conflagração entre migração e migrante. A migração é o deslocamento de um lugar para o outro, seja para qualquer local, rural, distrito, província ou país. Quanto ao termo migrante, relaciona-se aos fatores que impulsionam as pessoas a migrarem.

A migração, inclusive, é um processo extensivo. Embora o indivíduo em si não tenha realizado o processo da migração, o termo do processo incide sobre os indivíduos e as populações que têm contato e relação com a pessoa que migrou. Um exemplo disso são as designações: “migrantes de segunda ou terceira geração” para se referir a filhos de pessoas nascidas em outro países, inclui-se também os apátridas, pessoas que não conseguiram ter acesso a documentação de cidadania, chamadas de migrantes irregulares pelas instituições.

Antes de refletirmos sobre o conceito de migração, é importante ressaltar terminologia que muitos migrantes latinos americanos consideram preconceituosa para designar migrantes em situação irregular. A designação de “ilegal” não pode ser atribuída a um ser humano pelo fato de exercer a condição de mobilidade. Neste trabalho, tendemos não apenas concordar com essa reflexão, como refutamos esse termo elencados as pessoas migrantes. Ainda sobre isso:

Embora o discurso político sobre a imigração muitas vezes funcione para homogeneizar “o imigrante” como uma figura simbólica em oposição ao “cidadão”, as políticas de imigração também funcionam para dividir os imigrantes em diferentes tipos de atores por razões de entrada (estudante, reunião de família, refugiados, trabalhadores temporários, altamente qualificados, etc.), ou por status que sequer são jurídicos (legal/ilegal) (Junior, 2021, p.14).

Os discursos políticos simplificam o papel do imigrante e reduz a um estereótipo homogêneo que o distancia do cidadão. Essa simplificação invisibiliza as experiências, origens e decisões dos imigrantes. As políticas de imigração categorizam os imigrantes dependendo da forma como chegam no país de destino, essa categorização implica em como a sociedade irá

---

<sup>2</sup> Glossário sobre migração, Direito Internacional da Migração. Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>. Acesso em: 4 fev 2025

percebê-los, também interfere no processo de adaptação e principalmente acesso a serviço.

De acordo com Junior (2021), o Estado como instituição possui um papel fundamental na forma como enxergamos a migração. O Estado é uma construção social e histórica, e ao longo do tempo nos desistoricizamos e passamos a normalizar especificamente o Estado como naturalizador das relações. A naturalização abre espaço para reproduzir o pensamento do Estado (que deixa de mediar conflitos e passa a ser um adulador de classes dominantes), desta forma passa a ter influência sobre o pensamento social. Não obstante:

Estudiosos apontaram que as leis e as políticas recentes em relação à imigração na Europa são moldadas por um discurso moral e individualizante, que afirma a existência de migrantes “bons” desejados e merecedores, contrapondo-os aos migrantes “maus” indesejados e não merecedores (Junior, 2021, P. 14 apud Anderson, 2013; GoldBerg e Giroux, 2014)

As leis que criaram políticas de migrações (quase todas originadas no modelo europeu), foram estruturadas por discursos moralistas, individualistas, conservadores que categorizam imigrantes entre bons e maus. A categorização dos “bons” dá-se aos migrantes considerados úteis para a economia, que merecem ter os seus direitos assegurados e oportunidades melhores. Por outro lado, a categorização dos imigrantes “maus”, é visto como criminosos e “ilegais”, considerados ameaça para a economia e a segurança nacional do Estado.

A influência dos discursos morais e individualistas, ignoram a complexidade das migrações. As políticas passam a olhar para as migrações como uma escolha individual do migrante, e não levam em conta as condições estruturais como guerras, conflitos, perseguições e questões econômicas.

O termo ilegal para os imigrantes, é crucial para os estudos das migrações, visto que o Estado também é um ator que influencia em como as migrações e indivíduos migrantes serão condicionados. Noutra via, as análises sobre as migrações evidenciam a complexidade relativa ao fenômeno, apresentando barreiras para delimitar o conceito.

Todo o exercício de definição de conceitos mais não é do que uma tarefa de inclusão e exclusão de características, dimensões e dinâmicas num tipo ideal que se pretende ilustrativo da realidade. Esse exercício comporta a dificuldade na elaboração de fronteiras conceituais rígidas, as quais podem ser ilusórias quando referidas a uma realidade tão maleável como a das migrações. (Nolasco, 2016, p.2)

Desta forma, há uma dificuldade de analisar as migrações por não existir uma única interpretação. Isto significa, que para conseguir chegar a simplificação dos conceitos de migrações, teria que decidir quais características serão incluídas ou retiradas para formular esse “tipo ideal” de conceito.

Em sua tentativa de expandir os estudos sobre as migrações internacionais, Soares (2004) apresenta o conceito da teoria da atração e expulsão. Esse conceito engloba os fatores econômicos, sociais e políticos. Sendo um modelo clássico para a explicação sobre deslocamento de pessoas, o significado de atração abrange oportunidades de emprego e bem-estar (educação e saúde), diferente da percepção de expulsão, que induz as questões de desemprego, crises sociais e econômicas, instabilidade de serviços básicos, guerras, conflitos políticos e institucionais e questões ambientais.

Durante o Século XIX as migrações se desenhavam de forma distinta do cenário atual das migrações, os países europeus incentivaram populações inteiras a se deslocarem da Europa para outros países, como: Estados Unidos, Canadá, Argentina, Brasil e Austrália por enfrentarem excedente populacional, ou por ter objetivos colonizadores em colônias vigentes. Desta forma, reduziam a pressão demográfica nos países europeus e contribuem no desenvolvimento de seus países a partir dos saques das riquezas desses países.

A redistribuição impulsionou o capitalismo gerando demandas econômicas e possibilidades para outras regiões geográficas. Os desenvolvimentos técnicos facilitaram a internacionalização entre continentes, com os avanços de transportes marítimos e ferroviários. Durante a Primeira Guerra Mundial, período do imperialismo, a Europa era marcada pela expulsão demográfica e aumento do capital. Além disso colonizou os continentes da África, Ásia e América Latina com a finalidade de dominar recursos e mercadorias (Brito, 2013, p.80).

As migrações internacionais apresentam ideologias e visões de mundos diferentes, a maioria delas visam combater as distorções explicativas das contradições e instabilidade do capitalismo globalizado. Conforme Brito (2023), esse modelo de desenvolvimento atual, teve forças após a Guerra Fria. Nesse cenário, apresenta-se uma divisão de países ricos e industrializados e que estão sempre em constante desenvolvimento, desafiando a capacidade dos outros países de desenvolver e prosperar globalmente, apresentando novos sistemas de pobreza e exclusão resultantes desse modelo.

Atualmente, as migrações giram em torno de mudanças econômicas e políticas, principalmente, com as mudanças que surgem a partir de 1980, no que se trata da produção industrial e econômica. Esse cenário de reestruturação produtiva, como mão de obra barata, fábricas e indústrias em transferências, trabalhos precários afeta as modalidades das pessoas, reforçando as razões para migrarem (Patarra,2006). A contar da década de 1990, com as grandes intensificação do fluxo migratório, as fronteiras passaram a ter dupla função, sendo utilizada para barreira de controle ou vias de acesso, envolvendo assim as migrações legalizadas, contexto de refúgio e família transfronteiriça (Santos, et al., 2017).

Nesse sentido, o Estado exerce uma função chave na regulação da mobilidade internacional. Reis (2004) aponta que o Estado tem domínio sobre o comando das fronteiras e a autorização para atravessá-la. Esse comando é crucial para as bases das soberanias nacionais e definições do fenômeno das migrações internacionais, essas definições estão inseridas em um sistema de Estado soberano exclusivo.

Em vista disso, aumenta a necessidade de novas abordagens organizacionais para compreender todo o processo da migração ainda por cima da perspectiva de gênero. Com essa necessidade de inovar nos estudos sobre migrações, as narrativas, vivência e experiências dos migrantes passa a ser reconhecida e valorizada podendo evitar uma leitura subjetiva e assim haver autenticidade nas vivências dessas pessoas que se deslocam. Logo,

O migrante é um indivíduo racional que decide migrar a partir de um cálculo de custos e benefícios que o leva a ter uma expectativa de retorno positivo – geralmente monetário – obtido com o movimento. Os indivíduos escolherão como destino locais onde, levando em consideração as suas habilidades pessoais, possam ser mais produtivos. No cálculo racional desenvolvido pelo migrante, este levaria em consideração o salário que irá receber e os custos associados ao movimento (Santos, et al. 2020, p. 7)

Desta forma, a decisão do indivíduo de migrar vem de um processo de cálculos, juntamente com os custos e benefícios, o migrante busca olhar para facilidade de adaptação, oportunidades de empregos e qualidade de vida. A partir desses fatores que atraem e repelem esses indivíduos, há uma falsa facilidade na análise de decisão de seus destinos. Ignorando o papel fundamental e, por vezes, crucial nos deslocamentos. A fronteira possui um papel político, jurídico, geopolítico e geográfico.

Poncho introduziu a ideia da fronteira como um lugar epistemológico e geopolítico, propondo uma reflexão que ultrapassa a noção física de fronteira. Para este autor, pensar a partir da fronteira é muito mais do que viver em um espaço limítrofe entre territórios; trata-se de um exercício profundo de pensamento e sentimento que emerge de uma condição existencial de liminaridade. Essa perspectiva, fortemente inspirada por Gloria Anzaldúa, autora de “Borderlands/La Frontera: The New Mestiza”, traz à tona a ideia de que a fronteira é um espaço híbrido onde diferentes culturas, saberes e identidades se encontram e colidem, muitas vezes produzindo tensões, mas também possibilidades de resistência e reinvenção (Mignolo, et al. 2024, p. 94).

A fronteira vai além de um conhecimento e da ciência geográfica e política, significa adotar todas as diversidades do mundo como: culturas, realidades distintas, identidade e, principalmente, a forma como é produzido o conhecimento. Olhar a fronteira não somente como

espaço de conflitos onde as culturas e os conhecimentos se chocam e transforma-se em tensões, mas pensar a fronteira como espaço de possibilidades, de reinvenções e principalmente resistência (Mignolo et al; 2024), portanto, só há fronteiras, porque existem migrações.

De acordo com o conceito da Organização Internacional para as migrações OIM (2021), a migração é o deslocamento de pessoas para longe do seu local de residência, esse movimento se dá por meio de fronteiras internacionais ou movimento interno (dentro de um Estado). E conforme a organização, os fundamentos das migrações não são simplificados, por haver diversas definições e cenários que foram aceitos para definir os deslocamentos de pessoas. Dito isso, o conceito de migrante se encontra nos âmbitos jurídicos, administrativos, em pesquisas e estatísticas.

No âmbito do Direito Internacional, os migrantes são categorizados em dois grupos: migrantes voluntários que decidem migrar em busca de melhores condições de vida. Os refugiados, que de forma involuntária abandonam seu país em consequência de, perseguição, conflitos armados, desastres ambientais e crise humanitária. E há as migrações forçadas, cujas condições materiais, sociais forçam a pessoa a “decidir” pela migração como forma de melhorar as condições que o desfavorece no seu local natal.

São essas migrações as que mais acometem as mulheres, sobretudo, aquelas que geograficamente estão na América Latina e Caribe. Os avanços nas construções teóricas sobre esse tema, que correlacionaram às teorias feministas e as migrações internacionais, bem como as organizações internacionais, proporcionaram que a migração feminina saísse da invisibilidade.

### **2.3. Migrações de Mulheres**

Migração de mulheres é um fenômeno global que envolve o deslocamento de mulheres de suas origens para outros locais, seja dentro de um mesmo país ou para outro. Esse movimento pode ser motivado por diversas razões, como busca por melhores oportunidades de trabalho, fuga de conflitos armados, perseguições, desastres naturais, reuniões familiares ou até mesmo questões relacionadas à gênero, como violência doméstica. Logo, precisamos expandir a ideia de que a migração tem gênero.

Mulheres migram. Esse é um fato social. Além disso, estudos acadêmicos têm reiterado que esse deslocamento, quando comparado ao de homens, tende a ser invisibilizado. Mulheres migram mais ou menos do que os homens? Por que o fazem? Em que condições? De onde? Essas são perguntas que abrem diversas questões próprias às complexidades

vinculadas ao estudo dos fenômenos migratórios. Mulheres migram de diversos lugares, com diversos interesses, em condições muito diferentes entre si (Museu da Imigração, 2021, s/p).

Entretanto, a questão de gênero não foi suficientemente valorizada nas análises das migrações internacionais. Mesmo após o aumento do fluxo migratório, cujos marcos acentuados ocorreram no início da Segunda Guerra na Europa, logo após a Guerra Fria com economias colapsadas, e mais recentemente, partindo do pressuposto de que as migrações estão mais caracterizadas e relacionadas com a questão do trabalho, acredita-se que as mulheres participam delas apenas enquanto acompanhantes ou, eventualmente, mediante a reunião familiar. Esse é um erro analítico grave, pois não permite enxergar as mulheres como sujeitos das migrações, como possibilidade de políticas migratórias e políticas públicas.

Nessa perspectiva, para compreender as características essenciais do ato migratório, por muito tempo, apenas era suficiente pesquisar a migração do homem, único agente ativo. Eventualmente, havia estudos complementares em que eram aprofundados aspectos específicos da migração feminina, deixando a entender, desta maneira, que a migração “padrão” era sempre e exclusivamente masculina (Marinucci, 2020, s/p).

A invisibilidade das mulheres nas pesquisas sobre migrações internacionais não reside somente no seu ocultamento nesse fenômeno, mas também no retratá-las como coadjuvantes na posição de membro da família, conferindo um sentido estereotipado às suas experiências. desse modo, investigações capturadas pelo discurso patriarcal deixam de dar voz às percepções das mulheres imigrantes em relação ao seu mundo, negligenciando o fato da imigração ser vivenciada de forma diferenciada por homens e mulheres (Rodrigues, et al. 2009, p.442 apud Kosminsky, 2004).

A falta de representatividades das mulheres nos estudos das migrações internacionais não evidencia somente as ausências em pesquisas, mas também reflete sobre como é narrado o seu processo migratório. As mulheres são estereotipadas e a sociedade acaba por exigir mais dos papéis tradicionais de gênero, negligenciando todas as experiências das mulheres migrantes. Os discursos patriarcais condicionam a maneira como as migrações femininas são compreendidas, as mulheres passam a ser vistas como incapazes, e principalmente, como um indivíduo sem autonomia, uma espécie de anexo.

A sociedade patriarcal impõem que as mulheres cumpram o papel de esposas, mães e cuidadoras das famílias, esses papéis não se dissolvem nas migrações. Mulheres doam seu tempo para serviços domésticos, filhos e até mesmo para parentes distantes. É importante ressaltar que mulheres gastam o dobro do tempo sendo cuidadoras.

Ainda assim, mulheres migrantes enfrentam desafios relacionados aos papéis de cuidados e empregabilidade, contraditoriamente. São sobrecarregadas pelos serviços

domésticos, trabalho menos ou não remunerado, possuem poucas chances em áreas de trabalhos formais, sofrem discriminação na possibilidade de seguirem carreiras, além de desenvolverem problemas psicológicos.

Noutra via, de acordo com Andrade et al.(2021), mulheres migrantes são exploradas no trabalho, os empregadores utilizam discursos disfarçados de reconhecimento emocional. Existe ainda, uma problemática sobre os direitos trabalhistas formais, onde utilizam discursos naturalizantes, ao tratar as cuidadoras como naturalmente propícias a essa função, ou alguém “como se fosse” família, exibindo uma forma de poder e ultrapassando os limites de uma relação profissional. Discursos como esse impulsionam a naturalização e precarização dos trabalhos, que é majoritariamente composto por mulheres, na maior parte ocupado por migrantes racializadas.

De acordo com os dados da ONU (2019), as mulheres correspondem a aproximadamente metade dos 272 milhões (48%) de pessoas que vivem e trabalham fora dos seus países de origem e nascimento. Marinucci (2020) analisa que, diante desses números, forçou-se, portanto, a utilizar a expressão “feminização das migrações” para designar, de forma genérica, as mudanças que, nas últimas décadas, envolveram as mulheres no contexto migratório. A autora deixa uma questão importante para as análises migratórias: Mas em que sentido as migrações contemporâneas seriam mais femininas?

Uma resposta plausível é de que não são as migrações contemporâneas que estão mais femininas. O que pode estar ocorrendo é uma conotação mais atenta às condições de migrações, forjadas pelas mulheres, por mulheres que migram e integram movimentos e políticas migratórias. Não se trata apenas de fatores numéricos - as mulheres como maior grupo em que se cresceu a porcentagem de migração - que hoje se aproxima de meio a meio.

Em 2013 as mulheres representavam 48% do total de migrantes internacionais. Alguns dados indicam que a maior porcentagem de mulheres migrantes se encontra nas regiões onde o processo migratório já está estabelecido há algum tempo, como é o caso da Europa, da América Latina e do Caribe, lugares onde a migração feminina representa 51% (United Nations 2013), isto é, ultrapassa, o dado que circula no senso comum de que são os homens os que comandam as decisões migratórias. Tudo isso não é apenas desinformação, há uma intenção de não se responsabilizar, muito além de desrespeitar a luta por visibilidade enquanto trabalhadoras, também dificulta a regulamentação dos direitos trabalhistas, tratar mulheres como familiares têm uma função política e econômica:

Existe uma tentativa de camuflar essa ausência de regulamentação e de direitos trabalhistas com um falso reconhecimento das atividades das cuidadoras, nas situações em que as empregadoras dizem que elas são “como se fossem da família”. Tal fato, além de sobrecarregar as atividades dessas mulheres, também aumenta o controle das empregadoras sobre elas. No entanto, as cuidadoras resistem, negando o discurso de que são membros da família, com consciência da desvalorização profissional a que estão sujeitas, quando procuram manter sua cultura e memorar suas origens. (Andrade, et al. 2021,p.8)

Todavia, há também uma questão jurídica e estatal, quando não há regulação acerca de sujeitos sociais nas migrações, tampouco haverá políticas públicas. E a ausência de políticas públicas inviabiliza o acesso a direitos fundamentais, dentre eles, o direito a existir, a ter uma identidade.

A ausência de regulamentação e de direitos trabalhistas potencializa a desvalorização e a invisibilidade social, em que se percebem sentimentos de inferioridade, medo de serem deportadas e, ainda, medo do tráfico humano. Potencializam a dupla invisibilidade social: a de serem estrangeiras e a de realizarem o trabalho de cuidado reprodutivo. (Andrade, et al. 2021,p9)

Quando as autoras discutem sobre a potencialização da invisibilidade social das mulheres imigrantes, principalmente no âmbito do cuidado reprodutivo, aponta a condição precária de estrangeira e os serviços que realizam. A problemática está na “ausência de regulamentação e direitos trabalhistas”, que contribui para a desvalorização e exploração humana. As mulheres migrantes temem a falta de proteção, o medo de serem deportadas e traficadas aumentando ainda mais sua vulnerabilidade. Esse cenário fica propício para os exploradores de trabalho que utilizam de sua invisibilidade (medo) para tirar vantagem da situação. Enquanto isso, a maioria das análises sobre migrações ainda operam sobre o prisma exclusivamente economicistas:

As clássicas teorias sobre migração – concepções neoliberais e marxistas - têm focalizado prioritariamente suas causas econômicas e políticas, ou seja, vinculam a migração a oportunidades de emprego para homens – provedores de família – no modelo capitalista de desenvolvimento, ou reduzem o migrante ao proletário. Os estudos sobre migração têm ignorado as mulheres tornando-as invisíveis ou totalmente dependentes dos homens (Lisboa, 2006, p.152)

A crítica de Lisboa (2006) reflete sobre as perspectivas neoliberais e marxistas que mencionam apenas os fatores econômicos e políticos das migrações sem considerar as experiências de mulheres. As teorias induzem que a entender que as migrações são forjadas sobre o perfil masculino, que desloca em busca de emprego para o sustento da família. Essas visões apontam para um indivíduo refém do capitalismo, uma abordagem que não considera os conceitos de gênero nas experiências migratórias. Tal qual é exposto na observação abaixo:

As imagens que mostram a chegada dos homens possuem uma legenda com a seguinte pergunta: “Você tem trabalho?”. Já nas fotos em que aparecem mulheres e crianças, consta na legenda explicativa a pergunta: “Você é casada?” (Dornelas; Ribeiro, 2018, p. 247)

Para sintetizar como as mulheres são composicao importante das migrações, pensemos a partir de um dos últimos dados de migrações no Brasil. Pensar essa escala, nos possibilita compreender como esse fluxo pode ser ainda mais complexo numa escala global.

A série histórica analisada demonstra que houve um crescimento exponencial na emissão de carteiras de trabalho para mulheres imigrantes. Em 2011 foram emitidas apenas 3.722, já em 2019 foram emitidas 39.813, o maior número do período estudado, tendo um aumento de 970% comparado com 2011. Em 2016, as haitianas representaram 46% das carteiras emitidas entre as mulheres imigrantes. Já em 2018, as venezuelanas prevaleceram entre as nacionalidades que mais emitiram carteira de trabalho no Brasil, superando as haitianas em 117%. Do total de carteiras de trabalho emitidas, em 2019, 63% foram para venezuelanas, seguido das haitianas com 20% e cubanas com 5% (Tonhati; Macedo, 2020, p. 127).

Esse apanhado organizado pelas autoras supracitadas nos permite observar que as principais nacionalidades de mulheres imigrantes que solicitam a carteira de trabalho no Brasil são originárias dos países vizinhos e caribenhos (Tonhati; Macedo, 2020, p. 127). Assim, podemos inferir que a busca por trabalho tem sido um dos objetivos destas mulheres imigrantes, tal qual é concebido como objetivo para os homens, mas adiante a essa perspectiva, é preciso pensar como as crises sociais, políticas, econômicas, culturais determinam muito mais as movimentações das mulheres do que dos homens.

Importante lembrar uma frase popularizada pela filósofa francesa Simone de Beauvoir: “nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida”. Talvez esse seja o motivo pelo qual foi descuidado no debate de gênero, de conceber erroneamente que as crises paralisam as mulheres, de que elas são incapazes de criar seus próprios mecanismos de superação/adaptação a essas crises.

### **3. MIGRAÇÕES TEM GÊNERO?**

Este capítulo tem como objetivo analisar as migrações venezuelanas no contexto da atual crise socioeconômica da Venezuela, ocasionando o maior número de população migrante da América Latina nos últimos anos. Desta forma os tópicos a seguir estão divididos da seguinte forma: a primeira parte trará um panorama socioeconômico da Venezuela em que buscamos analisar os fatores que levaram o país a atual crise.

Em seguida traremos algumas especificidades das migrações venezuelanas, nosso objetivo é apresentar o processo de migração, utilizando dados de organizações internacionais, e evidenciando os desafios enfrentados no processo de deslocamento em busca de melhores condições de vida. Em seguida trataremos das Migrações de Mulheres Venezuelanas destacando as especificidades e vulnerabilidades que existem no processo migratório de mulheres.

Segundo o Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Migrantes, entre janeiro de 2017 a fevereiro de 2024, houve 1.044.293 número total de entradas de venezuelanos no Brasil. Conforme a notícia apresentada pela Agência da ONU para Refugiados ACNUR (2023), o número de mulheres e crianças Venezuelanas vindo para o Brasil aumenta significativamente, e embora haja um corrente debate sobre estabilizar a Venezuela a partir de creditar confiança no governo, a estabilidade das migrações está longe de ser alcançada. Em todo o capítulo faremos uso de fontes que trabalham especificamente com as questões das migrações. Portanto, utilizamos informações organizadas por dados para identificar a quantidade de mulheres venezuelanas que migraram para o Brasil.

#### **3.1. Um Panorama Socioeconômico**

A instabilidade da Venezuela não surgiu de forma repentina, ao contrário do que pensamos, a consequência desse colapso econômico é resultado de uma combinação de fatores que agrupam-se desde a Guerra fria e com Estados Unidos sendo país influente (Bastos; Obregón, 2018, p.4). Durante o período de 1910, surge a descoberta de reservas petrolíferas, sendo um marco na história da economia Venezuelana. O Mene Grande foi o primeiro campo petrolífero significativo da Bacia de Maracaibo que intensificou a Venezuela e impulsionou os interesses estrangeiros de empresas petrolíferas (Silva, 2024, p. 37).

Foi extenso o processo de desenvolvimento petrolífero da Venezuela, as descobertas de campos eram enormes, como o Campo Costeiro de Bolívar. E apesar das descobertas de quantidade significativa de território e início de desenvolvimentos de produção de petróleo, a

Venezuela sofre privações desde o começo da Primeira Guerra Mundial (Silva, 2024, p. 37).

Durante os anos de 1917 e final de 1918 os processos de petróleo produzido foram significativos, para elevar a Venezuela nas estatísticas globais de exportações. A partir do período de 1920 e 1921, que o petróleo passou a ser produto da Venezuela, o nível de exportações representava 8% e 0% dos ingressos fiscais arrecadados (Lopes, 2013, p.6). Ao longo dos tempos atingiu marcos históricos, sendo o principal exportador de petróleo, principalmente a partir de 1928. Todo esse alcance, torna a Venezuela importante nas indústrias petrolíferas globais e nos desenvolvimentos de políticas de exportações de petróleo (Silva, 2013, p.37).

Ainda de acordo com os dados de Silva (2013), em 1930, a Venezuela consumiu 70% das exportações em geral e, 50% das arrecadações fiscais, diante disso, o país sofreu pouco impacto econômico durante a crise de (19)29, uma vez que havia controle do preço de seu petróleo, diferente dos exportadores agrícolas de outros países da América Latina. Isso evidenciava não só um controle econômico, como também político.

A participação dos bens transacionáveis não petrolíferos, que, em 1920, representavam 38,3% das exportações totais, não passou de 16,2% em 1950, praticamente ocasionando o desaparecimento do setor de tradables não-petrolíferos na Venezuela. Esse processo de desestruturação pelo qual passou esse setor é extremamente relevante, pois teve como consequência a inexistência de qualquer oposição política aos efeitos negativos da apreciação da moeda, resultado do fluxo de dólares provenientes das exportações de petróleo (Lopes, 2013, p.118).

Toda essa expansão, obviamente, chamou a atenção dos setores da economia política que entendiam a circulação do petróleo e do dólar (moeda que alçava um giro importante nessa época). Segundo Lopes (2013), no período de 1935, apresenta queda no dólar interferindo no setor agroexportador, perdendo a posição e competitividade dos bens não-petrolíferos e beneficiando o setor petrolífero. No entanto, a demanda nas empresas estratégicas do Estado, deixou a Venezuela completamente dependente do nicho petrolífero e mais expostas a qualquer tipo de crise, somado a isso, havia catalisado uma crise política.

O poder centralizador, fez com que Juan Vicente Gómez (1908-1935) durante seu mandato controlasse o poder autoritário a partir das receitas de petróleo. Desta forma, facilitou o não cumprimento das demandas da sociedades ou de instituições democráticas. O lucro que vinham do petróleo era direcionado aos apoiadores do regimes, latifundiários e instituições financeiras e comerciais, esses ganhos foram direcionados a estes grupos que manteve o patamar bolívar, obtendo lucro para os setores de importações. Houve tentativas de diversificar a economia do país no período de 1940, porém não foi o bastante para combater o modelo de

exportação petrolífera do país. Os lucros dos incentivos governamentais favorecem as instituições econômicas e contribuem para o crescimento da desigualdade já existente.

No período de 1940, o status da Venezuela no âmbito da produção elevou, para o terceiro maior produtor de petróleo do mundo, anualmente produzindo 27 milhões de toneladas. Durante o mandato de Isaías Medina Angarita, a Venezuela regulamenta leis como a de Hidrocarbonetos de 1943, que resultou no domínio do governo sobre o lucro das empresas petrolíferas em 50%. A Venezuela passou a ser o principal fornecedor de petróleo para os aliados durante a Primeira Guerra Mundial, elevando sua produção a 42% durante o período entre 1943 e 19442 (Silva, 2013 p.38).

Perez Jimenez governou durante (1952-1958) um governo caracterizado por ser patrimonialista, rompeu as propostas criadas pelos governos anteriores e apesar das quebras de incentivos, conseguiu empreender avanços nos investimentos industriais, direcionados às instituições públicas, mas também as instituições multinacionais. sob seu governo, apesar das diversas dificuldades, principalmente com a diminuição nos preços do petróleo em 1950, a Venezuela aumentou seus investimentos devido a suas reservas . Isso criou terreno para a criação do Pacto de Punto Fijo, um acordo político iniciado em 1958 junto a partidos políticos da Venezuela: Ação Democrática (AD) e o Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI). Teve como objetivo instituir apoios para o sistema democrático no país, formulando normas para alternância de poder e o espaço político ativo (Lopes, 2013).

Os partidos que compunham o Pacto de Punto Fijo obtinham controle sobre os sistemas econômicos, sociais e políticos do país, denominado como “partidocracia”. Esse pacto foi importante para a estabilidade democrática da Venezuela, e aproveitando um período econômico instável, o pacto reduzia a participação da política em alguns setores. Ao passo que reforçaram em outros, como forças armadas e as instituições petrolíferas e econômicas estatais ou não, o que possibilitou que:

Os trabalhadores urbanos e a ascendente classe média foram cooptados pelo novo sistema político, mediante o forte aumento do emprego público, que atendeu principalmente a classe média e parte da população mais pobre. Essa foi a solução encontrada pelo sistema político, pois a indústria petrolífera, intensiva em capital, gerando poucos empregos em um país que se urbanizava rapidamente, fatalmente criaria uma situação que poderia ameaçar a estabilidade democrática (Lopes,2013, p.120).

A política governista passou a ser pautada pelo clientelismo e populismo, apesar desse período ser marcado pela estabilidade, mas também por práticas corruptivas e clientelistas, apresentava representatividade e limitações da população no país. Os lucros concentrados e o

sistema político com práticas de troca de dependência, também contribuíram para o crescimento da desigualdade social no país.

Segundo Lopes (2013), com o aumento de urbanização e população, torna a realidade da Venezuela diferente, e a partir da década de 60, inicia-se o Processo de Substituição de Importações (PSI), sendo dividido em dois períodos. Entre 1965-1973 o foco das políticas econômicas situava-se no Protecionismo, aumento de produção interna e diminuição dos ganhos que vinham somente dos produtos importados. A partir de 1973 a início do período de (19)80, passa para a segunda fase do PSI.

No final desse período, com a queda baixa dos preços, o país junto com outros membros produtores fundou a OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) em 1960, com a finalidade de garantir e assegurar o seus interesses dentro dos mercados exportadores internacionais e regulando o excesso de produção (Silva, 2024).

Em 1970 surge a crise do petróleo atravessada pelos conflitos no Oriente Médio, provocando o aumento dos preços petrolíferos mundialmente. Um momento importante para a Venezuelana, umas das maiores exportadoras de petróleo, beneficiando-se dessa situação e podendo aumentar as suas receitas de exportações. Sobre a Liderança de Andrés Pérez e aumento das receitas, passou a ser ambicioso no desenvolvimento econômico venezuelano.

O foco de Pérez era modificar a economia e diminuir a dependência das importações e centralizar em questões sociais, como a estrutura, educação e saúde. Logo em 1972 iniciou a nacionalização da indústria de gás natural e a lei de reversão, permitia que os bens estrangeiros voltassem para o Estado no final das concessões. Em 1976, foi criada a PDVSA Petróleo de Venezuela S.A que assumiu o comando da indústria petrolífera, com intuito de avançar na economia e no aumento do controle de recursos naturais (Silva, 2024).

O Pacto de Punto Fijo teve estabilidade durante três décadas, sendo surpreendido durante 1998 com as iniciativas políticas. Sua instabilidade surge, através da insatisfação da população e crise econômica. A forma como Carlos Andrés Perez governava o boom do petróleo em 1970, levanta expectativas para os eleitores em relação à recuperação da economia. Entretanto, o surgimento de medidas neoliberais implementadas nos ajuste fiscal, privatização e redução do Estado , fez com que sua proposta torna-se amplamente impopular (Villa, 2005).

O primeiro forte sintoma da instabilidade política do sistema democrático venezuelano foi o então denominado *Caracaço*, de 27 de fevereiro de 1989, e que se constituiu de uma reação militar repressiva dirigida ao protesto de setores mais pobres da população (vindos dos cerros e os ranchos de Caracas, como são conhecidas as favelas na Venezuela) contra as medidas neoliberais de Pérez. Nesse acontecimento morreram aproximadamente trezentas pessoas, de acordo com dados oficiais, e mais de mil segundo fontes extra-oficiais. (Villa, 2005,p4)

O período de 1989 marcou a ruptura da política venezuelana, o sistema encontrava-se insustentável. A ação do governo contra os manifestantes contribuiu no aumento de pessoas insatisfeitas e minou a legitimidade das instituições democráticas. O cenário da economia venezuelana neste período de políticas neoliberais, escancarou a vulnerabilidade em que a sociedade se encontrava pelo clientelismo estatal sustentado pela única renda do país. A partir desse marco de Caracazo, a política venezuelana se debilitou, novos atores políticos surgiram questionando as ordens estabelecidas, como Hugo Chávez (Villa, 2005)

Muitos países latino-americanos passaram a estar insatisfeitos com as políticas neoliberais que propunha a intervenção do Estado na economia, descontentamento com a democracia representativa, que essa política neoliberal representa o crescimento da desigualdade social e crise econômica (Bastos; Obregón, 2018).

A era do Hugo Chávez é marcada pelas fragilidades políticas e descontentamento da população com esse modelo neoliberal. Todo esse processo ocorreu em fases históricas como protestos contra políticos neoliberais (1989), tentativa de golpe (1992), Presidente destituído por corrupção (1993), colapso bancário e queda de preço do petróleo (1994-1999) que transformou a Venezuela da atualidade (Bastos, Obregón, 2018).

Com Hugo Chávez na presidência, marcou o fim do sistema político Pacto Punto de Fijo, que sustentou por bastante tempo a Venezuela. O discurso anti-sistema de Chávez prometia romper com os partidos tradicionais e reformular as estruturas políticas e econômicas. Apresentando um governo participativo na economia e o afastamento das elites que dominavam o poder.

A política econômica nos primeiros anos do governo Chávez teve como foco principal- buscar a estabilidade da economia- concentrando-se na adoção de medidas econômicas de curto prazo, e caráter conjuntural, pois o país enfrentava, naquele momento, grande instabilidade, caracterizada pela forte deterioração da situação fiscal, queda dos investimentos e gastos públicos, recessão, desemprego, instabilidade cambial e aumento da inflação (Lopes, 2013, p. 126).

Todavia, o governo de Hugo Chávez enfrentou barreiras desde do início, principalmente com o Congresso que era dominado pela oposição. Antes do governo de Chávez a economia venezuelana já apresentava fragilidades, recessões e alto índices de desemprego. O sistema utilizado para estabilizar o governo, foi o ponto de partida de uma política econômica ortodoxa, que apoiava-se na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), esse sistema de recuperação do petróleo teve um papel significativo para o governo de Chávez, desta forma, avançou nas reformas estruturais, como a Assembleia Constituinte no ano de 1999. A reforma substituiu o Congresso e incentivou o papel do Estado na economia, abriu espaço para a

participação popular na política através de plebiscito e referendos. A participação de militares tornou-se ativa no governo, desta forma surgiu a era do Chavismo como um novo sistema de poder na Venezuela (Lopes, 2013).

Durante el primer gobierno de Chávez se creó una atmósfera de optimismo, particularmente entre pobres y empobrecidos, pero también entre clases medias urbanas progresistas. Las decisiones de políticas públicas con perspectiva participativa estimularon la creación de múltiples instituciones, como mesas técnicas de agua, comités de tierra, mesas de gas, organizaciones comunitarias autogestionarias, consejos locales de participación pública, etcétera. Gracias a estas iniciativas, la fortaleza y legitimidad de la élite en ascenso fortalecieron el proyecto político y el liderazgo de Chávez ante la violenta confrontación política que tuvo lugar en el país de 2001 a 2005, entre Gobierno y poderosas fuerzas sociales y políticas opositoras, lideradas por grupos empresariales, medios de comunicación, gerentes de la empresa estatal petrolera, militares descontentos y partidos políticos del pasado, respaldadas por intereses y actores internacionales (Maya, 2016, p.166).

O governo de Hugo Chávez teve grandes avanços principalmente, entre as classes populares e médias progressistas, devido às implementações de políticas voltadas para participação popular, desenvolvendo novas instituições sociais, como conselhos locais, grupos de terra e base de apoio de Chávez. Entre 2001 a 2005, o governo desgastes políticos por parte dos setores opositores, como os partidos tradicionais, a mídia, empresários e militares que estavam desapontados com o governo. Esses grupos tiveram apoio de interesse internacional.

Ainda assim, Chávez superou alguns períodos que marcaram a jornada do seu governo: o golpe de Estado (2002), a greve petrolífera e protestos violentos - Os Guarimbas, venceu em 2004 um referendo que tinha como objetivo extinguir seu mandato - venceu com 59,1% de votos válidos contra 40% da oposição - , evidenciando a popularidades que tinha socialmente. Seus planos, conhecido como Misiones, foram bem sucedidos e tiveram impacto positivo em vários setores que eram marginalizados. Esse sistema inclui programas de saúde e educação para a sociedade venezuelana (Villa, 2005).

Em 2006 Hugo Chávez foi reeleito presidente com 62,9% dos votos, declarando que o governo seguiria o sistema do Socialismo do século XXI contra o neoliberalismo. E para fortalecer essa ideia criou o Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV). No ano subsequente, seu governo toma uma medida que gera enorme repercussão na mídia internacional: nega a concessão da licença da Rede Caracas de Televisão (RCTV), acusando-a de ser uma mídia golpista. No mesmo ano, tenta aprovar sem sucesso reformas constitucionais, que aumentariam seu poder e a velocidade da transformação da Venezuela (Bastos, Obregón, 2018).

Em 2011, o partido do chavismo perdeu a força nas eleições parlamentares.

Entretanto, Hugo Chávez, conseguiu ser eleito mais uma vez, vencendo Henrique Capriles com 55,8% dos votos. Porém, não pode assumir o cargo formalmente, por questões de saúde. Hugo Chávez indica o seu sucessor Nicolás Maduro, mesmo com as previsões de nova eleição devido às questões de saúde do presidente. Em 2013, Hugo Chávez morreu, devido ao câncer, após sua morte a militares apoiam Maduro com presidente interino, o que levantou conflitos com a oposição, que chamou o ato de inconstitucionalidade.

No ano de 2013 a 2016 já havia notícia sobre a queda do valor monetário da Venezuela ocasionando a desvalorização do petróleo, o auge da crise econômica do país foi em 2017, quando os acordos bilaterais com EUA foram proibidos. Donald Trump, então presidente dos Estados Unidos, impôs severas sanções econômicas à Venezuela. Como consequência, o país experimentou um grande retrocesso econômico, culminando em uma hiperinflação, sobretudo, porque a relação dos dois Estados era a troca de permuta por bens e serviços a partir do petróleo.

A crise caracteriza a instabilidade das políticas e da economia no país, que, conseqüentemente, viola e fragiliza os direitos humanos, dada a situação na qual a sociedade venezuelana foi exposta, com a falta de recursos básicos, o que desencadeou o fluxo migratório internacional, todavia é importante salientar que as sanções de um país imperialista que abertamente deixa seus interesses nos recursos de outros países, condicionando relações bilaterais e multilaterais, precificando o petróleo e endossando um embargo econômico e geopolítico como forma de pressionar as consequências a um país cujo governo não quis estabelecer relações por entender que eram desiguais e degradantes é subvalorizada nos debates sobre a crise migratória das pessoas venezuelanas.

### **3.2. Migrações Venezuelanas**

Como foi exposto no tópico anterior, a crise econômica, política e social na Venezuela intensificou o fluxo migratório para o Brasil a partir de 2015. Em 2017, esse fluxo se intensificou de maneira muito mais acentuada, tendo em vista que houve a intensificação dos embargos econômicos sobre a Venezuela, devido ao fato de o governo se negar a negociar seus recursos com grandes potências políticas e econômicas, ao passo que também foi acusado de negligenciar direitos políticos e direitos humanos a sua população.

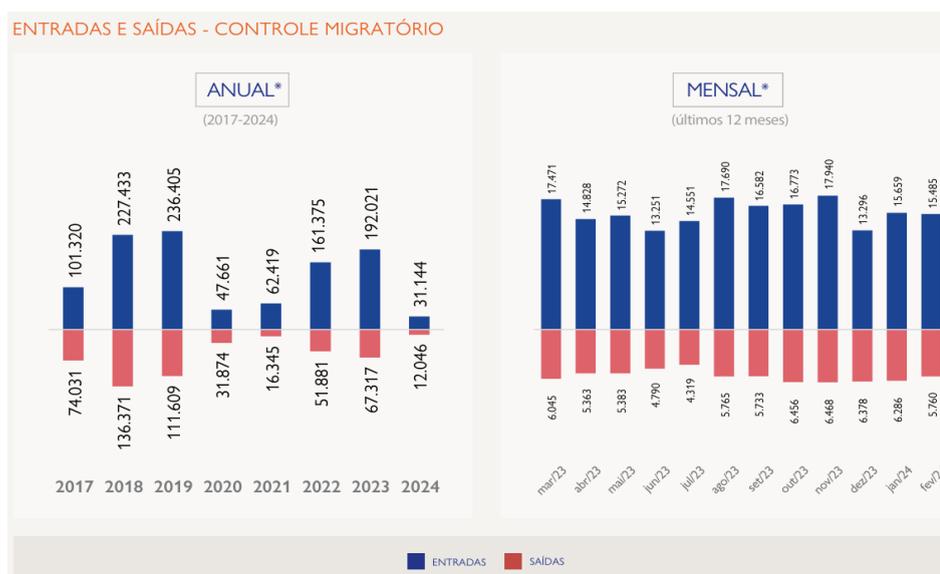
Amplamente noticiado pelos diversos canais de notícias e informações, a rota que insere as migrações venezuelanas no Brasil é iniciada, concentradamente, pela fronteira do estado de Roraima, centrando-se principalmente nos municípios de Pacaraima e Boa Vista. De acordo com o ACNUR, mais de 80% dos venezuelanos que entram no Brasil o fazem por

necessidade de proteção internacional, buscando refúgio devido à crise em seu país de origem.

Ainda de acordo com a agência, a migração venezuelana para o Brasil é caracterizada por ser um fluxo misto, ou seja, composto por pessoas que buscam refúgio e por migrantes econômicos. Essa característica exige uma resposta complexa e abrangente do governo brasileiro, que precisa lidar com diferentes demandas e necessidades. Além disso, a migração venezuelana para o Brasil é um fenômeno dinâmico, inicialmente, o fluxo era composto principalmente por pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica. Atualmente, verifica-se a chegada de profissionais qualificados, empreendedores e famílias com maior poder aquisitivo (ACNUR, 2024).

O Relatório do Observatório das Migrações Internacionais (OBmiga, 2021) revela que no Brasil, entre 2011 e 2019, pessoas reconhecidas como refugiadas chegaram ao número de 31.966 e, as solicitações de refúgios no país foram de 239.706 mil imigrantes. Entre as nacionalidades identificadas como maior números de indivíduos ou grupos sociais, apresentavam-se Venezuelanos com maior número de pessoas (20,935), seguida dos sírios (3.768) e congolese (1.209). A figura abaixo avança um pouco mais nessa escala temporal e traz um controle de pessoas evidenciando que a migração venezuelana tem um maior número de entradas e tem sido mais controlada no último ano da escala.

Figura 1 - Entradas e Saídas - Controle Migratório de venezuelanos



Fonte: OIM Brasil (2024)

O dados da figura acima apresenta a identificação e triagem dos imigrantes Venezuelanos entre Janeiro de 2017 a Fevereiro de 2024 e apresenta a quantidade de venezuelanos que entraram e saíram anualmente de (2017 a 2024) e mensalmente (últimos 12 meses). Os anos que

mais houve migrações de venezuelanos está entre os anos de 2018 com aumento de 227.433, 2019 tendo um aumento de 96,20% com 236.405, 2022 com 161.375 e 2023 tendo um aumento significativo de 84,03% comparado ao ano anterior, representando a 192.021 entradas de venezuelanos.

Um outro dado que nos importa trazer é o fato de a migração venezuela parecer o maior fluxo migratório brasileiro da atualidade. O que não corresponde à realidade. A migração sequer chega a ser a maior da América do Sul composta pelos treze países sul-americanos. Esse dado perde ainda mais força quando comparado ao total da nossa população e o contingente de pessoas que estão na condição de migrantes partindo da Venezuela.

Figura 2 - Comparação entre População Total e População de migrantes

TABELA 4 — COMPARAÇÃO ENTRE POPULAÇÃO TOTAL E POPULAÇÃO DE MIGRANTES

País	População total (BANCO MUNDIAL, 2020)	População de migrantes e refugiados venezuelanos (R4V, 2020)
Colômbia	50.339.000	1.800.000
Peru	32.510.000	1.000.000
Chile	18.952.000	457.300
Equador	17.373.000	417.200
Brasil	211.049.000	262.500

Fonte UNODC, TRACK4TIP Relatórios Situacionais, 2020

Os países sul-americanos que mais recebem migrantes venezuelanos são os que fazem fronteira com a Venezuela e que tem o espanhol como língua oficial. De acordo com a ACNUR (2019), esse é um dado histórico das migrações latinas. Apesar da crise fazer parecer que o fluxo de migrantes venezuelanos esteja direcionado com mais forças para os ditos países desenvolvidos ou em amplo desenvolvimento como é o caso do Brasil. Os dados revelam outra realidade. Entretanto, quando analisada internamente no território brasileiro, essa faceta muda.

Figura 3 - Residentes estrangeiros no Brasil por nacionalidade

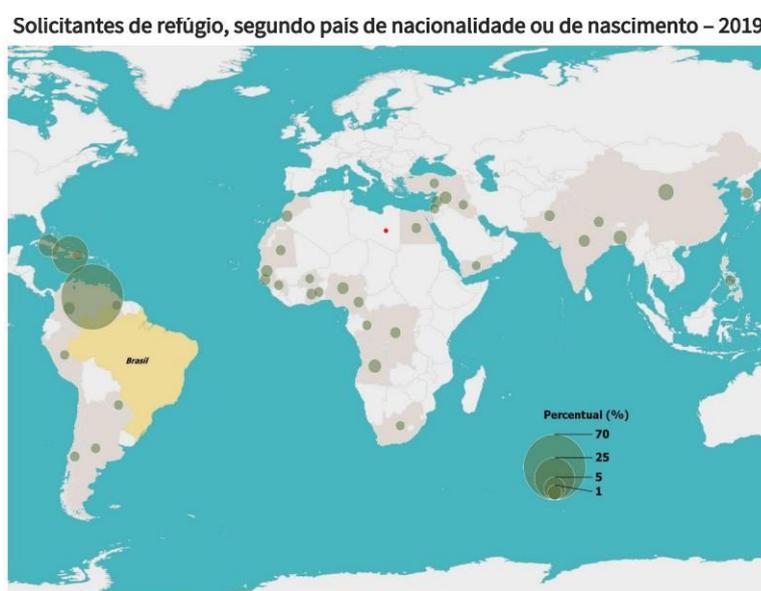
TABELA 5 — RESIDENTES ESTRANGEIROS NO BRASIL POR NACIONALIDADE

País de nacionalidade	Total de registros (somente ativos)
Portugal	185.401
Venezuela	148.782
Haiti	125.821
Bolívia	104.628
Argentina	62.049

fonte: UNODC, TRACK4TIP Relatórios Situacionais, 2020

A imagem acima, apresenta a quantidade de residentes estrangeiros no Brasil por sua nacionalidade. Depois de Portugal com 185.401 residentes, a Venezuela aparece em segundo lugar com 148.782 encontra-se entre os países que mais têm residentes estrangeiro. Levando em conta que Portugal não passa por crises expressivas nos últimos trinta anos, bem como é também, polo de atração de migrantes brasileiros, equilibrando a “balança migratória”, é preciso estar mais atenta sobre como a crise pode ser o único fator decisivo na migração de pessoas vindas da Venezuela. A ideia aqui não é diminuir a importância de uma análise acerca da crise, mas compreender que o fluxo migratório obedece leis mais específicas como, por exemplo, as condições sociais que o país que recebe dispõe. Por exemplo, a lei de Refugiado no Brasil.

Figura 4. Solicitantes de refúgio, segundo país de nacionalidade ou nascimento- 2019



Fonte: OBMigra, Brasil, 2019.

A figura acima apresenta a quantidade de solicitações de refúgio, segundo a nacionalidade ou de nascimento no ano de 2019, revelando que 70% dos pedidos de refúgio estão presentes nas regiões da América Andina e Guianas, representadas principalmente pela Venezuela. A Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997<sup>3</sup>, conhecida como Lei de Refúgio, é a principal legislação que rege o reconhecimento e a proteção de refugiados no Brasil. Essa lei é fundamental para garantir os direitos das pessoas que buscam refúgio no país, oferecendo-lhes a

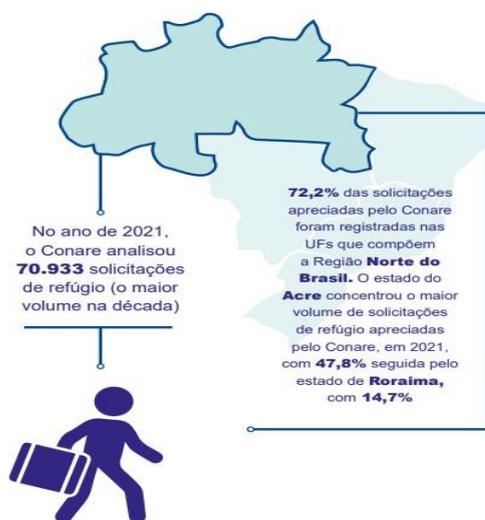
<sup>3</sup> Conceito de Refugiado - A lei define como refugiado todo estrangeiro que, devido a fundados temores de perseguição em razão de sua raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção desse<sup>1</sup> país. Além disso, também são considerados refugiados aqueles que, apátridas, encontrem-se fora do país onde tinham sua residência habitual e não possam ou não queiram acolher-se à proteção desse país (Brasil, 2016).

oportunidade de reconstruir suas vidas em segurança e dignidade.

Em relação a interiorização, outro fenômeno que resulta da e caracteriza a migração venezuelana no Brasil por ser um país de tamanho continental. A interiorização é uma estratégia do governo brasileiro que visa redistribuir refugiados e migrantes venezuelanos que se encontram em situação de vulnerabilidade, de Roraima para outros estados do Brasil. Essa ação é parte da Operação Acolhida, uma iniciativa humanitária que busca oferecer assistência e oportunidades de integração para os venezuelanos que chegam ao país (Brasil, 2024).

O principal destino dos migrantes venezuelanos ainda é Roraima, por causa da fronteira terrestre através do município de Pacaraima. Entre 2015 e 2017, quando os números de imigrantes venezuelanos tiveram aumento significativo de 922%, o Brasil atingiu uma situação de emergência humanitária. O estado de Roraima, geograficamente situado na região amazônica, cuja infraestrutura é instável e que apresenta desafios logísticos e humanitários gigantescos, necessitou de uma programa que auxilia não apenas na política de assistência, como na redistribuição (Figura 5) dessas pessoas que se amparam juridicamente na Lei de Refúgio.

Figura 5 - Principais estados de destino dos venezuelanos no Brasil



Fonte: OBMigra, 2020.

Para auxiliar na integração dos refugiados e migrantes venezuelanos, o governo brasileiro tem implementado uma série de iniciativas, como a Operação Acolhida, que oferece abrigos, alimentação, assistência médica e odontológica, e a estratégia de interiorização, que busca distribuir os venezuelanos por diferentes cidades do país, evitando a concentração em Roraima. Além disso, diversas organizações da sociedade civil e agências da ONU têm atuado no apoio aos venezuelanos, oferecendo serviços de assistência social, jurídica, psicológica e educacional, visando acompanhar não apenas as demandas assistenciais, como também visa

traçar perfis para esse contingente de migrantes, que como foi mencionado, tem mudado e/ou diversificado bastante nos últimos anos.

Essa mudança no perfil dos migrantes venezuelanos exige uma adaptação das políticas públicas e dos serviços oferecidos, de forma a atender às necessidades específicas de cada grupo. Apesar dos esforços, a integração dos venezuelanos no Brasil ainda enfrenta desafios, como a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, xenofobia e discriminações, dentre essas discriminações há um peso forte sobre a desigualdade de gênero.

### **3.3. Migrações de Mulheres Venezuelanas**

A migração de mulheres venezuelanas para o Brasil é um fenômeno complexo e multifacetado, moldado por uma combinação de fatores econômicos, sociais e políticos na Venezuela, bem como pelas oportunidades e desafios que encontram no Brasil como tentamos delinear nossos tópicos que antecedem esse debate. Obviamente, as migrações de mulheres e homens têm aspectos comuns, quando tratamos da Venezuela como cerne desse processo. As causas da migração, por exemplo, são dispostas a partir da crise econômica e social que também é ou evidencia uma crise política e que culmina na precarização do acesso a serviços básicos.

Sabe-se que a Venezuela enfrenta uma profunda crise econômica, com hiperinflação, escassez de alimentos e medicamentos, e alta taxa de desemprego, de fato essa uma caracteriza que afeta mulheres e homens, mas o que diferencia é como a maioria das mulheres migrantes vem buscar no Brasil, oportunidades de trabalho e melhores condições de vida para si e suas famílias. A falta de acesso a serviços básicos como saúde e educação na Venezuela também é um fator importante na decisão de migrar para mulheres e homens, mas tem sido objetivo das mulheres de forma coletiva ou “anexada” por conta do cuidado com filhos e outros familiares como irmãos mais novos ou pais com faixa etária não atrativa para o mercado precarizado de trabalho.

De acordo com a autora Silva (2018), dentro de uma Sociedade de Riscos os indivíduos mais vulneráveis são aqueles que têm menos acesso a oportunidades e direitos. Como pessoas de baixa renda e com menos acesso à saúde, como por exemplo: as minorias étnicas e raciais, que vivem em habitats em lugares com menos recursos; as comunidades tradicionais que perdem seus territórios e culturas e principalmente as mulheres que sofrem as múltiplas violência e pelas mudanças sociais. Tendo em vista esses fatores, as mulheres migrantes se enquadram nesse grupo de risco.

De acordo com as informações da ONU-Mulheres (2021), as Mulheres venezuelanas foram as mais afetadas com a crise da Venezuela, o que fez com que mulheres assumissem papéis de protagonistas nas ruas e, principalmente na política, lutando por liberdades, direitos, comida, remédios e cuidados com as crianças. A publicação da organização destaca que mulheres venezuelanas fugiram do país pelos altos índices de crianças morrendo de desnutrição e dificuldade de ter acesso à saúde, deixando o país para dar uma vida melhor para seus filhos, mas não saíram antes de lutar ou de se organizar para pensar as condições de vida no país natal.

O documentário Doc Salir adelante (2023)<sup>4</sup> retrata o processo migratório na perspectiva de gênero e reflete que a partir de 2017 o Brasil recebeu mais de 700 milhões de venezuelanos, entre esse alto número de migrantes venezuelanos, 48% são mulheres. Várias mulheres venezuelanas foram entrevistadas demonstrando uma diversidade nos perfis das migrantes: eram jovens, algumas eram mães e outras pertenciam a grupos indígenas, outras órfãs, etc.

É notório que migrantes sofrem discriminação no processo migratório, principalmente as mulheres, o documentário exhibe que as mulheres venezuelanas eram discriminada durante o deslocamento, por ser mães solas, por cruzarem as fronteiras sozinhas ou em grupos, por serem pobres e por decidirem migrar para ter acesso básicos ou por quaisquer outros motivos.

Essas avenidas contestadoras como gênero, classe e raça moldam a migração, a partir dessas estruturas produzem a marginalização das mulheres migrantes. Segundo a ACNUR (2025), em grande parte do mundo, as mulheres e meninas sofrem violência de gênero, dentre essas violências, acentuam-se o assédio sexual, a violência doméstica, o tráfico humano e o feminicídio. No mundo as mulheres são que mais enfrentam dificuldades de acesso à educação, as que mais sofrem com os padrões culturais, com casamento infantil e pobreza.

Mesmo com lutas, avanços nas últimas décadas sobre direitos e espaço da mulher, a discriminação e violência é uma realidade global. Enquanto alguns seres humanos vivem, as mulheres lutam para sobreviver às desigualdades estruturais e barreiras que estão em vários âmbitos da vida. São as mulheres que têm dupla/triplas/quádruplas jornadas de trabalho, atividades mal remuneradas e serviços domésticos e de cuidados precarizados, são as que recebem salários baixos exercendo as mesmas funções que um homem.

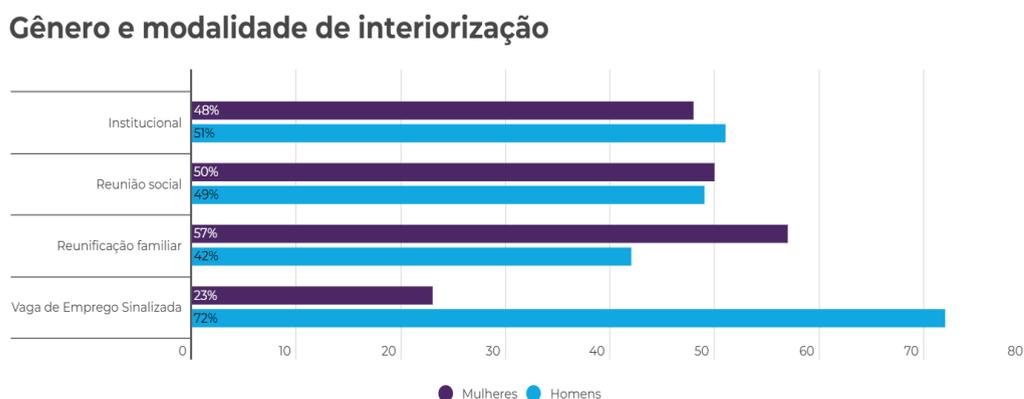
Em 2021 a ACNUR apresentou dados apontando que os homens possuem mais benefícios das estratégias de interiorização comparada às mulheres. Há mais diversificação nas opções de trabalho e renda. Os trabalhos de cuidado são impostos a mulheres migrantes. Homens migrantes são mais solicitados em empresas e serviços públicos ou externos se comparado à

---

<sup>4</sup> Doc Salir adelante. Disponível em: <https://youtu.be/uHOzo-Rnk1w?si=YtEDEGFYXeWFOPtl> acesso em: 27 Jan de 2025

mulher migrante. Inclusive, no próprio programa de Governo Brasileiro de interiorização, esses vícios são repetidos como apresentado na figura abaixo.

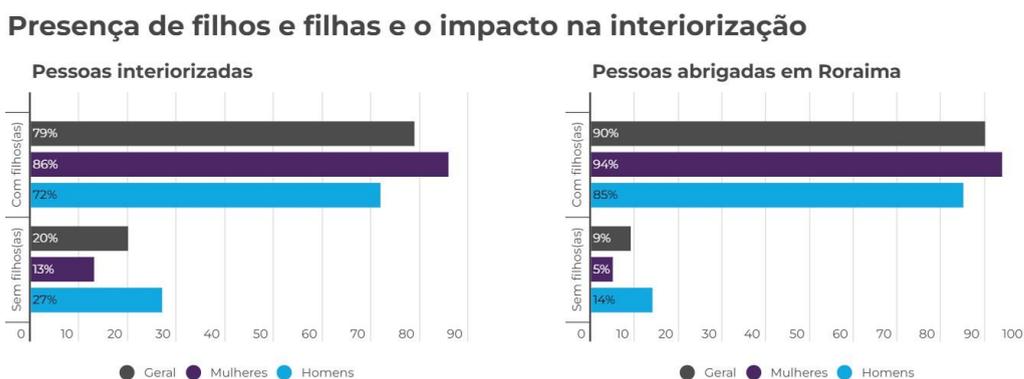
Figura 6. Gênero e Modalidade de Interiorização



Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

A figura acima apresenta o Gênero e Mobilidade de Interiorização em 2024, grifa-se a vaga de emprego os homens são muito maiores que as mulheres, que por sua vez, estão à frente em contexto a reunificação familiar e reunião social. Reforça-se pela política pública que mulheres migrantes venezuelanas são cuidadoras, pois migram para priorizar o bem-estar familiar e, principalmente, integrar as famílias no novo ambiente, diferente dos homens que são incentivados aos trabalhos formais e questões financeiras familiares.

Figura 7. Presença de filhos e filhas e o impacto na interiorização



Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021.

Na categoria de pessoas interiorizadas no primeiro gráfico, a porcentagem de venezuelanos com filhos interiorizados é significativa em comparação a de pessoas sem filhos no geral e entre homens e mulheres. Ainda assim, são as mulheres as que possuem o maior índice

migrando com filhos e o menor sem filhos. Observando o segundo gráfico, a porcentagem pouco sofre influência de mudança, a não ser pelo fato de homens interiorizados sem filhos terem um número maior que os de Roraima. Isso evidencia que o deslocamento através da interiorização “funciona” melhor sem filhos.

Os estudos migratórios que levam em conta as condições das mulheres evidenciam que as mulheres deixam seus países em busca de condições melhores, aceitam ser cuidadoras, domésticas e babás em quaisquer dos perfis socioeconômico anteriores à migração. Esses trabalhos que são impostos às mulheres, fortalecendo as cadeias globais do cuidado que rendem lucros, mas de contrapartida são atividades desvalorizadas pela sociedade, portanto, as mulheres migrantes tendem a reproduzir a lógicas dos países de origens e passam a ter as mesmas dificuldades de conciliar trabalhos domésticos e formais, interferindo nas condições materiais no país que agora vivem.

É importante ressaltar que a migração de mulheres venezuelanas para o Brasil é um fenômeno complexo e em constante transformação. As experiências e os desafios enfrentados por essas mulheres variam de acordo com sua idade, nível de escolaridade, situação familiar e outros fatores. No entanto, é fundamental reconhecer a importância da migração de mulheres venezuelanas para o Brasil, tanto por sua contribuição para a economia e a cultura do país, quanto pelos desafios que enfrentam e pela necessidade de políticas públicas que garantam seus direitos e sua integração plena na sociedade brasileira. Logo, é urgente afirmar que a migração tem gênero, refletindo a necessidade de pensar esses fluxos por outras perspectivas, como processos coletivos, subjetivos e subalternizados.

#### 4. DADOS E INFORMAÇÕES SOBRE AS MIGRAÇÕES DE MULHERES VENEZUELANAS- ESTUDO DE CASO

Ao discorrerem sobre o estatuto jurídico das mulheres, afirmam que o progresso das leis que intencionam assegurar a igualdade de direitos entre os gêneros não garante a concretização desse objetivo. Embora constituam um importante instrumento, capaz de fomentar transformações sociais e a adoção de políticas favoráveis às mulheres, as leis que servem de referência para a igualdade entre os gêneros são insuficientes para romper com normas sociais desiguais. A concretização de direitos está sujeita a “condições políticas, econômicas e sociais mais amplas que moldam os meios de subsistência e as relações sociais” (Hillesheim; SCHWINN, 2018, p. 123).

Apesar dos avanços em instituições e leis para combater as desigualdades de gênero, como, por exemplo, a Lei Maria da Penha no Brasil, que tem como objetivo proteger as mulheres de violência, ainda não é o suficiente. Devido às normas culturais que são imposta aos indivíduos, as leis ainda não conseguem ultrapassar essas normas sociais que estão enraizadas (Rosa *et al.* 2018). Desta forma, a posição do homem como um ser de autoridade, principalmente, sobre a mulher, continua a prevalecer e isso também é um empecilho para as efetivações das leis o que faz perpetuar violência e discriminação.

Os primeiros olhares jurídicos globais sobre a desigualdade de gênero só apareceram após a Segunda Guerra Mundial. Os Estados reconheciam que o país era seguro apenas se não houvesse conflitos. Atualmente, houve uma transformação no conceito de segurança, um país é visto como um espaço realmente seguro quando os direitos da sua população são assegurados, sobretudo, os direitos básicos: acesso à saúde, educação e proteção contra pobreza, etc.

A introdução da segurança humana como política global começa a partir de 1990, surge partindo do conceito que os Estados passariam a focar na proteção dos indivíduos. Em 1994 o Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é criado e formaliza a ideia de defender e assegurar os direitos de indivíduos sejam eles nacionais ou estrangeiros (Fernandes et al. 2022).

Esse espaço criado para construir e formalizar dados e informações sobre as condições das pessoas, independente de onde estão, ou da cidadania que têm, permitiu que vários estados construíssem suas políticas de acolhimento civil, ou fossem cobrados a pensar essas condições sociais como possibilidade mediante ao vigente processo de globalização. Esse foi o caso do Brasil, ainda que tardiamente.

No ano de 2017, institui-se a Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017)<sup>5</sup> no Brasil, alterando o antigo Estatuto do Estrangeiro (19 de agosto de 1980). A lei de migração instituída passa a adotar os direitos humanos nos debates sobre o tema e se alinha com a Constituição Federal Brasileira e com diversos preâmbulos do Direito Internacional, visando fortalecer e assegurar os direitos dos migrantes. Conforme o Ministério do Direitos Humanos, os direitos compilados na lei se apoiam aos princípios da “universalidade, não discriminação e proteção integral” e repudia quaisquer praticar de expulsão coletiva (Brasil, 2024).

O Congresso Nacional (2018) apresentou a Lei nº 13.684<sup>6</sup>, decretada em 21 de Junho de 2018 que tem como objetivo articular medidas emergenciais para migrantes forçados devidos às crises de migrações na América Latina, com crivo na Venezuela e, entre os objetivos dessa normativa, estão o artigo 4º que preconiza:

Art. 4º As medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária têm o objetivo de articular ações integradas a serem desempenhadas pelos governos federal, estaduais, distrital e municipais, por meio de adesão a instrumento de cooperação federativa, no qual serão estabelecidas as responsabilidades dos entes federativos envolvidos (Brasil, 2018).

Nessa via, o Governo Brasileiro estabelece meios emergenciais que assegurem os direitos dos indivíduos migrantes que se encontram em situação de vulnerabilidade devido às condições migratórias e identificar os perfis dos fluxos migratórios causados por conflitos, desastres ambientais, crise humanitária e outros eventos que forcem os deslocamentos massivos de pessoas. Conforme a Lei nº 13.684 decretada pelo Congresso Nacional (2018) que estabelece no Artigo 5º as medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária visam garantir e ampliar as políticas de:

- I - proteção social;
- II - atenção à saúde;
- III - oferta de atividades educacionais;
- IV - formação e qualificação profissional;
- V - garantia dos direitos humanos;
- VI - proteção dos direitos das mulheres, das crianças, dos adolescentes, dos idosos, das pessoas com deficiência, da população indígena, das comunidades tradicionais atingidas e de outros grupos sociais vulneráveis;
- VII - oferta de infraestrutura e saneamento;

---

<sup>5</sup> Lei de Migração. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm) acesso em: 26 Jan de 2025

<sup>6</sup> Lei nº 13.684/2018. Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária; e dá outras providências. (Brasil,2018)Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/113684.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113684.htm). Acesso em: 26 jan de 2025

VIII - segurança pública e fortalecimento do controle de fronteiras;  
IX - logística e distribuição de insumos; e  
X - mobilidade, contemplados a distribuição e a interiorização no território nacional, o repatriamento e o reassentamento das pessoas mencionadas no caput deste artigo (Brasil, 2018)".

Essa política reconhece que nos processos de deslocamento forçados, muitos migrantes encontram-se em situação de vulnerabilidade, necessitando de medidas que especifiquem e mitiguem as condições em que se encontram, mas não especificamente nenhuma menção sobre questões ligadas às mulheres ou as condições sociais de gênero, conforme veremos nas subitens a seguir.

#### **4.1. Vulnerabilidade nos deslocamentos de mulheres**

O conceito de vulnerabilidade passa do aspecto de classe para questões que estão interligadas a raça e gênero. Partindo dessa perspectiva, a vulnerabilidade não será restrita apenas às questões econômicas, seja de um grupo ou indivíduo, ela também limita o acesso a mais oportunidades, a educação e principalmente a proteção social. É importante diferenciar o conceito de vulnerabilidade e risco, mesmo aparentando ter o mesmo significado, há um espaço entre os dois conceitos. O risco é um cenário exposto de perigo, necessidade de ações preventivas, entretanto a vulnerabilidade é a exposição a esse risco, é quando não há ações para prevenir e sim para enfrentar.

Mesmo mantendo o fator econômico como base, as práticas sociais e culturais compõem um conjunto que impedem certos grupos de enfrentar os desafios da vida em condições de igualdade com outros grupos dentro de uma mesma sociedade (Silva, 2018, p.4)

No que se refere às mulheres migrantes, embora a sua situação econômica seja um fator central para a vulnerabilidade, ele não torna-se o seu único determinante, a outros fatores que influenciam como discriminação racial, desigualdade de gênero e principalmente a exclusão dentro da sociedade.

O caso de Julieta Inés Hernández enquadra-se em uma situação de vulnerabilidade, e falta de proteção social, também evidencia a violência gênero que muitas mulheres sofrem, principalmente mulheres migrantes. Julieta Inés Hernández foi vítima de preconceito e misoginia. De acordo com a publicação do Ponto.Futuro em 2024, exhibe as dificuldades enfrentadas por mulheres migrantes. No ano de 2024, Julieta Inês, foi assassinada de forma brutal no Amazonas. Julieta era uma palhaça venezuelana que viajava pelo Brasil de bicicleta

em destino a Venezuela, sofreu violência sexual e foi morta em Presidente Figueiredo, cidade do estado da Amazonas.

Segundo alguns reportagens, apesar das evidências de violência sexual e tortura, o crime categorizou-se como roubo seguido de morte. Familiares e movimentos feministas se mobilizam contra a nomeação, incentivando a ser reconhecido como crime de feminicídio, devido a essa categorização, interfere na redução da gravidade da morte de Julieta, principalmente como violência de gênero, permitindo que a penalidade seja mais leniente para o agressor. O advogado da família ressalta que o caso de Julieta viola Tratados Internacionais de Direitos Humanos, como a Convenção do Belém do Pará (1994) que assegura os direitos das mulheres na América Latina.

Os desafios linguísticos limitam o espaço de indivíduos que migram. A barreira linguística gera problemas significativos na vida dos migrantes, principalmente em seu processo de adaptação. O fato de muitos migrantes não dominarem a linguagem no país de destino dificulta o seu acesso à saúde, “A linguagem é um elemento essencial para o processo de saúde, visto que está no centro da comunicação interpessoal. Nesse sentido, a barreira linguística representa um grande desafio na vida do imigrante.”(Alves, et al, 2022, p.7). É importante ressaltar que as questões culturais e comunicativas interferem em várias dimensões da vida cotidiana, como uma simples consulta médica.

Uma das formas de interação das pessoas migrantes é o acesso básico à saúde. Desta forma, a política pública destaca o importante papel das Unidades Básicas de Saúde e as Equipe de Saúde Familiar (ESF) que se identificam quem vive no território, incluindo os migrantes Internacionais. O migrante internacional, independentemente do seu status migratório ou de ter uma moradia fixa, deve ser incluído no fluxo normal desses serviços (OIM, 2022). Essa política pública pode ser (talvez) a primeira possibilidade real de mapeamento das vulnerabilidades das pessoas migrantes, uma vez que a saúde ou a ausência dela é uma condição universal, mas que:

As populações em deslocamento internacional possuem características e contextos específicos em comparação às populações nacionais. Por isso, necessitam de um atendimento mais acolhedor, que considere tais indivíduos de uma forma multidimensional, sendo a sua cultura parte de tal processo (OIM, 2022).

A Pesquisa de Alves et al (2022), sobre acessibilidade de mulheres imigrantes aos cuidados em saúde, evidencia que a falta de intérprete e acessibilidades para indivíduos imigrantes, principalmente mulheres nos postos de saúde interfere tanto na explicação do

sintomas de imigrante para os médicos quanto por parte do profissional para diagnosticar. Todavia, isso tem um impacto direto na saúde comunitária, na extensão dos cuidados e nas informações que asseguram pensar condições preventivas para essa população.

Segundo o Guia em Saúde Mental e Atenção Psicossocial para População Migrante e Refugiado no Brasil (OIM, 2022), existe um alto índice de migrantes e refugiados com sintomas depressivos, ansiedade e transtorno de estresse pós-traumático relacionado a violência ocasionadas nos processos de deslocamento.

Uma pesquisa do Fiocruz (2024), apresenta a situação das mulheres migrantes venezuelanas sobre a fronteira do Sistema Único de Saúde (SUS), no ano de 2016 chegaram mais de 7 milhões de Venezuelanos, a maior parte dos imigrantes eram mulheres e adolescentes (sob cuidados dessas mulheres), inclusive a pesquisa aponta que dentro dos objetivos da migração estavam o acesso a condições melhores de vida e acesso à saúde principalmente via SUS. No processo migratório, as mulheres venezuelanas as que mais enfrentam barreiras com documentações incompletas, falta de tempo para os cuidados, e pouca disposição em permanecer nos espaços de tratamento.

De acordo com a Fiocruz, na Venezuela devido a crise e aos embargos, principalmente nas cidades nos interiores, os serviços básicos, como saúde reprodutiva, exames preventivos, acompanhamentos gestacionais e nos partos, a falta de assistência à saúde fragiliza as mulheres, entretanto, o deslocamento as deixam mais vulnerabilizadas. O deslocamento as expõe a todo tipo de violência (sexual, física, psicológica, etc.), insegurança alimentar, fome, sede, sem teto ameaçando a integridade física e sem suporte de segurança pública. As mulheres venezuelanas desconhecem o funcionamento do serviço de saúde nos países estrangeiros, tornando-se um obstáculo para ter acesso ao sistema público aqui no Brasil.

Noutra via, muitos migram por oportunidades de vida, qualidade melhor de serviço, salários melhores e condições sociais mais estáveis. Migrantes Venezuelanos que saíram em busca de condições melhores no Brasil se deparam com uma realidade cruel, muitos são aliciados para trabalho escravo e exploração sexual. O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) encontra imigrantes venezuelanos em situações precárias de trabalho, publicação recente do site AGÊNCIA GOV, traz dados de imigrantes trabalham em torno de 12 a 15 horas por dia, com uma folga a cada quinze dias e salários muito baixos (Aquino, 2024).

A situação evidenciada fere várias normas do Direito Internacional, mas é um assinte a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) - que é um documento marco na história dos direitos humanos, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948. Este documento histórico estabelece os direitos humanos fundamentais que devem ser

protegidos universalmente, servindo de base para todas as leis e tratados internacionais de direitos humanos. Dentre eles: a universalidade, a inalienabilidade, a interdependência e Indivisibilidade, a igualdade e a não Discriminação e a dignidade Humana (DUDH, 1948).

Ao estabelecer o que são os direitos civis e políticos (direito à vida, liberdade, segurança pessoal, igualdade perante a lei, liberdade de pensamento, consciência e religião, liberdade de expressão, direito à participação política, entre outros) e os direitos econômicos sociais e culturais (direito ao trabalho, educação, saúde, alimentação, moradia, segurança social, participação na vida cultural, entre outros), o DUDH visa assegurar e proteger os direitos e igualdade humana, preconizados com mais ênfase nos seguintes artigos:

**Artigo 4º** Ninguém será mantido em escravidão ou em servidão; a escravidão e o tratamento dos escravos, sob todas as formas, são proibidos;

**Artigo 6º** Todos os indivíduos têm direito ao reconhecimento, em todos os lugares, da sua personalidade jurídica;

**Artigo 8º** Toda a pessoa tem direito a recurso efectivo para as jurisdições nacionais competentes contra os actos que violem os direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição ou pela lei (Brasil, S.d.).

Embora a exploração no trabalho afete todos os imigrantes, as mulheres imigrantes, estão sujeitas a situações e condições mais precárias de trabalho. A falta de oportunidades dificulta a integração das mulheres venezuelanas no Brasil. Segundo a ONU-Mulheres (2022), 10,2% das mulheres imigrantes venezuelanas possuem maior escolaridade, comparada aos homens 2,4% que possuem ensino superior.

Entretanto, há mais números de mulheres migrantes desempregadas: a taxa de desemprego de mulheres é 30% maior que a dos homens migrantes que é de 9% de desempregados. Uma das explicações já expostas é que as mulheres que migram em família, acabam tendo menos acesso aos empregos e permanecem nos abrigos ou assumem papéis dentro das famílias, dificultando trabalhar.

Mesmo as venezuelanas que possuem ensino superior, não conseguem exercer a profissão no país em que se estabeleceram, por falta de apoio e questões financeiras. Para sobreviverem, realizam trabalhos informais, recebem menos trabalho, não têm acesso aos direitos trabalhistas, são forçadas as condições de trabalho escravo, por não ter a carteira de trabalho assinada é negado os benefícios trabalhistas (ONU-Mulheres, 2022).

Ainda de acordo a organização, as migrantes lidam com barreiras legais, sociais e econômicas durante o seu deslocamento, e, dentro deste contexto, tornam-se ainda mais vulneráveis por serem mulheres, isto por haver desigualdade dentro da sociedade. Toda esta exposição a risco e dificuldade, como discriminação, violência e salários mais baixos as

fragilizam. As mulheres são constantemente contratadas para áreas mais precárias e menos remuneradas (trabalho doméstico, limpeza e cuidados). Elas também estão mais expostas a sofrerem situações de violência psicológica e físicas, Conforme, Hilleshein (2019):

Além disso, mulheres estão mais suscetíveis a sofrerem situações de violência no contexto migratório, ao passo que a própria violência – na sua especificidade de gênero – tem sido destacada como propulsora da participação de mulheres nos deslocamentos internacionais, bem como a fuga de contextos discriminatórios e de normas sociais repressoras. Meninas e mulheres são desproporcionalmente atingidas pela violação de direitos humanos na trajetória de migração, destacando-se a ocorrência de abusos como “violência sexual, tráfico de mulheres, escravidão em locais de trabalho, impossibilidade de contato com a família” (Hilleshein et al. 2019, P. 4, *apud* Schwinn; Costa, 2016, p. 225).

Nesse sentido, a violência de gênero se transforma em uma das fortes motivações para as mulheres migrarem e fugirem das violências sofridas, e até mesmo das normas sociais que as limitam de seus direitos e liberdade em seu local de origem. Por esse olhar, as experiências das mulheres migrantes tornam-se ainda mais complexas quando se está em uma sociedade que as reprimem de todas as formas, uma sociedade desigual e violenta que as colocam em posição de vulnerabilidade, tanto por serem migrantes quanto por serem mulheres cidadãs em seus países de origem.

A feminização das migrações que tende promover mudanças para as mulheres, espaços para recomeçarem, possibilidade de autonomia, sobretudo para aquelas mulheres que, normalmente, migram sozinhas ou lideram as migrações familiares. Em contrapartida, as migrações as colocam em posição vulnerável, às migrações de mulheres torna-se um campo de transformações plurais, passam a ser objeto e agente de mudanças, essa dinâmica vai da sobrecarga até a culpa (por migrarem).

As mulheres, sobretudo as que migram sozinhas, confrontam-se com a solidão, isolamento, sofrimento e culpabilidade, ainda que se sintam mais autônomas do ponto de vista financeiro e das relações conjugais e familiares. Algumas mulheres migrantes no passado e no presente (nomeadamente portuguesas, asiáticas, da América Latina) são obrigadas a deixar os seus filhos no país de origem ao cuidado de familiares, sobretudo mulheres (mães, irmãs, tias, meninas), para cuidarem de outros, principalmente crianças e idosos, nos países de acolhimento, aquilo que alguns autores designam de maternagem transnacional (Ramos, 2014 *apud*, Hondagneu-Sotello; Ávilla, 1997, p.428 )

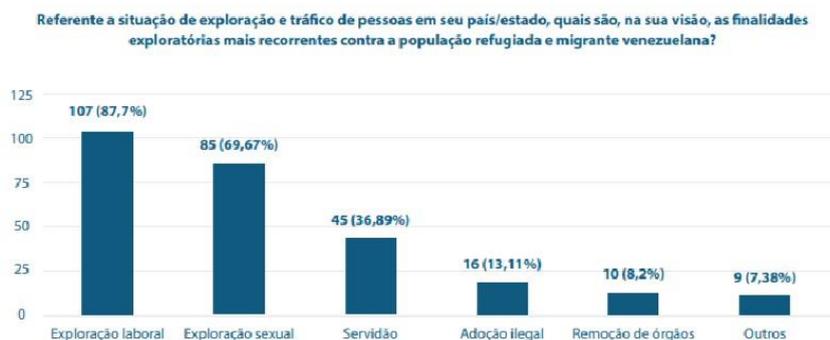
A experiência das migrações de mulheres é multifacetada, muitas lideram as migrações familiares e outras cruzam as fronteiras sozinhas. As mulheres que se deslocam sozinhas, por não ter uma rede de apoio no país de destino, possuem um sentimento de solidão. Sentem-se culpadas, principalmente aquelas que deixaram os filhos para trás, por não poder participar de

suas vidas e oferecer uma estabilidade que gostaria (Ramos,2014).

A partir dessa fragilidade que primeiro é material, e depois subjetiva, as mulheres tendem a ser não apenas as mais exploradas, como são exploradas em formas degradantes e desumanas como mostra a figura 8 que traz um gráfico sobre finalidades exploratórias mais recorrentes.

Figura 8. Finalidade exploratória mais recorrentes

**GRÁFICO 13 — FINALIDADES EXPLORATÓRIAS MAIS RECORRENTES CONTRA A POPULAÇÃO REFUGIADA E MIGRANTE VENEZUELANA**



Fonte: Questionário Análise Situacional Tráfico de Pessoas UNODC (Anexo I)

Fonte: Relatório Situacional Brasil- UNODC 2021

Análise do gráfico apresenta que a exploração laboral encontra-se com 87,7% evidenciando que o ambiente de trabalho é um dos lugares que encontram mais exploração de venezuelanos. Os refugiados e imigrantes venezuelanos estão mais vulneráveis a sofrerem com condições abusivas, a terem salários baixos, longas jornadas de trabalho e falta de direitos.

Ao passo que a barra de exploração sexual apresenta 69,7%, essa esfera da violência concentra, majoritariamente, mulheres e meninas. A servidão encontra-se com 36,89%, importante frisar que se enquadram em servidão trabalhos forçados (análogos a escravidão e/ou precarizados), serviços domésticos sem remuneração (por troca de teto e comida) e outras formas de aliciamentos.

A barra de adoção ilegal possui um dado considerado pequeno (13,1%) e, importa frisar que muitas adoções estão mascarando aliciamento infanto-juvenil para trabalhos domésticos. Essa é uma prática ainda comum no Brasil apontada por estudos, apontada. Esses dados podem destacar outra vulnerabilidade a que a população migrante e/ou refugiada estão expostas inclusive, podem estar atrelados ao tráfico internacional de crianças. Na figura 9, apresenta outros setores que absorvem a mão de obra migrante.

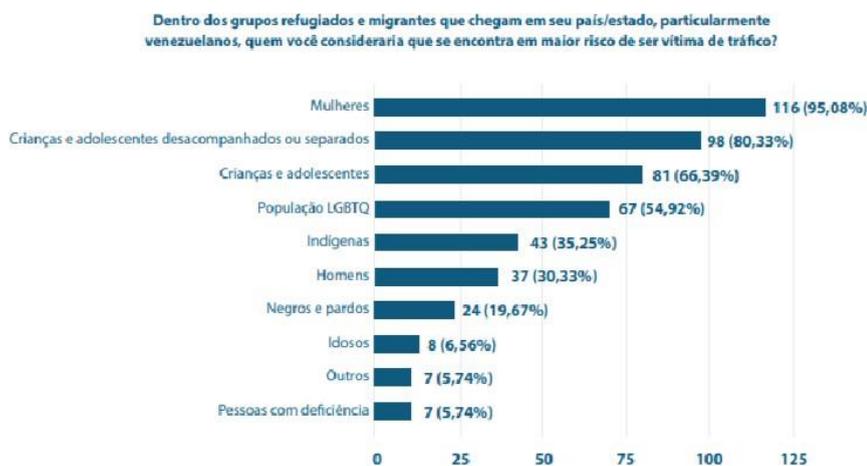
Figura 9 - Setores Suscetíveis à Exploração de Venezuelanos



Fonte: Relatório Situacional Brasil - UNODC 2021

O gráfico produzido, reforça que o lugar comum do migrante na divisão social do trabalho, é sempre o trabalho mais precarizado, ou aqueles que requerem maiores esforços físicos. A maior porcentagem do setor doméstico (70,54%), e na agricultura e fazendas familiares (51,79%) reforçam essa perspectiva. Importante frisar que são os tipos de trabalhos mais comuns entre os trabalhos que são suscetíveis ao tráfico de pessoas.

Figura 10 Perfis Vulneráveis ao Tráfico: Refugiados e Migrantes Venezuelanos



Fonte: Relatório Situacional Brasil UNODC -2024

Conforme a análise do gráfico, os três grupos mais apontados como vulneráveis ao tráfico são Mulheres, crianças e adolescentes desacompanhados ou separados e crianças e adolescentes respectivamente. Mulheres são mais vulneráveis do que grupos considerados incapazes ou não responsáveis por sua segurança.

Os demais grupos como LGBTQ, indígenas, Negros e pardos, idosos, tiveram uma porcentagem consideravelmente menor, mas se enquadram nos grupos de risco, mas nenhum

desses grupos apresentaram um nível de suscetibilidade ao risco de tráfico quanto o grupo das mulheres.

Migrantes são mais vulneráveis ao tráfico humano por diversos fatores interligados, uma grande parte deixa seu país ao fugir de conflitos, perseguições, pobreza ou desastres naturais. Essa situação de desespero os torna mais propensos a aceitar ofertas de emprego ou ajuda sem muitas informações, portanto perigosas. A situação de novidade produz uma relação de ingenuidade.

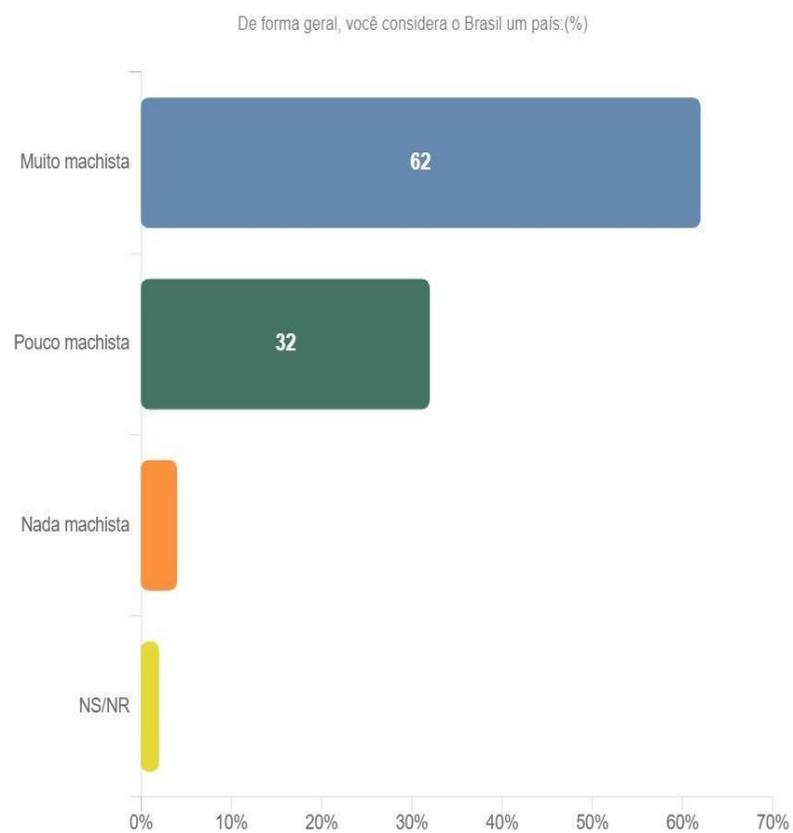
Além das barreiras linguísticas e culturais que dificultam a comunicação em um novo país e o desconhecimento das leis podem isolar os migrantes, impedindo-os de buscar ajuda e proteção, documentação irregular ou retenção de documentos (migrantes indocumentados vivem em situação tensa de vulnerabilidade), além do contatos com redes de exploração disfarçadas de redes de traslado.

Toda pessoa migrante está suscetível a essas armadilhas que se operam em redes complexas, mas são as mulheres migrantes o primeiro público de exploração em trabalhos forçados, exploração sexual, servidão doméstica, entre outras formas de exploração, não porque são mais “frágeis” ou incapazes, mas porque são triplamente objetificadas pelo sistema: são mulheres, são pobres e são migrantes.

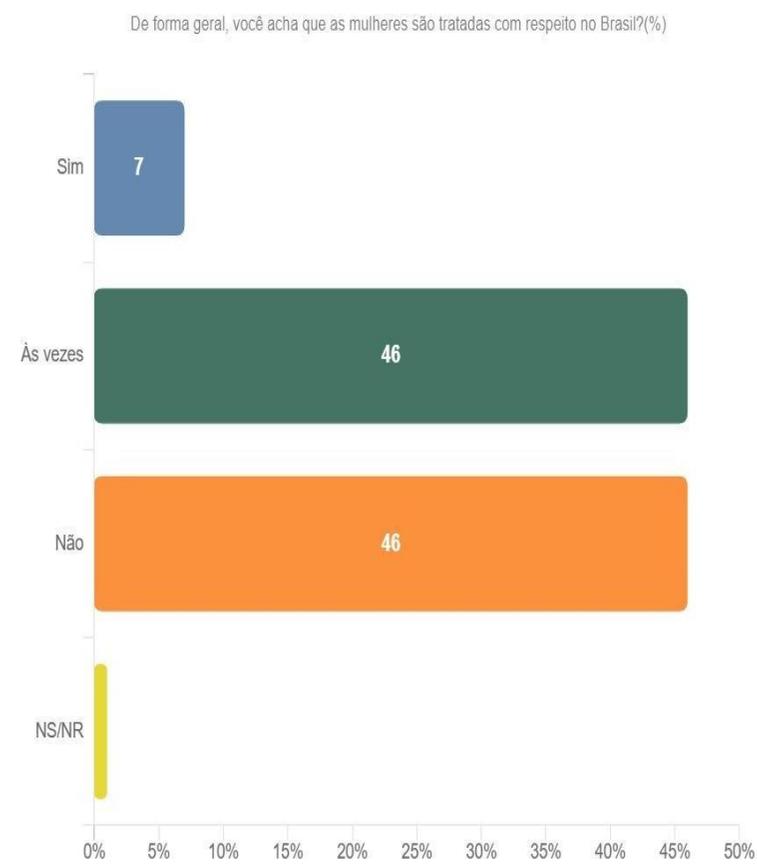
#### **4.2. Entre a Federação e Município: Ausências Legislativas no Apoio a Migrantes**

Mesmo com os avanços de leis que combatem a desigualdade, e que asseguram os direitos das mulheres, ainda sim seus espaços são limitados pelas normas culturais, econômicas e institucionais (Fernandes et al. 2022). Como cidadãs, a garantia é limitada ao seu gênero, mas como migrantes o gênero é informado pela ausência de cidadania, essa ausência não apenas limita o acesso das mulheres aos direitos básicos e fundamentais, como facilita as violações de seus corpos, violando portanto, seus direitos humanos.

No Brasil, a última e vigente Constituição implementou a igualdade entre homens e mulheres, mas a garantia legal não configura condições reais para as mulheres, como por exemplo o grande índice de desigualdade salarial e de violência doméstica. Uma pesquisa do Instituto DataSenado de 2023 (Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher), organizada junto ao Observatório da Mulher contra Violência, trouxe dados sobre violência de gênero, doméstica e familiar desde 2005. As figuras a seguir evidenciam a percepção das mulheres sobre suas condições de gênero (a pesquisa não foi elaborada para migrantes):

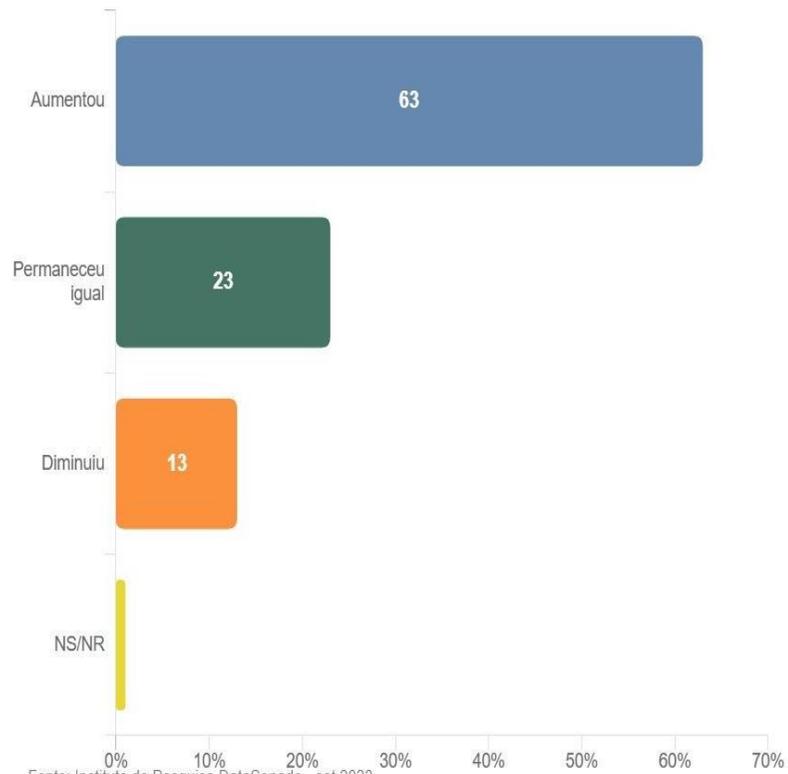


Fonte: Instituto de Pesquisa DataSenado - set.2023

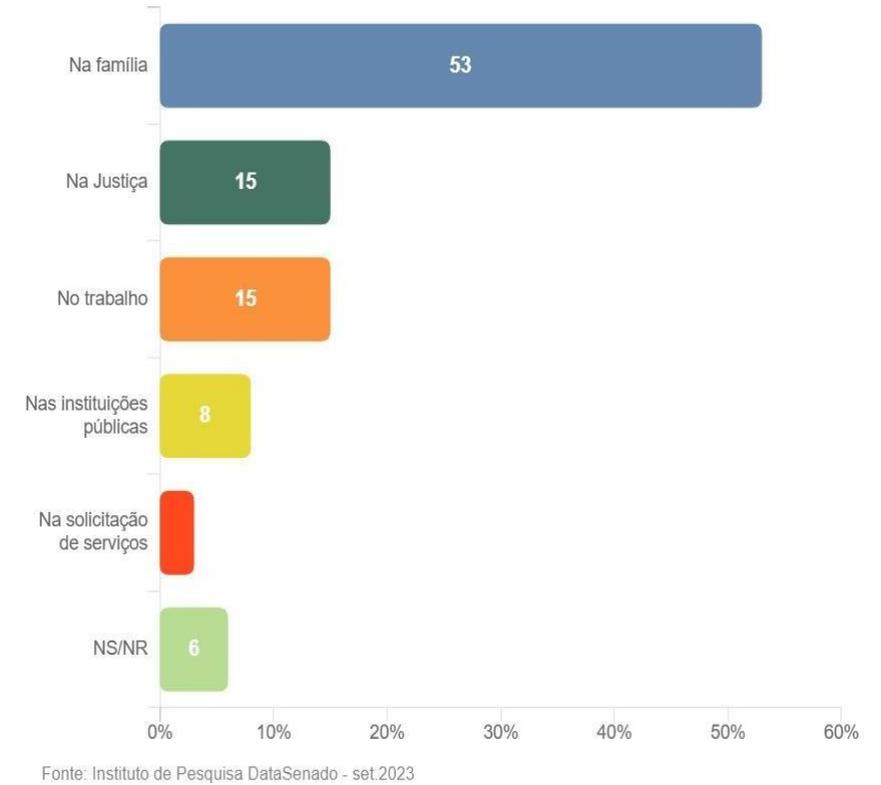


Fonte: Instituto de Pesquisa DataSenado - set.2023

Para você, nos últimos anos, a violência doméstica e familiar contra a mulher:(%)



Em qual grupo social a mulher é mais respeitada, na sua opinião?(%)



O exposto acima com as figuras 11, 12, 13, 14 respectivamente traz compilados de dados da pesquisa do DataSenado entre os anos de 2017 a 2023, com o intuito de apresentar a perspectiva das mulheres em relação a desigualdade de gênero no Brasil. O dado que mais nos chama atenção é o que apresenta que 62% das mulheres consideram o país machista.

Esse dado surgiu a partir da percepção das mulheres de que o país é muito machista, demonstra que a questão é um problema cultural e social. Essa interpretação nos leva para outro dado, onde a 46% das entrevistadas consideram que as mulheres não são tratadas com respeito no Brasil e outras 46% acham que o respeito acontece apenas algumas vezes.

Todos os gráficos nas figuras mostram que a violência acontece em diversos espaços, como família, trabalho, na justiça, e nas instituições públicas. O local que mais se destaca é o ambiente familiar com 53% quando comparados aos outros. Esse espaço deveria ser de apoio e acolhimento, um lugar seguro às mulheres, um dos poucos onde pode desempenhar sua subjetividade, sua intimidade, baixar a “guarda do gênero”.

A realidade das mulheres no Brasil é de insegurança em todos os âmbitos de sua vida, Embora o debate central dessa pesquisa não seja sobre a discussão acerca das vulnerabilidades de mulheres brasileiras, importa afirmar que a violência contra as mulheres não ocorrem exclusivamente sobre sua integridade física. As pesquisas apontam que para que a integridade física das mulheres sejam violadas, elas muito provavelmente já experimentaram do assédio moral e sexual, do constrangimento, das violências psicológicas e morais, das ameaças, fora outras violências não nominadas ou judicializadas.

O ponto que trazemos aqui é que, se o Brasil não é seguro para as mulheres as quais sua constituição, políticas públicas e sociedades dizem proteger das condições sociais impostas pelo patriarcado e especializadas pelo machismo, como podemos pensar condições sociais em que mulheres migrantes (em sua maioria pobres e racializadas) terão para buscar se constituírem enquanto pessoas que se movimentam, ou em busca de uma cidadania plena no Brasil? Quais as garantias enquanto mulheres? Quais as garantias enquanto migrantes?

Mulheres migrantes enfrentam desafios e ameaças específicas em países estrangeiros, mas especificamente no Brasil, essas mulheres podem sofrer violência de gênero (Assédio sexual e violência), exploração sexual, casamentos forçados, discriminação (gênero e raça), xenofobia e racismo. A situação de vulnerabilidade e a dificuldade de acesso à justiça aumentam o risco de esses crimes ficarem impunes. Não se pode esquecer que essas violências podem ampliar outras como o tráfico de pessoas e a prostituição e o contrário também, deixarem de acessar serviços básicos e estar em completo isolamento social.

### 4.3. Espaços Públicos para Mulheres Migrantes Venezuelanas no Tocantins

Como foi exposto até aqui, as migrações é um fenômeno complexo com múltiplas camadas, é desenvolvido por diversos fatores econômicos, políticos e sociais. As mulheres migrantes no contexto migratório são as que mais estão sujeitas a vulnerabilidade, apresentam experiências específicas que as diferenciam das migrações masculinas. Muitas mulheres deixam o seus países para ter oportunidades de vida melhor, principalmente quando seu país de origem encontra-se em crise, como as mulheres venezuelanas.

O Brasil foi um dos países que mais recebeu venezuelanos, que cruzavam a fronteira entre Venezuela e Pacaraima, município de Roraima. Os venezuelanos passaram a migrar internamente, vários estados do Brasil registraram grupos de venezuelanos. A região norte do país teve o maior índice de grupos de venezuelanos. Alguns sites noticiaram que imigrantes venezuelanos no estado do Tocantins apresentaram famílias venezuelanas. A partir dessas informações apresentadas, formulou-se as análises de mulheres venezuelanas no estado do Tocantins.

A chegada das mulheres venezuelanas no Tocantins, evidencia um cenário fragilizado, a crise humanitária da venezuela impulsionou o fluxo migratório, mulheres deixaram seu país em busca de oportunidade. Entretanto ao cruzarem a fronteira a realidade enfrentam outros desafios para reconstruir suas vidas. Essas mulheres enfrentam barreiras linguísticas, adaptação em uma nova cultura, dificuldade de ter emprego e sujeitas a serviços com salários baixos. Além de sofrerem violência, como discriminação, violência sexual, assédio, exploração sexual e tráfico de pessoal.

A intenção inicial desse tópico era trazer um estudo de caso sobre as condições de mulheres migrantes venezuelanas no Estado do Tocantins, uma proposta inicial de mapeamento. Não foi possível devido aos trâmites burocráticos (comitê de ética, exposições culposas, entre outras questões de cuidado com as pessoas que estão sob ataque). Para a obtenção da pesquisa sobre as mulheres migrantes no estado do Tocantins, foram adotados os seguintes métodos: Inicialmente, foram utilizadas informações tratadas a partir de dados estatísticos e figuras com gráficos para verificar a presença de pessoas migrantes no estado.

Em seguida, a pesquisa buscou analisar os municípios do estado do Tocantins que receberam imigrantes venezuelanos. Por último, foram analisados os sites e portais de notícias para obter informações atualizadas, incluindo reportagens que demonstram as chegadas de pessoas migrantes venezuelanos ao Tocantins e a sua interiorização no estado.

Nossos apontamentos iniciais sobre interiorização, trazem a origem das pessoas migrantes, apontando as cidades de origem e os estados brasileiros que atualmente residem. A ilustração geográfica permite compreender quais foram os principais destinos um perfil importante de ser ressaltado: majoritariamente são grupos de indígenas venezuelanos.

Figura 15. Trajetória de Migração: Venezuelanos e Indígenas por Estado Brasileiro

MAPA 1. Cidade de origem dos grupos de pessoas indígenas refugiadas e migrantes venezuelanas por estado onde vivem atualmente<sup>34</sup>



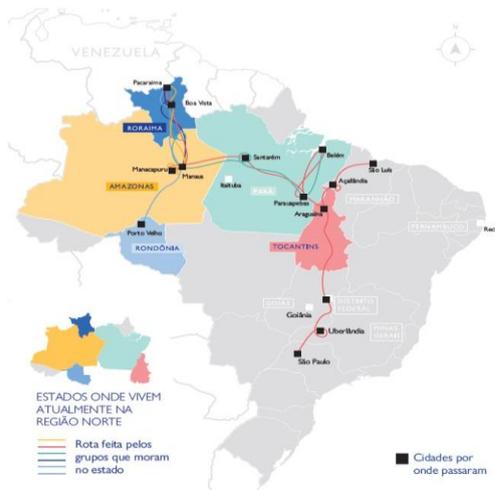
Fonte: (DTM, 2023).

A figura 15 apresenta a origem dos grupos de pessoas indígenas refugiadas e imigrantes venezuelanas por estado e onde vivem na atualidade. O mapa exhibe uma grande parte de venezuelanos da origem Delta Amacuro e Monagas estabelecidos na região norte do Brasil. Conforme o mapa, o estado que mais recebeu indígenas venezuelanos foi Roraima, Amazonas e Rondônia de origem de Delta Amacuro e Monogás. No Pará, o indígenas de venezuelanos de origem Delta Amacuro representa com 94%, por fim o estado do Tocantins lidera com 100% de indígenas venezuelanos do Delta Amacuro.

A Figura 16 traz as principais rotas de interiorização das pessoas migrantes a partir das principais cidades brasileiras por onde passaram os grupos passaram, antes de chegarem ao local onde vivem atualmente, nessa rota, o Estado do Tocantins aparece como um dos itinerários de passagem e de permanência das pessoas migrantes.

Figura 16. Rotas de Migração no Brasil

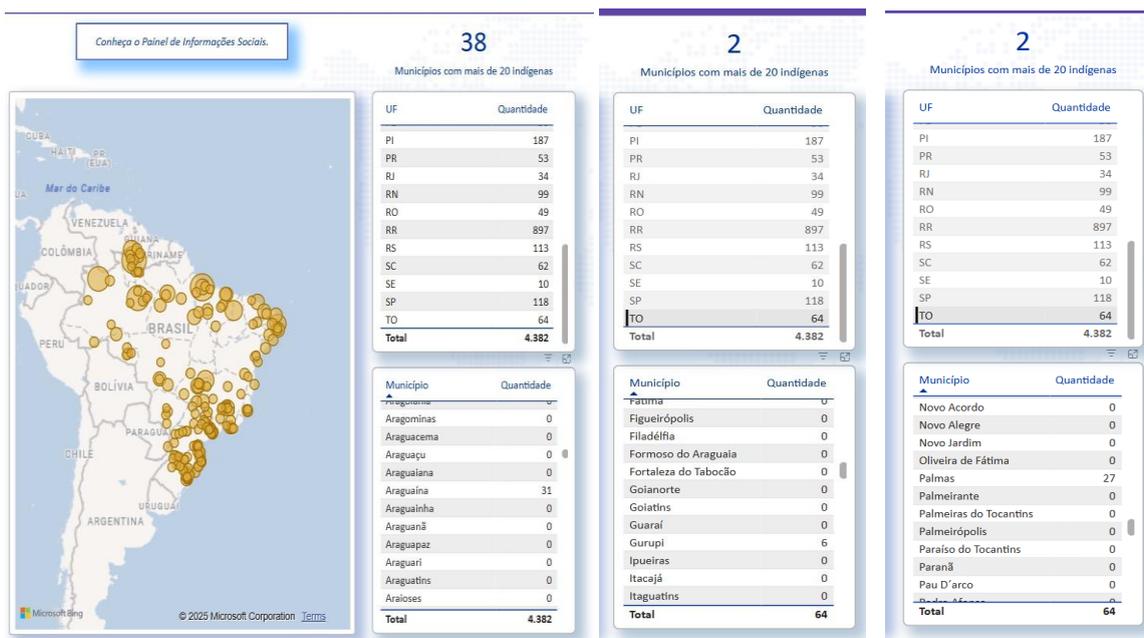
MAPA 4. Cidades brasileiras por onde passaram os grupos antes de chegar ao local onde vivem atualmente



Fonte: (DTM,2023).

Ao analisar por Estado e Regiões, observa-se que Roraima é a entrada principal, por causa da entrada pela fronteira entre Venezuela e a cidade de Pacaraima. Entre as rotas traçadas pelos grupos, encontra o estado do Amazonas que conecta diretamente com Roraima tendo como destino principal, Manaus. Os deslocamentos dos venezuelanos apresentam rota no estado do Pará especificamente na cidade de Santarém, essa rota se estende até o Tocantins com ponto de primeira parada em Araguaína, Palmas e Gurupi são consecutivos.

Figura 17. Panorama Social de Indígenas as Venezuelanos em Araguaína



Fonte: DTM (2023).

A região norte tem concentração significativa de pessoas venezuelanas, com destaque para os estados de Amazonas, Pará e Rondônia. Como foi apresentado anteriormente, a aproximação dos noticiários nos levaram a identificar rotas até o Tocantins. O Mapa de informações aponta 64 indígenas venezuelanos na interiorização no estado do Tocantins, entre os municípios que mais receberam está Araguaína com 31 indígenas venezuelanos.

Entre os trajetos que os indígenas venezuelanos percorrem dentro do estado do Tocantins, alguns municípios se tornam pontos de paradas temporárias ou locais de instalação permanente. Palmas se coloca geograficamente centralizada para os percursos dos indígenas venezuelanos. Tanto no destino para regiões Centro-Oeste e Sudeste, quanto em seus retornos. Em Palmas, de acordo com os dados, há 27 indígenas venezuelanos no município.

É importante ressaltar que os três municípios possuem Cadastro Único para Programa Sociais (CadÚnico) que é a base de dados para as informações que estão presentes nessa parte de nossa pesquisa. Na tabela abaixo, organizamos informações a partir de uma busca nos sites oficiais das instituições públicas, além dos dados, buscamos entender como as políticas públicas se territorializam no Tocantins para receber as pessoas migrantes. Consultamos órgãos públicos a partir da transparência pública.

Tabela 1. Pesquisa de Informações sobre Migração e Refugiados em Sites Públicos Online

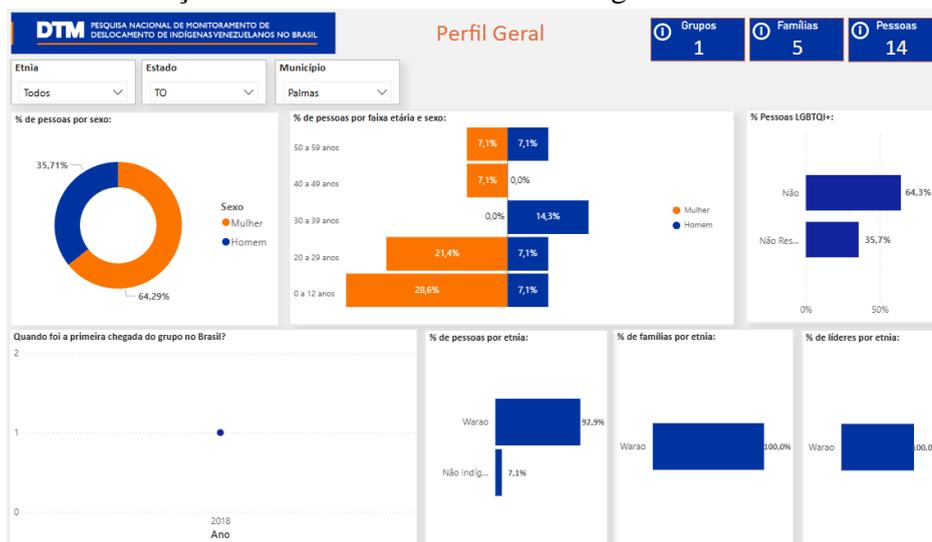
Órgão Públicos	Palavras-Chave Utilizadas	Tipos de informações	Dados ou Relatórios Encontrados
Governo do Estado do Tocantins	Migrante, Migração, Refugiados, Acolhimento	Não foi encontrado nenhuma informação	Não foi encontrado nenhum dado ou relatório
Ministério Público do Tocantins	Migrante, Migração, Refugiados, Acolhimento	Reportagens/matéria	Não foi encontrado nenhum dado ou relatório
Defensoria Pública do Tocantins	Migrante, Migração, Refugiados, Acolhimento	Reportagens/matéria	Não foi encontrado nenhum dado ou relatório
Prefeitura de Palmas	Migrante, Migração, Refugiados, Acolhimento	Reportagens/matéria	Não foi encontrado nenhum dado ou relatório
Prefeitura de Araguaína	Migrante, Migração, Refugiados, Acolhimento	Reportagens/matéria	Não foi encontrado nenhum dado ou relatório
Prefeitura de Gurupi	Migrante, Migração, Refugiados, Acolhimento	Reportagens/matéria	Não foi encontrado nenhum dado ou relatório

Fonte: GovTO (2025), MPTO (2025), DPETO (2025), Pref.Palmas (2025), Pref.Araguaina.to (2025), Pref.Gurupi (2025), Org. Autora (2025)

Para corroborar os dados acima, que referenda que não existe uma sistematização de dados sobre a chegada de migrantes, tampouco de como acessar as informações, ou as metodologias de aproximações de pessoas que podem estar isoladas por estarem indocumentadas ou sob risco de integridade física (tráfico ou trabalho degradante).

Trouxemos a Pesquisa Nacional de Monitoramento de Deslocamento de Indígenas Venezuelanos No Brasil, são dados dos três municípios do estado do Tocantins (Araguaína, Gurupi e Palmas) que relataram (a partir dos dados do cadastro único) a presença de migrantes venezuelanos. Os Resultados obtidos estão em consonância com informações veiculadas por reportagens sobre pessoas venezuelanas no estado do Tocantins.

Figura 20. Distribuição e Perfil de Deslocamento Indígenas Venezuelanos em Palmas



Fonte: (DTM,2023).

A figura 20 apresenta o perfil geral da população indígena em Palmas (TO), dados desenvolvidos pela Pesquisa Nacional de Monitoramento de Deslocamento de Indígenas no Brasil (DTM) no qual exibe o quadro de etnia, idade, gênero e composição. Informações extraídas da figura do Perfil Geral a seguir:

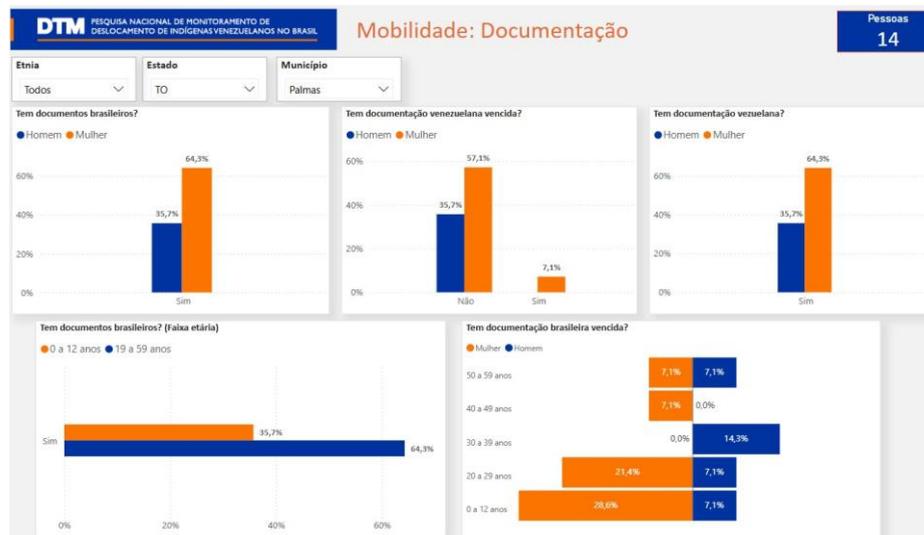
**Composição familiar:** O grupo familiar é constituído por 5 pessoas, totalizando 14 indivíduos nos grupos indígenas venezuelanos;

**Gênero:** A figura apresenta que a 64,29% é mulheres e 35,71% homens;

**Faixa etária:** A maior parte do grupo imigrantes venezuelanos está entre 20 e 49 anos (71,43%), seguido entre 15 e 19 anos com 21,43%. As meninas faixa etária compõem adolescentes e idosos; e

**Etnia:** A etnia predominante do grupo tem origem Warao.

Figura 21. Mobilidade Indígenas Venezuelana: Dados da Documentação em Palmas



Fonte: (DTM,2023).

O gráfico na figura 21 apresenta o deslocamento de indígenas e venezuelanos no Brasil em relação a documentação, no estado do Tocantins, município de Palmas. 14 pessoas foram representadas. Gráficos apresentados:

**Documento Brasileiro (Por gênero):** Os homens que possuem documentação brasileira representam 64,3% enquanto as mulheres 35,7% possuem documentação brasileira;

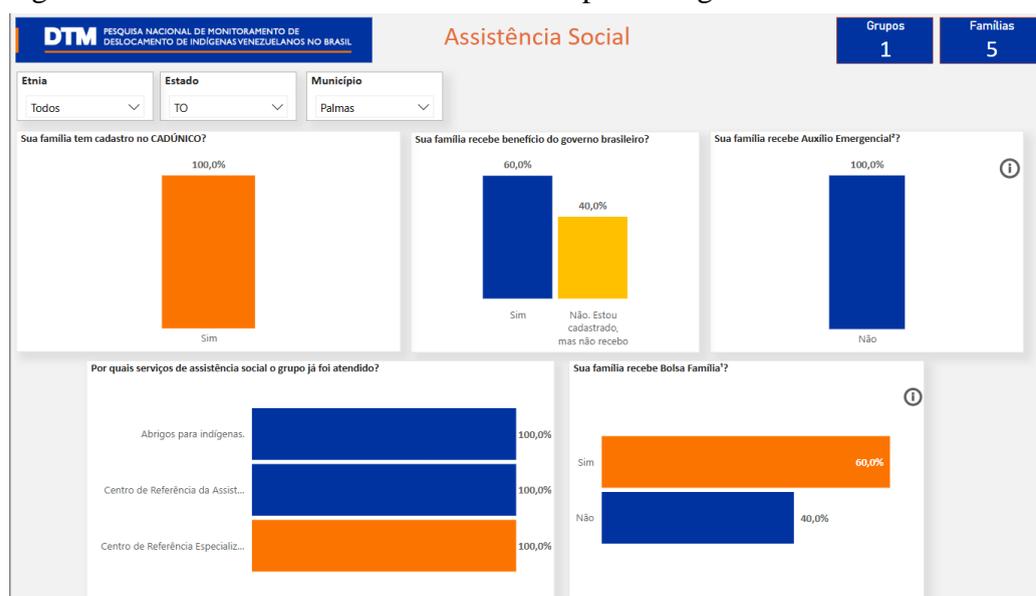
**Documentação venezuelana atualizada ( Por gênero):** O gráfico exibe que 57,1% dos homens possui documentação vencida e mulheres com 7,1%;

**Documentação atualizada (Por gênero):** 64% das mulheres e 35,7% dos homens possui documentação atualizada;

**Documentação brasileira ( faixa etária ):** 66,7% dos jovens entre 0 a 12 anos possui documentos brasileiros e 35,7% entre 13 a 59 anos possuem documentos brasileiros;

**Documentação brasileira vencida (faixa etária):** 28,6% de crianças possuíam documentos vencidos, na faixa etária de 13 a 59, 21,4% possuem documentação vencida, entre 40 a 49 com 14,3% possuem documento e 7,1% entre 50 a 59 possuem documentação vencida.

Figura 23. Indicadores de Assistência Social para Indígenas: Venezuelanos em Palmas



Fonte: (DTM,2023).

A figura ilustra os dados sobre a assistência social prestados pelos grupos indígenas. Desta forma, pode ser extraído do painel. Para a formulação do painel, utilizou-se grupos específicos de indígenas venezuelanos no município de Palmas (TO), avaliando o acesso a serviço de assistência social por parte da população.

**Cadastramento:** 60% diz receber do benefício e 40% está cadastrado não recebe.

**Benefícios:** Partes significativas dos grupos recebem auxílio do governo.

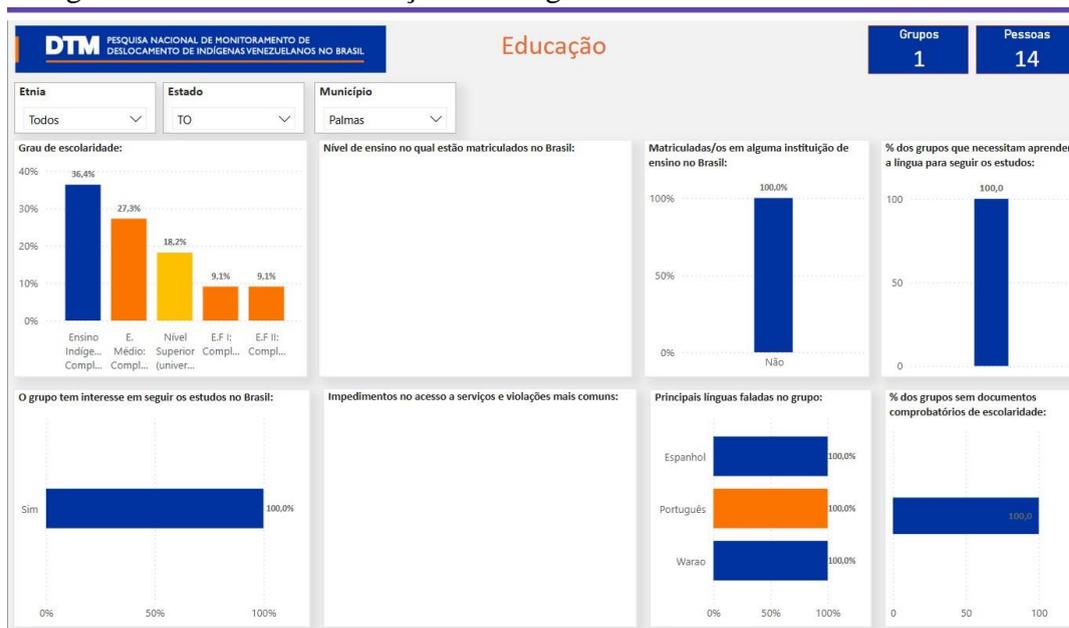
**Auxílio Emergencial:** Partes significativas dos grupos recebem auxílio do governo.

**Serviço de Assistência Social:** 100% dos grupos foram atendidos pelo CRAS

**Bolsa Família:** 60% dizem receber Bolsa Familiar e 40% dizem não ter acesso ao sistema.

<sup>7</sup> Auxílio Emergencial se trata de uma transferência de renda de caráter temporário, que visa lidar com novas situações de vulnerabilidade surgidas ao longo da crise sanitária que se instalou em 2020.

Figura 24. Análise da Educação de Indígenas Venezuelanos em Palmas - DTM



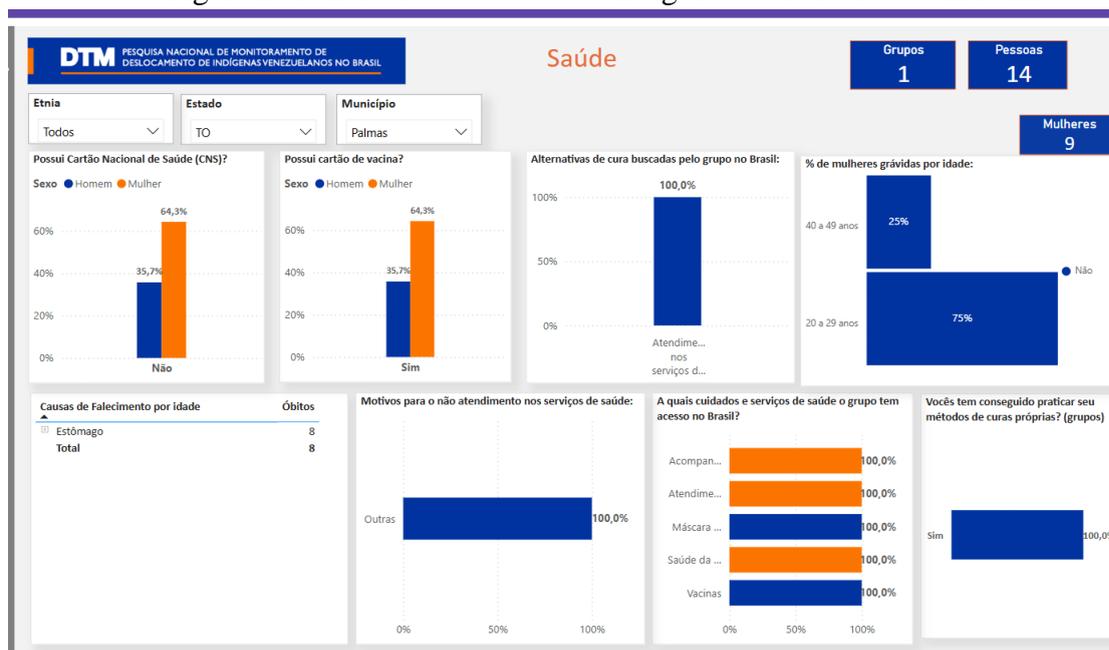
Fonte: (DTM,2023).

O Painel apresenta os dados da situação educacional de indígenas venezuelanos em Palmas Tocantins. Dados principais:

**Baixo Nível de escolaridade:** A Pesquisa apresenta que a maioria dos venezuelanos possuem baixa escolaridade

**Interesse em Continuar Estudando:** 100% dos venezuelanos entrevistados possuem interesse em continuar com os estudos, em contrapartida 100% não estão matriculados em instituições de ensino e precisam aprender a língua para seguir os estudos.

Figura 25 Panorama de Saúde dos Indígenas Venezuelanos em Palmas



Fonte: (DTM,2023).

A figura apresenta um gráfico sobre as imagens e meios de vida de grupos indígenas venezuelanos. Conforme o gráfico, 64,3% das mulheres e 35,7% dos homens, não possuem cartão nacional de saúde (NCS), 64,3% de mulheres e 35,7% dos homens indígenas possuem cartão de vacina. 100% dos indígenas venezuelanos não buscam por alternativas de cura e têm seguido praticando seus próprios métodos de cura.

A análise dos dados apresentados pela Pesquisa Nacional de Monitoramento de Deslocamento de Indígenas Venezuelanos no Brasil (DTM, 2023), relacionado aos grupos de indígenas em Palmas (TO), apresenta diversas esferas sociais, culturais e estruturais sobre a realidade enfrentada pelos imigrantes venezuelanos, mas são inconclusivas e carecem de uma maior ampliação de coleta de dados, inclusive da metodologia de coleta.

A formação familiar dos grupos indígenas venezuelanos em Palmas evidencia uma característica importante do funcionamento social, totalizando 14 indivíduos entre os grupos venezuelanos. Nas análises, percebe-se uma predominância do gênero feminino, somando 64,29% mulheres e 35,71% homens, refletindo características do fenômeno de feminização da migração e ao mesmo tempo um questionamento de um possível desamparo social das mulheres em situação de deslocamento. A análise evidencia a faixa etária de 71,43% de venezuelanos têm entre 20 a 49 anos, portanto predominância de adultos.

Outro ponto a ser observado, é a documentação, os dados da pesquisa apontam uma disparidade entre os gêneros e idades, principalmente ao tratar-se da regularização de documentos. Os homens com 57,1% e mulheres 7,1% estão com a documentação

venezuelana vencida, nas documentações brasileiras a presença de documentos válidos entre os homens com 64,3% em comparação às mulheres com 35,7% sem documentação válida.

No âmbito da assistência social, os dados demonstram que os indígenas venezuelanos possuem cadastro e têm acesso a algum serviço de assistência do governo como o Auxílio Emergencial e o Bolsa Família. Entretanto, 60% do grupo recebem benefícios e 40% não recebem benefícios. Na área educacional, a uma quantidade significativa de baixa escolaridade, apesar dessa questão, 100% mostraram interesse em continuar com os estudos, um fator importante é a barreira linguística, muitos apontaram enfrentar problema com idioma. No âmbito da saúde, exibe que muitos não possuem o Cartão Nacional da Saúde e preferiram procurar outras alternativas de cura ou buscaram suas práticas de saúde.

Importante salientar que o SUS é um sistema universal de saúde que não faz distinção sobre nacionalidade ou origem social. Segundo o Guia de Atendimento aos Migrantes, Refugiados, Vítimas de Tráfico de Pessoas e Brasileiros Retornados, em situação de vulnerabilidade e em áreas de fronteira<sup>8</sup>, o CRAS oferece proteção social básica para migrantes e refugiados em situação de vulnerabilidade.

O CRAS é responsável pelo oferecimento da proteção social básica que tem como objetivo prevenir situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. possibilita o acesso da população aos serviços, benefícios e projetos de assistência social, tornando-se uma referência para a população local e para os serviços setoriais. Poderá prestar assistência aos migrantes, refugiados e brasileiros retornados em situação de vulnerabilidade e risco social, fazendo os encaminhamentos e inclusões necessárias em programas federais tais como o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), Bolsa Família e programas de qualificação profissional como o PRONATEC. (MT Brasil, 2016, p17)

Os espaços de apoio para as mulheres migrantes venezuelanas no Tocantins são compostos por instituições e órgãos públicos que oferecem assistência básica à saúde e à educação. Entre esses espaços, estão o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (CRAS), Centros de Referência de Assistência Social (CREAS), A Secretaria Municipais de Assistência Social, Hospitais, Postos de saúde e Organizações da Sociedade Civil.

Os serviços são disponibilizados para acolhimento de imigrantes conforme as necessidades básicas mais urgentes tais como: acolhimento, orientação sobre os direitos e

---

<sup>8</sup> Guia de Atendimento aos Migrantes, Refugiados, Vítimas de Tráfico de Pessoas e Brasileiros Retornados, em situação de vulnerabilidade e em áreas de fronteira. Disponível em: [https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/guias-e-manuais/act-1-6\\_guia\\_atendimento\\_migrante\\_refugiado\\_vitimadetp\\_final.pdf](https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/guias-e-manuais/act-1-6_guia_atendimento_migrante_refugiado_vitimadetp_final.pdf) acesso em: 29 jan de 2025.

documentos, acompanhamento psicológico, cursos de idioma, cursos e oficinas para integração no mercado de trabalho e apoio a emprego e moradia. Todavia, não um programa ou projeto que expanda melhor essas informações tanto para as pessoas migrantes, quanto para as organizações, grupos ou indivíduos que se interessam em contribuir com as questões atinentes às migrações, principalmente de pessoas venezuelanas que enfrentam uma crise humanitária desde o local de origem até as condicionantes dos locais que as recebem.

Em caso de violência, conforme o MT Brasil (2016), os órgãos que devem fazer os atendimentos necessários são: a Defensoria Pública Estadual, Defensoria , CREAS, Polícia Federal, Polícia para as Mulheres, Centro de Atendimento à Mulher (180) e Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAMS). No estado do Tocantins as instituições responsáveis por atender imigrantes são: Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública do Tocantins (SSTO), Prefeituras Municipais, Defensorias Pública do Estado do Tocantins (DPETO). Fizemos contatos com essas instituições através das ouvidorias e não tivemos retorno (em tempo hábil) com dados e informações para compor as análises deste trabalho.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre as mulheres migrantes venezuelanas permitiu evidenciar a múltiplas formas de violência que se cruzam. No primeiro capítulo, a partir da perspectiva da Teoria feminista, sobre a ótica da interseccionalidade, expõe que as experiências das mulheres estão sempre atreladas aos fatores como raça, classe e gênero. A revisão teórica nos evidenciou que o gênero é construído socialmente conforme as regras, culturas tradicionais e privilégios.

As culturas tradicionais são estruturadas a partir do patriarcado, um sistema dominado por homens que possuem autoridade e poder sobre as mulheres em todos os âmbitos de sua vida. Desta forma, a Interseccionalidade evidencia como as opressões de gênero se entrecruzam com outras formas de opressões e acirram as condições sociais de mulheres. Esse entendimento nos permitiu compreender a vulnerabilidade do processo migratório de mulheres, principalmente em um contexto de crise econômica, como as mulheres venezuelanas.

Os conceitos de migrações internacionais foram importantes para entender o deslocamento de pessoas entre fronteiras de países. Compreendemos que os fatores econômicos, políticos e sociais provocam as migrações, mas não são exclusivos na tomada de decisão. As migrações não obedecem a uma ou duas características, a partir disso, os deslocamentos passam a ser distintos, pessoas migram por oportunidades de emprego, melhor qualidade de vida, para oferecer condições melhores para família, por estudos, refúgios, conflitos e questões ambientais, em condições econômicas, políticas e sociais diferentes.

Portanto, as migrações tornam-se mais complexas ao abordar o fator gênero, identificando a heterogeneidade também dentro das migrações de mulheres, o que nos faz responder uma das perguntas do trabalho: a migração tem gênero, muito mais do que um atributo feminino. Isso aponta para o fato de que o conceito geral das migrações internacionais não dá conta de responder às questões de gênero dentro das migrações de pessoas, em especial de mulheres.

A instabilidade econômica, política e social da Venezuela levou a uma quantidade significativa de migrações de pessoas. Os fatores dos deslocamentos surgem com hiperinflação e repressão política, evidenciamos que a Venezuela enfrenta instabilidades políticas pelos governos muito antes do auge da crise em 2016. Por se apoiarem a um único meio econômico enfrentaram barreiras difíceis de serem ajustadas, uma situação agravada pelos embargos econômicos, principalmente com a escassez de bens e serviços básicos.

Com o decaimento total da economia venezuelana em 2016, surgem as migrações em massa, muitos países vizinhos receberam migrantes venezuelanos, que buscavam por condições melhores de vida, por dignidade. Em especial o Brasil teve fluxo de venezuelanos significativos a partir de 2016, com a situação de migrações em massa, as organizações passaram a agir para acolher as pessoas migrantes. O acesso pela região Norte do Brasil, tornou-se a rota principal. Roraima foi o estado que mais recebeu imigrantes venezuelanos, que cruzavam a fronteira entre Venezuela e a cidade de Pacaraima em Roraima.

As migrações evidenciaram a fragilidade e preparos de políticas e organizações para o acolhimento de migrantes, como infraestrutura, saúde, educação e principalmente proteção. Entre os fluxos de migrantes venezuelanos, houve um aumento significativo de mulheres. Desta forma, foi nosso objetivo evidenciar as fragilidades das migrações de mulheres para além das barreiras que ultrapassam nos limites de fronteiras, como as vulnerabilidades socioeconômicas, violência de gênero, serviços precários, dificuldades de acesso aos direitos básicos, tráfico humano, exploração sexual, adoecimento físico e mental, dificuldade de adaptação entre vários outros fatores.

Quando o país não consegue assegurar os direitos básicos das sociedades, as principais pessoas afetadas são as mulheres e crianças. A desigualdade de gênero nas políticas públicas também foi um fator identificado pela pesquisa, as estruturas econômicas e sociais da Venezuela induzem as mulheres a maior responsabilidade domésticas e familiares, esses fatores as colocam em situações de pobreza e invisibilidades sociais, muitas mulheres buscam por refúgio por melhores condições de vida e por autonomia, todavia, a condição de migração não rompe com essas responsabilidades, pelo contrário, usa dessas características para precarizar ainda mais as condições dessas mulheres.

A pesquisa expõe que o deslocamento e o processo de adaptação é uma barreira enorme para as mulheres venezuelanas, além de estarem submetidas às maiores tipos de violência durante a trajetória como exploração e tráfico de pessoas, violência sexual, violência doméstica, difícil acesso a recursos para saúde, xenofobia e discriminação. Também enfrentam desafios ao tentar interiorizar, muitas vivem em abrigo, às vezes em condições temporárias e precárias e por falta de documentação se sujeitam a trabalhar em trabalhos precarizados e mal remunerados, sem direitos trabalhistas assegurados, entre outras situações.

Os dados estatísticos mostraram que a região Norte do Brasil, foi o local que mais recebeu imigrantes Venezuelanos, incluindo o Tocantins que se encontra geograficamente no centro do Brasil, fazendo parte de grande parte das rotas. As análises evidenciaram que no

Estado do Tocantins, os municípios que receberam venezuelanos indígenas foram os municípios Araguaína, Palmas e Gurupi.

Ao levarmos essa análise para o município de Palmas, a pesquisa de monitoramento em deslocamentos venezuelanos indígenas, apresentou uma quantidade significativa de mulheres, principalmente sem documentação. No âmbito da saúde, evidenciou as dificuldades de acesso, a barreiras linguísticas é um enorme problema.

A pesquisa evidenciou que o problema de acesso a saúde interfere nas migrações de mulheres, o acesso a absorventes gratuitos, visto que muitas mulheres se encontram em situação de pobreza durante o deslocamento, não tem acesso aos serviços de saúde reprodutivas, de acompanhamento relacionados à saúde sexual, dificuldades linguísticas ao serem atendidas. É importante destacar que no âmbito da educação, muitos imigrantes possuía escolaridade e tinham interesse em continuar a estudar.

Comprendemos que a falta de políticas públicas que amparem os deslocamentos e o refúgio dessas pessoas, interferem e impactam diretamente nas condições das migrações desses grupos. Os estudos evidenciaram que as mulheres sofrem discriminação no acesso ao trabalho, a regulamentação dos documentos limita os espaços das mulheres, e expõe que as mulheres são as mais vulneráveis, principalmente pela intersecção de gênero e migração.

Ressaltamos a necessidade de expandir as políticas públicas, os debates, as informações sobre a migração internacional, sobretudo as que estão sob o palco da América Latina que são tensionadas constantemente por golpes, saques, insubordinação, populismo, entre outros. Essa necessidade auxiliará tanto para as pessoas migrantes, quanto para as organizações, grupos ou indivíduos que se interessam em contribuir com as questões atinentes às migrações, principalmente de pessoas venezuelanas que enfrentam uma crise humanitária desde o local de origem até as condicionantes dos locais que as recebem.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, RODRIGUES, Roberta de; STREY, Marlene Neves; ESPINOSA, Leonor Cantera. **Marcas do gênero nas migrações internacionais das mulheres.** *Psicologia & Sociedade*, v. 21, p. 421-430, 2009.

ALVES, Maria Solange Ferreira et al. **Acessibilidade de mulheres imigrantes aos cuidados em saúde: uma revisão integrativa.** *Research, Society and Development*, v. 11, n. 16, p. e155111638090-e155111638090, 2022.

AMBRÓSIO, Nicolý, **A mobilização para que o caso Julieta seja visto como feminicídio,** NEXO, 2024. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/externo/2024/06/14/a-mobilizacao-para-que-o-caso-julieta-seja-visto-como-feminicidio> Acesso em: 4 fev, 2025.

ANDRADE, Cristiane Batista et al. Migrações, trabalho de cuidado e saúde de cuidadoras: revisão integrativa. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 47, p. e10, 2022.

ARAGÓN, Luis Eduardo (Ed.). **Migração internacional na pan-Amazônia.** UFPA, NAEA, 2009. Acesso em: 3 fev. 2025.

AQUINO, Yara. Ministério do Trabalho **Encontra Imigrantes Venezuelanos em situação irregular de trabalho,** agência gov, 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/2024-02/mte-encontra-seis-imigrantes-venezuelanos-e-m-situacao-irregular-de-trabalho-em-sao-paulo>. Acesso em: 3 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Art. 5º. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ano 135, n. 139, p. 15473-15476, 23 jul. 1997. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19474.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19474.htm) Acesso em: 4 fev, 2025

BRASIL, LEI Nº 13.684, DE 21 DE JUNHO DE 2018. **Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade 1 decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária; e dá outras providências.** *Diário Oficial da União*, 2 Edição nº 118, Seção 1, Data de publicação: 21/06/2018. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/113684.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113684.htm) Acesso em: 4 fev, 2025.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. **Institui a Lei de Migração. Diário Oficial da União, Brasília**, DF, ed. 99, Seção 1, p. 1-12, 25 maio 2017. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm) Acesso em: 4 fev, 2025

BASTOS, Julia Pedroni Batista; OBREGÓN, Marcelo Fernando Quiroga. **Venezuela em crise: o que mudou com Maduro**. Revista de Derecho y Câmbio Social, v. 15, n. 52, p. 1-16, 2018.

BRITO, Fausto. **A politização das migrações internacionais: direitos humanos e soberania nacional**. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 30, p. 77-97, 2013.

DA CONCEIÇÃO, Antônio Carlos Lima. **Teorias feministas: da “questão da mulher” ao enfoque de gênero**. Revista Brasileira de Sociologia da Emoção–RBSE, v. 8, n. 24, p. 738-757, 2009.

DA SILVA, Joasey Pollyanna Andrade; DO CARMO, Valter Moura; RAMOS, Giovana Benedita Jaber Rossini. **As quatro ondas do feminismo: lutas e conquistas**. Revista de Direitos Humanos em Perspectiva, v. 7, n. 1, p. 101-122, 2021.

DA SILVA, Lisiana Lawson Terra. Risco e vulnerabilidade social feminina. **RELAcult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 4, 2018.

DE CARVALHO, Guilherme Paiva. **O feminismo decolonial de María Lugones: colonialidade, gênero e Interseccionalidade**. Tomo, n. 42, p. 25, 2023.

**Declaração dos Direitos Humanos**, United Nations High Commissioner for human rights, [s.d.]. Disponível em:<https://www.oas.org/dil/port/1948%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20dos%20Direitos%20Humanos.pdf> Acesso em: 4 fev, 2025.

**Descolonizar o feminismo** [recurso eletrônico]: VII Sernegra / Paula Balduino de Melo [et al.], organizadora. – Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2019. Acesso em 3 fev. 2025.

**Deslocamentos Forçados no Mundo**, UNHCR ACNUR agência da ONU para Refugiados, 2025. Disponível em:

<https://www.acnur.org/br/sobre-o-acnur/dados-refugiados-no-brasil-e-no-mundo>. Acesso em: 3 fev. 2025.

DE.TO Defensoria Publica do Estado do Tocantins, **Nudem discutirá na próxima sexta-feira 7, a saúde da mulher no pós-parto.Inscrições abertas!**. Palmas-TO, 2025. Disponível em:<https://www.defensoria.to.def.br/> Acesso em: 4, fev, 2025.

DORNELAS, Paula Dias et al. **"Tanto por ser mulher, quanto por ser estrangeira": lutas por reconhecimento e formas de resistência de mulheres migrantes no Brasil**. 2020.

DORNELAS, Paula Dias; RIBEIRO, Roberta Gabriela Nunes. **Mulheres migrantes: invisibilidade, direito à nacionalidade e a interseccionalidade nas políticas públicas**. O social em questão, v. 21, n. 41, p. 247-264, 2018.

**Enquete Destaca o Impacto Das Mudanças Climáticas na Vida de Refugiados e Migrantes Venezuelanos no Brasil**, ACNUR Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/noticias/notas-informativas/enquete-destaca-o-impacto-das-mudancas-climaticas-na-vida-de-refugiados#:~:text=O%20Brasil%20abriga%20hoje%20585,da%20Col%20C3%B4mbia%20e%20Peru%20respectivamente>. Acesso em: 4 fev, 2025.

**“Em Araguaína, vejo uma chance de construir um novo começo para minha família” conta venezuelano atendido por mutirão de serviços para imigrantes**, Prefeitura de Araguaína, 2023. Disponível em:[https://www.araguaina.to.gov.br/noticias/2023/201cem-araguaina-vejo-uma-chance-de-construir-um-novo-comeco-para-minha-familia201d-conta-venezuelano-atendido-por-mutirao-d-e-servicos-para-imigrantes](https://www.araguaina.to.gov.br/noticias/2023/201cem-araguaina-vejo-uma-chance-de-construir-um-novo-comeco-para-minha-familia201d-conta-venezuelano-atendido-por-mutirao-de-servicos-para-imigrantes) Acesso em: 4 fev, 2025.

**Falta de emprego limita integração socioeconômica de mulheres venezuelanas no Brasil**, ONU Mulheres Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/falta-de-emprego-limita-integracao-socioeconomica-de-mulheres-venezuelanas-no-brasil/>. Acesso em 03 fev. 2025.

FERREIRA, Claudia. **ACNUR e ONU Mulheres lançam planos que promove empregos para mulheres venezuelanas em famílias monoparentais**, UNHCR ACNUR Agência da ONU para Refugiados, 2022. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/noticias/comunicados-imprensa/acnur-e-onu-mulheres-lancam-plano-que-promove-empregos-para-mulheres>. Acesso em: 24 Jan. 2025.

FRANÇA, Thais. **Entre reflexões e práticas: feminismos e militância nos estudos migratórios**. E-cadernos ces, n. 18, 2012. Acesso em: 4 FEV, 2025.

GAMBOA, Laura. **Venezuela: Aprofundamento Do Autoritarismo ou Transição Para a Democracia?**. Relações internacionais, n. 52, 2016.

Glossário sobre Migração, Direito Internacional da Migração OIM, 2009. Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf> Acesso em: 4 fev, 2025

Gênero, mídia & lutas sociais: percepções críticas e experiências emancipatórias/ Graziela Bianchi, Karina Janz Woitowicz e Paula Melani Rocha (Org.). Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2018. 2mb.; e-book. Disponível em: <<http://www.uepg.br/editora>> . Acesso em: 19/02/2025

Governo do Tocantins, **Governo do Tocantins Lança linha de créditos para comerciantes de Aguiarnópolis e Palmeiras. Tocantins, 2025**. Disponível em: <https://www.to.gov.br/> Acesso em: 4 fev, 2025.

**GUIA PARA ACOLHIMENTO DE MIGRANTES, REFUGIADAS E REFUGIADOS, ONU Mulheres, 2022.** Disponível em: [https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2023/05/guia\\_para\\_acolhimento\\_de\\_migrantes\\_refugiadas\\_refugiados.pdf](https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2023/05/guia_para_acolhimento_de_migrantes_refugiadas_refugiados.pdf) Acesso em: 4 fev, 2025.

HILLESHEIM, Betina et al. Gênero, migração e vulnerabilidade: corpos de mulheres em deslocamento. **Revista Eletrônica Científica da UERGS**, v. 5, n. 2, p. 138-146, 2019.

**Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral**. Brasília, DF: OBMigra, 2022. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>

JUNGER, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu de; SILVA, Bianca G. Refúgio em Números (7ª Edição). Série Migrações. **Observatório das Migrações**

LIBERALI, Fernanda; MAGALE, Antonieta; TALLEI, Jorgelina; Carrijo, Viviane. **Dialogos Insurgentes Perspectivas Decoloniais em Transformação**, 1 ed., Campinas, SP, 2024. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Fernanda-Liberali-2/publication/387021519\\_Dialogos\\_insurgentes-\\_perspectivas\\_decoloniais\\_em\\_transformacao/links/675c46ca8a08a27dd0bee27c/Dialogos-insurgentes-perspectivas-decoloniais-em-transformacao.pdf#page=185](https://www.researchgate.net/profile/Fernanda-Liberali-2/publication/387021519_Dialogos_insurgentes-_perspectivas_decoloniais_em_transformacao/links/675c46ca8a08a27dd0bee27c/Dialogos-insurgentes-perspectivas-decoloniais-em-transformacao.pdf#page=185). Acesso em: 3 fev. 2025.

LISBOA, Teresa Kleba. **Gênero e migrações: trajetórias globais, trajetórias locais de trabalhadoras domésticas**. REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, [S. l.], v. 14, n. 26/27, 2010. Disponível em: <http://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/39>. Acesso em: 3 fev. 2025.

LOPES, Ademil Lucio. **História, Instituições e Rentismo: entraves ao desenvolvimento econômico venezuelano/History, institutions and rent-seeking: Venezuelan barriers to economic development**. Brazilian Journal of International Relations, v. 2, n. 1, p. 112-139.

LUGONES, María. **Rumo a um feminismo descolonial**. Revista estudos feministas, v. 22, p. 935-952, 2014.

LAVOR, Adriano, **Migrantes venezuelanas nas fronteiras do sus, Radis Comunicação e Saúde**,2024. Disponível em: <https://radis.ensp.fiocruz.br/reportagem/refugiados/migrantes-venezuelanas-nas-fronteiras-do-sus/#>. Acesso em 04 fev,2025.

MARINUCCI, Roberto. **Feminização das migrações**. Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p. 1-14, 2007.

MARTINS JUNIOR, A. **A Lei e seus Outros: a negociação e produção do "bom" ("legal") e o "mau" ("ilegal") migrante entre os brasileiros em Londres**. Revista Trilhos, Santo Amaro, Bahia, v. 2, n. 1, p. 11–33, 2021.

**Mais de 40 refugiados que viviam em Palmas voltam para a Venezuela; despesas com viagem somaram R\$195 mil**, G1 Tocantins, 2022. Disponível em:<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2022/09/16/mais-de-40-refugiados-que-viviam-e-m-palmas-voltam-para-a-venezuela-despesas-com-viagem-somaram-r-195-mil.ghtml> Acesso em: 4 fev, 2025.

Migrantes internacionais no brasil [livro eletrônico] / organização Rarianne Peruhype, Isadora Steffens, Veronica Yujra. -- 1. ed. -- Brasília, DF : OIM, 2022. PDF. Disponível em: [https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/Estrategias-para-atencao-integr-al-a-saude-de-migrantes-internacionais-no-brasil\\_0.pdf](https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/Estrategias-para-atencao-integr-al-a-saude-de-migrantes-internacionais-no-brasil_0.pdf) Aceso em: 4 fev, 2025.

Ministério Público Estado do Tocantins, **Atuação do Conselho Tutelar é tema de reuniões nas cidades de Palmeirópolis e São Salvador do Tocantins**. Tocantins,2025. Disponível em:<https://www.mpto.mp.br/portal/> Acesso em: 4 fev, 2025.

MIRANDA, Cynthia Mara et al. Vulnerabilidades, narrativas, identidades. 2020.

**MJC esclarece principais dúvidas sobre refúgio, asilo político e vistos humanitário**, gov.br, 2025. Disponível em:<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/mjc-esclarece-principais-duvidas-sobre-refugio-asilo-politico-e-visto-humanitario> Acesso em: 4 fev, 2025

**Mulheres Migram: Números e fontes sobre mulheres nas migração contemporânea**, Governo SP, 2021. Disponível em:<https://museudaimigracao.org.br/blog/migracoes-em-debate/mulheres-e-migracao-numeros-e-fontes-sobre-mulheres-na-migracao-contemporanea> Acesso em: 4 fev, 2025.

**MULHERES**, UNHCR ACNUR agencia da ONU para Refugiados, [s.d.]. Disponível em:<https://www.acnur.org/br/o-que-fazemos/temas-especificos/mulheres#:~:text=Em%20algumas%20sociedades%2C%20mulheres%20e,deslocamento%2C%20esse%20problema%20se%20multiplica>. Acesso em: 3 fev, 2025.

UNODC, **TRACK4TIP Relatórios Situacionais**, 2020. Disponível em:[Relatorio\\_Situacional\\_Brasil\\_T4T.pdf](Relatorio_Situacional_Brasil_T4T.pdf) Acesso em: 3 fev 2025

**Oportunidades e desafios à integração local de pessoas de origem venezuelana interiorizadas no Brasil durante a pandemia de Covid-19**, MOVESE ACNUR, 2022. Disponível em:

<https://onumulheres.org.br/pesquisa-move-se/>. Acesso em: 3 fev 2025

**Oportunidades e desafios à integração local de pessoas de origem venezuelana interiorizadas no Brasil durante a pandemia de Covid-19**, MOVESE ACNUR, 2022. Disponível em:

<https://onumulheres.org.br/pesquisa-move-se/>. Acesso em: 3 fev 2025

**“Em Araguaína, vejo uma chance de construir um novo começo para minha família” conta venezuelano atendido por mutirão de serviços para imigrantes**, Prefeitura de Araguaína, 2023. Disponível

em:<https://www.araguaina.to.gov.br/noticias/2023/201cem-araguaina-vejo-uma-chance-de-construir-um-novo-comeco-para-minha-familia201d-conta-venezuelano-atendido-por-mutirao-de-servicos-para-imigrantes> Acesso em: 4 fev, 2025.

**OBSERVATÓRIO INTERATIVO DA POPULAÇÃO INDÍGENA NO FLUXO VENEZULANO PARA O BRASIL**, DTM Pesquisa nacional de monitoramento de deslocamento de indígenas venezuelanos no Brasil, 2023. Disponível em:[eyJrIjoiMzBiNjRmNzQtNjQ3My00ZmQxLTgwYWYtMDJjODQ2YjdkMWI5IiwidCI6IjE1ODgyNjJkLTlzZmItNDNiNC1iZDZILWJjZTQ5Yzh1NjE4NiIsImMiOjh9](https://www.araguaina.to.gov.br/observatorio-interativo-da-populacao-indigena-no-fluxo-venezuelano-para-o-brasil) Acesso em: 4 fev,2025.

**PESQUISA NACIONAL DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER- DataSenado 2023**, Senado Federal,2023. Disponível em:<https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/publicacaodatasenado?id=pesquisa-nacional-de-violencia-contr-a-mulher-datasenado-2023> Acesso: 4 fev, 2025.

Pedra J.B., Alline. Guia de Atendimento aos Migrantes, Refugiados, Vítimas de Tráfico de Pessoas e Brasileiros Retornados, em situação de vulnerabilidade e em áreas de fronteira. Brasília: ICMPD (International Centre for Migration Policy Development) & Ministério da Justiça e Cidadania, 2016. Disponível em:[https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/guias-e-manuais/act-1-6\\_guia\\_atendimento\\_migrante\\_refugiado\\_vitimadetp\\_final.pdf](https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/guias-e-manuais/act-1-6_guia_atendimento_migrante_refugiado_vitimadetp_final.pdf) Acesso em: 4 fev, 2025

Prefeitura de Araguaína a Capital Econômica do Tocantins, **Araguaína aplica 99% da verba da Lei Paulo Gustavo no fomento cultural**, Araguaína-TO,2025. Disponível em:<https://araguaina.to.gov.br/> Aceso em: 4 fev, 2025.

Prefeitura de Gurupi a Capital da Amizade e do Futuro, **Empresa de Transporte coletivo de Gurupi solicita a rescisão de contrato devido à baixa demanda**, Gurupi-TO, 2025. Disponível em: <https://gurupi.to.gov.br/> Acesso em: 4 de fev, 2025.

Prefeitura de Palmas, **Região dos Aurenys recebe força-tarefa de limpeza da prefeitura de Palmas**, Palmas-TO, 2025. Disponível em:<https://www.palmas.to.gov.br/> Acesso em 4 fev, 2025.

REIS, Rossana Rocha. Soberania, direitos humanos e migrações internacionais. Revista brasileira de ciências sociais, v. 19, p. 149-163, 2004. Acesso em: 4 fev, 2025

**Salir Adelante Documentary**, FilmFreeway. [s.d.] Disponível em: <https://filmfreeway.com/saliradelantedoc>. Acesso em: 4 fev 2025.

**SUBCOMITÊ FEDERAL DE ACOLHIMENTO**, OIM Brasil, [s.d.]. Disponível em: [https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/2024-03/informe\\_migracao-venezuelana\\_jan17-jan24.pdf](https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/2024-03/informe_migracao-venezuelana_jan17-jan24.pdf) Acesso em: 4 fev, 2025.

Teoria feminista [recurso eletrônico] : **da margem ao centro / bell hooks** ; tradução Rainer Patriota.- 1. ed. - São Paulo : Perspectiva, 2019. Acesso em: 4 fev, 2025.

VENEZUELA, UNHCR ACNUR, agência da ONU para Refugiados, [s.d.]. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/emergencias/venezuela> Acesso em: 4 fev, 2025.